UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

VIVIANE DOS ANJOS MARESI

A RELAÇÃO ENTRE A TITULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ

RIO DE JANEIRO
2017

Viviane dos Anjos Maresi

A RELAÇÃO ENTRE A TITULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS PRÁTICAS ALIMENTARES DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

Orientadora: Dr.ª Rosana Salles da Costa
Co-Orientadora: Dr.ª Mirian Ribeiro Baião

RIO DE JANEIRO
2017

Maresi, Viviane dos Anjos
M325r A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no município de Duque de Caxias - RJ / Viviane dos Anjos Maresi. -- Rio de Janeiro, 2017.
117 f.

Orientadora: Rosana Salles da Costa.
Coorientadora: Mirian Ribeiro Baião.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, 2017.

1. Alimentação e Cultura. 2. Programa Bolsa Família. 3. Pesquisa Qualitativa. 4. Programas Governamentais. I. Costa, Rosana Salles da , orient. II. Baião, Mirian Ribeiro , coorient. III. Título.

Dedico este trabalho, a uma mulher guerreira, minha mãe, Maria dos Anjos, que apesar de seu sonho de estudar ter sido barrado devido condição social e de gênero, lutou bravamente para que o mesmo não acontecesse comigo e com minha irmã.
Me guiou nas Comunidades Eclesiais de Base, em movimentos sociais, me levou ainda criança nas Conferências de Saúde, me ensinou a lutar pelos direitos humanos e a não se calar perante as injustiças.
Seus ensinamentos auxiliaram a formar meu pensamento crítico e a guiar meu caminho profissional.

MEUS AGRADECIMENTOS

Aos homens e mulheres, titulares do PBF, que me acolheram em suas casas, compartilharam parte de suas vidas e me fizeram crescer academicamente e como pessoa.

Agradeço a fé espiritual em Deus, que me fez ter esperanças nos momentos difíceis, principalmente quando vi uma pobreza que entristece o coração, nos momentos das entrevistas. Agradeço as orações dos familiares e amigos, a fé em Nossa Senhora Aparecida, pelo fortalecimento.

Aos meus pais, Maria e João Batista, por todo amor, ensinamento e cuidado. A minha irmã Sandra, por ser meu exemplo, por sua presença e apoio diário mesmo à distância. Agradeço também, ao meu cunhado Miguel, por ser o irmão que Deus me deu, sempre presente em todos os momentos. Aos meus sobrinhos Vinícius e Maria Alice, por me darem a certeza que devo continuar a lutar por um mundo melhor.

Ao meu amor, Eduardo, por ter seu apoio sem limites este mestrado foi possível. Obrigada por ouvir minhas angustias, dar o suporte que eu precisava, compreender minhas ausências, por construirmos juntos uma relação mais próxima da igualdade de gênero.

A minha nova família, em especial a minha sogra Sidéria, cunhados Leonardo e Luciana, por serem incentivadores nesta caminhada.

As minhas queridas orientadoras Rosana Salles da Costa e Mirian Ribeiro Baião, minha gratidão eterna aos seus ensinamentos. Obrigada por me acolherem, por confiarem em meu trabalho e por me iluminarem com suas sabedorias.

Às amigas do grupo de pesquisa SANDUC, presentes de Deus, por compartilhar esses dois anos de intenso estudo e de muita amizade. Obrigada Ana Alice Taborda, Ana Lúcia, Camilla Cherol, Juliana de Bem Lignani, Marina Antunes, Mariana Gavazza, Poliana Palmeira, com vocês esses anos foram mais leves.

Às amigas que me acompanharam na caminhada da pesquisa de campo em Duque de Caxias: Ana Carolina Menezes, Camilla Cherol, Juliana de Bem Lignani, Nathália Masiero e Natália

Freire.

Aos amigos e amigas, de perto e de longe, pelas orações, torcida e apoio.

Ao professor Ruben Mattos, pela acolhida nas disciplinas, pelas orientações e reflexões sobre a pesquisa de campo.

À professora Gilza Sandre-Pereira, por sua grandiosa contribuição na revisão desta dissertação e as demais professoras membros da banca, Marta Maria Antonieta de Souza Santos, Denise Cavalcante de Barros, pelo aceite do convite e disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos.

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende,
mais, é só a fazer outras maiores perguntas. ”
Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um projeto de pesquisa maior, intitulado "*Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias".* Esta pesquisa é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias – SANDUC, do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP - FIOCRUZ). Recebe o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por meio do edital 24/2013 MCTI-CNPQ/MDS-SAGI, processo 456847/2013-8. Foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, aprovado em maio de 2014, sob o número de parecer 651339.

A autora desta dissertação participou do projeto supracitado, no trabalho de campo da etapa quantitativa como entrevistadora, na aplicação de questionários aos beneficiários do Programa Bolsa Família, no Distrito de Campos Elíseos, Duque de Caxias – RJ. A participação nesta etapa teve como intuito a aproximação com o espaço social em que os sujeitos do estudo vivem, servindo como um momento de preparação para o trabalho de campo do estudo qualitativo. No que se refere ao componente qualitativo do projeto citado, a autora foi responsável pela realização de todas as entrevistas, bem como pela transcrição, organização e análise das mesmas, e redação dessa dissertação. O presente trabalho está organizado da seguinte forma: 1) introdução, onde se apresenta a relevância do estudo; 2) referencial teórico sobre os Programas de Transferência de Renda, a Titularidade do Programa Bolsa Família e papéis de gênero, e Práticas Alimentares; 3) justificativa; objeto de estudo e as questões que nortearam a pesquisa; 4) objetivos do estudo; 5) metodologia 6) resultados e discussão, no qual são apresentados a "análise contextual"; caminhos até o PBF e os sentidos da titularidade; necessidades e prioridades das famílias e o uso do benefício do PBF e o manuscrito; 7) considerações finais; 8) anexos.

RESUMO

Maresi, Viviane dos Anjos. **A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no Município de Duque de Caxias-RJ**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Instituto de Nutrição Josué de Castro - Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A presente dissertação intitulada "A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família (PBF) e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no Município de Duque de Caxias-RJ" é um estudo qualitativo, do tipo descritivo. Integra um projeto de pesquisa maior, intitulado "*Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias"*. O estudo teve como principal objetivo compreender a relação entre a titularidade (homem/mulher) do PBF e as práticas alimentares de famílias beneficiárias. Além disso, teve o propósito de analisar os sentidos atribuídos ao PBF e à titularidade e conhecer as práticas alimentares de famílias beneficiárias do PBF e os elementos que contribuem para sua construção. Foi utilizado como referencial metodológico a Hermenêutica de Profundidade (HP), conforme descrito por Thompson (2002), e como referencial analítico a análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin (2011) e adaptado por Minayo *et al* (2012). A construção dos dados foi através da realização de entrevistas semiestruturadas, com a utilização de um roteiro norteador, e observação. Foram entrevistados 5 homens e 5 mulheres, titulares do PBF, residentes no Distrito de Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias, entre novembro de 2015 e abril de 2016. Os homens entrevistados expressaram a necessidade em justificar sua titularidade, por terem filhos ou por motivo de doença, demonstrando desconhecimento de terem direito do PBF. Para as mulheres a titularidade simbolizava segurança, autonomia e liberdade, principalmente para aquelas que anteriormente ao recebimento do PBF dependiam da renda do marido ou ex-marido. O recurso do PBF era geralmente administrado por mulheres, mesmo nos casos da titularidade masculina havendo a presença da mulher na família eram elas quem administravam. Expressando um entendimento de que o benefício é um dinheiro feminino, pois era destinado principalmente às necessidades da casa e das crianças, como: comida, medicamentos, roupas, consulta médica, internet, material escolar. O recurso do PBF era uma das fontes para o pagamento das compras da alimentação da família. Neste sentido, conclui-se que o PBF influencia as práticas alimentares das famílias beneficiárias no que diz respeito a aquisição de alimentos. No entanto, a relação dos sujeitos do estudo com as práticas alimentares não foi alterada a partir da titularidade do

PBF, ou seja, homens e mulheres têm papéis diferentes, porém complementares no que se refere as práticas alimentares, os papéis de gênero são construídos socialmente e no ambiente familiar. De modo geral o homem tinha a responsabilidade do provimento da renda para a aquisição dos alimentos e a mulher as responsabilidades da compra, preparo e distribuição dos alimentos.

Palavras-chaves: Alimentação, Cultura, Pesquisa Qualitativa, Programas Governamentais, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

Maresi, Viviane dos Anjos. **The relationship between the Programa Bolsa Família ownership and the feeding practices of the resident families at the municipality of Duque de Caxias – RJ.** Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Instituto de Nutrição Josué de Castro - Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The present dissertation entitled "A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família (PBF) e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no Município de Duque de Caxias-RJ" is a qualitative study of the descriptive kind. This study is part of a larger research Project entitled "*Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias"*. The aim of the present study was to understand the relationship between the PBF ownership (men/woman) and the feeding practices of beneficiary families. Besides, it had as a purpose to analyze the perceptions on the PBF and ownership and to know the PBF beneficiary families feeding practices and the elements which contribute to its construction. It was utilized the Depth Hermeneutics described by Thompson (2002) as the methodological reference, and the Content Analysis Thematic as the analytical reference, proposed by Bardin (2011) and modified by Minayo et al. (2012). Data construction was made through semistructured interviews with the use of a guiding protocol and observations. Five men and five women PBF ownerships resident at Campos Elíseos district, municipality of Duque de Caxias, were interviewed from November 2015 and April 2016. The interviewed men expressed the necessity to justify their ownership rights for having children of their own or sickness demonstrating a lack of knowledge for having their rights to PBF. For woman the ownership meant security, autonomy and freedom, mainly for those who depended on their husband or ex-husband's incomes before. The PBF income was usually administrated by women, even in the cases in which the ownership were the men. In the presence of a woman in the family it was her who administrated it. Woman expressed the understanding that the benefit should be addressed to her because it would be utilized mainly to attend to their children needs and other related basic maintenances, as the acquisition of food chiefly, in addition to clothes, medical consulting, internet and school material. It is concluded in this sense that the PBF influenced the feeding practices of the beneficiary families in what regard to the acquisition of food. However, the subject relationship with the feeding practices were not modified, in other words,

men and woman had different but complementary roles in what regard to the feeding practices, gender role models are constructed socially and in the family environment. Generally speaking, the men had the responsibility to provide incomes to the acquisition of food, and the woman had the responsibility to buy, prepare and distribute food.
Key-word: Feeding, Culture, Qualitative Research, Government Programs, Programa Bolsa Família.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro Especializa de Assistência Social
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
HP - Hermenêutica de Profundidade
HUCFF - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPS - Ministério da Assistência Social e Promoção Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
ONG - Organizações Não Governamentais
PBF - Programa Bolsa Família
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PTCR - Programa de Transferência Condicionada de Renda
PTR - Programas de Transferência de Renda
REDUC - Refinaria de Duque de Caxias
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 13

2. REFERENCIAL TEÓRICO..... 15

2.1 Programas de Transferência de Renda..... 15

O Programa Bolsa Família..... 20

2.2 Reflexões sobre gênero..... 24

2.3 Titularidade do Programa Bolsa Família..... 31

2.4 Práticas Alimentares..... 35

3. JUSTIFICATIVA..... 38

4. OBJETIVOS..... 39

5. METODOLOGIA..... 40

5.1 Tipo de Estudo..... 40

5.2 Local de Estudo..... 40

5.3 Sujeitos do Estudo..... 41

5.4 Técnicas de Construção de dados..... 41

5.5 Análise..... 43

5.6 Questões éticas..... 44

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO 45

6.1 Análise Contextual 47

6.2 Caminhos até o Programa Bolsa Família e os sentidos da titularidade 54

6.3 Necessidades e prioridades das famílias e o uso do benefício do PBF..... 61

6.4 Manuscrito 1..... 66

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 92

8. REFERÊNCIAS..... 95

9. ANEXOS..... 104

1. INTRODUÇÃO

Constitui-se objeto deste estudo, a titularidade (masculina/feminina) do Programa Bolsa Família (PBF) e a sua relação com as práticas alimentares de famílias beneficiárias, residentes no Município de Duque de Caxias. Busca-se compreender essa relação a partir das falas dos titulares homens e mulheres, por meio da abordagem qualitativa, na perspectiva da Hermenêutica de Profundidade, proposta por John B. Thompson (2002).

O PBF foi criado em 2003 com o propósito de combater a fome e a pobreza no Brasil. Associa-se ao recebimento do benefício o cumprimento de condicionalidades nas áreas da saúde e educação. Caracteriza-se como o maior programa de transferência de renda do país. Sua implantação se dá a partir da unificação de outros programas de transferência de renda, como bolsa escola, bolsa alimentação, auxilio gás, cartão alimentação (Medida Provisória nº 132, de 2003, convertida na da Lei 10.836, de 09/01/04).

O programa prioriza as mulheres para a titularidade do benefício, por considera-las as principais responsáveis pelo cuidado e bem-estar dos membros das famílias (IBASE, 2008). Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) revelam que 93% dos titulares do benefício são mulheres (BRASIL, 2014a).

Alguns estudos discutem o papel da mulher como foco da titularidade das políticas sociais e o reflexo na vida das titulares. De acordo com as autoras Mariano e Carloto (2009) e Duque-Arrazola (2010), a indicação da titularidade feminina das políticas sociais reforça papéis tradicionais de gênero, já construídos socialmente, da mulher com a maternidade, com as tarefas voltadas para o ambiente doméstico e de cuidado da família, e minimizam assim a responsabilidade do homem com os cuidados da casa e da família. Por outro lado, de acordo com Duque-Arrazola (2010), para algumas mulheres, a titularidade de um programa social proporcionou a primeira oportunidade de gerenciar renda, aumento do seu poder de compra e reconhecimento perante a família e a sociedade por ser a responsável pelo benefício.

A pesquisa realizada pelo IBASE (2008) com amostragem representativa de beneficiários do PBF de todo o território nacional demonstrou que as mulheres titulares do benefício tinham maior poder de decisão sobre o uso do benefício e, em geral, elas empregavam o recurso na alimentação da família. De acordo com o estudo, as principais mudanças na alimentação das famílias beneficiadas pelo PBF foram o aumento da quantidade de alimentos consumidos, a variedade e a compra de produtos para crianças (IBASE, 2008). Com base nesse estudo, é possível pressupor modificações nas práticas alimentares das famílias beneficiadas pelo Programa.

Cabe aqui destacar que as práticas alimentares são influenciadas pelos valores sociais e culturais, pelos contextos das políticas econômicas e sociais, apresentando reflexos das desigualdades sociais e das relações de gênero, como pontuado por Canesqui (2005). A autora ressaltava ainda que as práticas alimentares são recriadas e reelaboradas constantemente por quem as vivencia, por esta razão, elas não são homogêneas; elas são mediadas pelo consumo coletivo, que muitas vezes é feito em família.

Melo (2005) revelou a importância dos estudos sobre gênero e pobreza, frente à sua relevância e escassa literatura que trabalha com estes temas em conjunto. Ao incluir nesta discussão a alimentação e as práticas alimentares de beneficiários do PBF são ainda mais escassos os trabalhos disponíveis na literatura.

Não foram encontrados até o momento da elaboração desta dissertação trabalhos científicos onde homens e mulheres titulares do PBF foram ouvidos igualmente, sendo a maioria dos trabalhos publicados realizados apenas com mulheres titulares. Assim, parece haver uma lacuna de conhecimento sobre as práticas alimentares de famílias beneficiárias do PBF e sua relação com a titularidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Programas de transferência de renda

De modo geral, as políticas de proteção social na América Latina, até meados da década de 1990, estavam voltadas ao sistema de seguridade social e ao mercado de trabalho. Dificuldades econômicas ocorridas nesta época trouxeram grandes impactos no aumento da desigualdade social e consequentemente da pobreza, emergindo assim a necessidade de ações focalizadas a partir de programas sociais (MAGRO; REIS, 2011).

Neste contexto surgem os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) na América Latina e Caribe na década de 1990, sendo apresentados como uma inovação por realizarem transferência monetária e romperem com a tradição de apenas doação de alimentos em forma de cestas básicas (FONSECA; VIANA, 2007).

Os PTCR atuam como eixo central das políticas de combate à pobreza na América Latina e Caribe com expressivo crescimento, tanto em cobertura populacional como em gasto monetário. Conforme informações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2011), nos anos 2000 havia seis programas na região, cobrindo cerca de 6% da população, com uma despesa aproximada a 0,19% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos cinco anos posteriores houve uma significativa extensão destes programas, sendo que no ano de 2005 os PTCR estavam presentes em 17 países, com uma cobertura estimada em 14% da população e uma despesa equivalente a 0,24% do PIB. Ainda de acordo com o a CEPAL, em 2010, a cobertura destes alcançava aproximadamente 20% da população total da América Latina e Caribe, o que corresponde a 113 milhões de pessoas beneficiadas (CEPAL, 2011).

É importante destacar que os PTCR apresentam particularidades conforme cada país. No entanto eles trazem como objetivo a melhoria nas condições de vida de famílias pobres em curto prazo e, em longo prazo, a superação do ciclo de pobreza com a transferência de renda (CEPAL, 2013). Em geral, os programas trazem em comum a focalização das ações para as populações mais pobres e a recomendação de sua titularidade para as mulheres, ou seja, são as mulheres quem recebem o benefício monetário na maioria das famílias beneficiadas.

Outra especificidade destes programas é a associação do benefício com o cumprimento de condicionalidades nas áreas da saúde e de educação por parte dos beneficiários, conforme as especificações de cada Programa. Cabe ressaltar que o não cumprimento das condicionalidades por parte do beneficiário pode implicar na suspensão e até mesmo a exclusão do benefício (FONSECA; VIANA, 2007).

O primeiro país a implantar um programa de transferência de renda com condicionalidade foi Honduras, em 1990. O programa denominado *"Programa de Asignación Familiares (PRAF)"*era composto por três componentes: (i) o bônus materno-infantil, (ii) o bônus escolar e (iii) o bônus para a terceira idade. (CEPAL, 2013). Este programa passou por reformulação em 1998, devido a problemas na sua implantação, dando origem ao PRAF II (STEIN, 2008).

Desde então surgiram outros programas nos países da região, no entanto três programas se destacam por sua magnitude e história – programas no México, Argentina e Brasil, estes programas foram tidos como modelos para organização de algumas iniciativas posteriores em vários países da América Latina (CEPAL, 2013).

O México apresenta uma das principais experiências exitosas da região. Seu programa foi considerado um exemplo no enfrentamento à pobreza, influenciando a elaboração de outros programas nos países da América Latina e Caribe (STEIN, 2008). Em 1997, o México implantou o "*Programa de Educacion, Salud y Alimentacion"* (*Progresa*) que depois passou a ser denominado "*Programa de Desarrollo Humano Oportunidades"* (*Oportunidades*). Este programa é central na política social do México e de maior trajetória na América Latina (CEPAL, 2013). Tem como objetivo atender famílias em situação de extrema pobreza. A estas famílias são repassados transferência monetária e suplementos alimentícios, sob o cumprimento de condicionalidades, como frequência escolar das crianças e adolescentes e o acesso dos membros da família aos serviços de saúde (FONSECA; VIANA, 2007; CEPAL, 2013). Outra experiência que merece destaque é o "*Programa Asignación Universal por Hijo"* (AUH) da Argentina. Implantado em 2010, como uma extensão do Programa de Benefícios Familiares, na forma de um seguro social, atende famílias com crianças e/ou adolescentes abaixo de 18 anos, cuja renda é inferior ao teto estipulado pelo programa (CEPAL, 2013). Já no Brasil, em 2003, a unificação de vários programas de âmbito federal existentes culminou no Programa Bolsa Família (PBF), que se destaca entre os demais programas da América Latina por ser o de maior cobertura (CEPAL, 2013).

Cabe neste momento detalhar um pouco mais o caso brasileiro, sua trajetória histórica e avanços. Para isso, é importante olhar para o início da década de 1990, período em que surgiram as principais ações de combate à pobreza no Brasil.

Silva *et al* (2007) descrevem a trajetória histórica dos Programas de Transferência de Renda (PTR) do Brasil, destacando cinco principais momentos, sendo eles: (i) Programas de Renda Mínima (1991); (ii) articulação do debate sobre renda mínima e educação (1991); (iii) nascimento dos primeiros PTCR em municípios brasileiros (1995); (iv) desenvolvimento de

programas de transferência de renda em nível federal (1996-2001); (v) ampliação quantitativa e qualitativa dos PTCR a partir do ano de 2003, período do Governo Lula.

O primeiro momento citado por Silva *et al* (2007) refere-se à aprovação no senado federal do Projeto de Lei nº 80/1991 de autoria do Senador Eduardo Suplicy, sobre a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima para o Brasil. Sua proposta era complementação de renda a todos cidadãos brasileiros com idade igual ou maior de 25 anos de idade, com intuito da garantia de uma renda mínima ao que correspondesse a aproximadamente a 2,25 salários mínimos (SILVA, 2006). Este projeto de lei, apesar de não ter sido aprovado na câmara pelos deputados federais, foi um marco importante, pois desencadeou debate acadêmico e político sobre a implantação de PTR no Brasil. Além disso, impulsionou discussões regionais que deram origem a inúmeros projetos de lei estaduais e municipais, propondo ações na mesma linha, vários deles sendo aprovados (SILVA *et al,* 2007; OLIVEIRA; SOARES, 2007; SILVA, 2006; LAVINAS; VARSANO, 1997).

O segundo momento histórico, também no ano de 1991, foi considerado um período qualificador do debate sobre renda mínima, pois inclui na discussão a articulação entre renda mínima familiar e educação (SILVA *et al,* 2007). Este debate trouxe dois marcos que são reconhecidos no modelo dos programas brasileiros atuais. O primeiro, diz respeito à introdução da família como unidade básica de atenção dos PTR e não mais o indivíduo. O segundo marco se refere à vinculação da transferência monetária à permanência de crianças e adolescentes de famílias pobres nas escolas (SILVA, 2006).

Neste mesmo período, início dos anos de 1990, ocorreram alguns fatos que merecem destaque. Em 1992 após o impeachment do Presidente da República Fernando Collor, o então vice-presidente Itamar Franco toma posse como presidente da República (1992-1995). No período do governo de Itamar se iniciaram algumas ações para o combate à fome e a pobreza no Brasil. Ocorreu também uma ampla mobilização da sociedade com objetivo de arrecadação de alimentos, conhecida como "Campanha da Fome", articulada pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Hebert de Souza (SILVA *et al,* 2007).

No ano de 1993 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou o Mapa da Fome, que revelou que aproximadamente 32 milhões de brasileiros viviam em situação de indigência. Estas informações estimularam uma parceria entre a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, e o governo federal, dando origem em maio de 1993 ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) (PASQUIM; SANTOS, 2007).

Em 1995, iniciou-se o terceiro momento histórico, com a implantação das primeiras experiências de PTR nos Municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Brasília, que em seguida

se estenderam por outras cidades e estados (SILVA *et al*, 2007). Já em 1996, foram iniciadas as primeiras experiências do governo federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (SILVA, 2006). O BPC consiste no repasse de um salário mínimo mensal destinado à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir renda suficiente para o seu sustento. Este benefício já estava previsto na constituição Federal de 1988, no entanto o seu repasse só iniciou no ano de 1996 (SILVA *et al*, 2007).

A instituição do PETI vem como resposta às constantes denúncias de trabalho escravo infantil em vários estados brasileiros. Sua proposta central era possibilitar a retirada das crianças e adolescentes do trabalho e incluí-las na escola por meio do repasse de renda para as famílias. As primeiras experiências deste programa ocorreram por meio de parceria entre o governo federal e os estados com maior incidência de trabalho infantil, sendo Mato Grosso do Sul (1996), Pernambuco e Bahia no ano de 1997, Sergipe e Rio de Janeiro em 1998, alcançando maior expansão nos anos 2001 e 2002 (SILVA *et al*, 2007).

Ainda em 1995, com o início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, tivemos outras implementações políticas sistematizadas para o cenário de combate à fome no Brasil, por meio da extinção de ações já existente e da implementação de outras. Nesse cenário, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e o CONSEA, instituídos no governo de Itamar Franco foram extintos, sendo substituídos pelo Programa Comunidade Solidária e o Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela primeira Dama Ruth Cardoso. As ações do Programa Comunidade Solidária eram focalizadas apenas nos municípios brasileiros que concentravam maiores índices de pobreza extrema (SILVA *et al*, 2007; PASQUIM; SANTOS, 2007).

O quarto momento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, iniciou-se em 2001, penúltimo ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Neste ano o governo federal implantou diversos programas de transferência de renda no país, entre eles: (i) o "Bolsa Escola" no Ministério da Educação, (ii) o "Bolsa Alimentação" no Ministério da Saúde, (iii) o "Auxílio Gás", no Ministério de Minas e energia, o (iv) "Agente Jovem", no Ministério da Previdência e Assistência Social e no Ministério da Integração Nacional e o (v) "Bolsa Renda" para as situações de emergência (secas e inundações) nas áreas rurais. Além disso, ocorreu a expansão dos programas já instituídos em 1996 – o "Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)" e o "Benefício de Prestação Continuada" (SILVA *et al*, 2007; FONSECA; VIANA, 2007; SILVA, 2006).

Ainda em 2001, se destaca a criação do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo federal (CadÚnico), com o objetivo de reduzir custos, ampliar o controle das

concessões e reunir em único banco de dados as informações sobre as famílias beneficiadas pelos programas sociais (SILVA *et al*, 2007). Foi instituído pelo decreto de lei nº 3.877/2001, sendo posteriormente revogado pelo Decreto de lei nº 6135/2007 (BRASIL, 2001; BRASIL, 2007). No entanto, na primeira fase do CadÚnico ocorreram várias irregularidades no processo de cadastramento e atualização dos dados que dificultaram o alcance de seus objetivos, principalmente pelo fato de que *software* desenvolvido era programado para municípios de pequeno porte, o que causava problemas no cadastramento (SILVA *et al*, 2007).

No ano de 2003, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se o quinto e último momento do desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil. A política Social de enfrentamento à fome e a pobreza foi a prioridade deste governo, marcado por mudanças direcionadas para a construção de uma Política Nacional de transferência de renda (SILVA *et al*, 2007; SILVA, 2006).

Já no primeiro dia do mês de janeiro de 2003 foi publicada a Medida Provisória nº 103, posteriormente convertida em Lei nº 10.683/2003, que dispõe sobre a nova estrutura da Presidência da República. Estabeleceu a criação de novos ministérios, entre eles o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e o Ministério da Assistência Social e Promoção Social (MAPS). Incluiu como um dos órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (BRASIL, 2003a; BRASIL, 2003b).

No início do mandato do Presidente Lula, em 2003, foi implantado o Programa Fome Zero. O projeto Fome Zero foi elaborado em 2001 pelo Instituto de Cidadania, com a participação de diversos atores e pesquisadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país, além de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG). Teve como objetivo propor uma política nacional participativa de SAN e combate à fome (BRASIL, 2010a; SILVA *et al*, 2007). Apresentava três eixos centrais: a construção participativa da Política de SAN, a implantação de políticas públicas e o mutirão contra a fome.

Uma das iniciativas do novo governo foi instituir o Cartão Alimentação, por meio da Medida Provisória nº 108 de 27 de fevereiro de 2003, que posteriormente foi revogada na lei nº 10.689 de 13 de junho de 2003, que criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (BRASIL, 2003c; BRASIL, 2003d). O cartão Alimentação integrou uma das ações especificas do Programa Fome Zero, teve como objetivo combater a fome e promover a Segurança Alimentar e Nutricional, com o repasse de recurso financeiro, sendo destinado a famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (SILVA *et al*, 2007).

Este governo deu continuidade e ampliou as discussões sobre políticas sociais do Brasil,

sendo um marco importante a criação do Programa Bolsa Família. Este programa representou importante marco na história das políticas sociais do Brasil.

O Programa Bolsa Família

Durante a transição de governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula, indícios sobre a necessidade de unificação dos programas de transferência de renda foram lançados pela equipe de transição de governo, que realizou um diagnóstico sobre os programas sociais existentes. Em outubro de 2003, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF) pela Medida Provisória nº 132/2003, convertida na Lei nº 10.836/2004. Este novo programa teve como finalidade a unificação dos processos de gestão e execução por parte do governo federal das ações de transferência de renda, como o Cadastramento Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico) e a integração dos seguintes programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, auxílio gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão alimentação) (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2003e).

O PBF trouxe como características singulares o foco na proteção da família como um todo, e não somente a grupos específicos (crianças, adolescentes), o aumento do valor monetário do benefício e o alto investimento público em uma política de transferência de renda (SILVA, *et al* 2007; SILVA, 2006).

O programa teve o objetivo de colaborar para a inclusão social de milhares de famílias brasileiras que estavam em situação de fome e pobreza (BRASIL, 2013; SILVA, 2006). Pretendia-se contribuir para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, por meio da transferência de renda, da melhoria do acompanhamento da saúde e do estímulo à educação (BRASIL, 2013). Conforme o artigo 4º do Decreto Nº 5.209/2004, os objetivos básicos do PBF são:

> I - Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
> II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
> III - Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
> IV - Combater a pobreza;
> V - Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004b).

A gestão e execução do PBF são descentralizadas e realizadas de modo compartilhado entre as três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2003e). A gestão das condicionalidades exigidas pelo programa é realizada pelos três níveis de governo, no entanto, os municípios têm maior responsabilidade na oferta dos serviços de

educação e de saúde e monitoramento das condicionalidades.

Conforme a Portaria GM/MDS Nº 251, de 12 de dezembro de 2012, as condicionalidades do PBF:

> Visam a ampliar o acesso das famílias às políticas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população beneficiária, assim como a fortalecer a capacidade de o Poder Público oferecer tais serviços (BRASIL, 2012).

No caso da saúde, as condicionalidades previstas são: assistência ao pré-natal e ao puerpério; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, e da vacinação; vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos; e participação em atividades educativas promovidas pelo serviço de saúde. No que se refere à educação, as condicionalidades são frequência escolar de 85% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 75% de frequência escolar no caso de jovens de 16 a 17 anos. O não cumprimento das condicionalidades por parte das famílias implica na suspensão do benefício, conforme consta na legislação do PBF (Portaria GM/MDS Nº 251, de 12 de dezembro de 2012).

Em janeiro de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), substituindo o Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (SILVA, 2006). Conforme o artigo 2º do Decreto nº 7.332/2010, o MDS tem entre as suas atribuições "coordenar, gerir e operacionalizar o Programa Bolsa Família" (BRASIL, 2010b).

Em meados dos anos de 2011 foi instituído o Plano Brasil Sem Miséria, pela Presidente Dilma Rousseff com o Decreto de Lei Nº 7.492/2011. O artigo 4º do referido Decreto, apresenta os seguintes objetivos do Plano Brasil Sem Miséria:

> I - Elevar a renda familiar *per capita* da população em situação de extrema pobreza;
> II - Ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos;
> III - Propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2011).

No âmbito do PBF, o Plano Brasil Sem Miséria ampliou o olhar do Programa para as famílias em situação de pobreza extrema, que viviam em alto grau de exclusão social, a ponto de não conseguirem acessar as políticas sociais. Uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria era a Busca Ativa, na qual o Estado, por meio das três esferas de governo (Federal, Municipal, Estadual), assumia a responsabilidade de encontrar as famílias mais pobres, dando a elas o direito de serem assistidas pelos programas sociais. No que se refere à garantia de renda, incluiu dois novos benefícios do PBF, o benefício para gestante e nutriz e o benefício para a superação da extrema pobreza (BRASIL, 2014a).

Conforme o Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, o PBF destina-se a famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, sendo caracterizada respectivamente pela renda familiar mensal *per capita* de até R$ 85,00 e de até R$ 170,00. O benefício básico, no valor mensal de R$ 85,00, é destinado às famílias que estão em situação de extrema pobreza. Os benefícios variáveis são destinados tanto a famílias em extrema pobreza, como as em situação de pobreza. Existem dois benefícios variáveis, sendo o primeiro destinado às famílias com gestantes, nutrizes, crianças entre zero a quinze anos, o valor mensal deste benefício é de R$ 39,00 por beneficiário, não podendo exceder cinco benefícios por família, o que equivale ao limite de R$195,00 por família. Para famílias com adolescentes entre dezesseis e dezessete anos, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino, o valor do benefício variável é de R$ 46,00, não podendo exceder a dois benefícios por família, conforme demonstra o quadro 1 (BRASIL, 2016).

Caso a família contemplada pelo PBF permaneça em situação de extrema pobreza, mesmo recebendo os benefícios básico e variáveis, ela terá direito ainda ao benefício para superação da extrema pobreza. Este benefício passou a compor o PBF em 2012, por meio do Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de erradicar a extrema pobreza (BRASIL, 2014a). Trouxe como objetivo garantir a renda mínima de R$85,00 por pessoa da família beneficiária do PBF. Neste sentido, o valor total deste benefício será o necessário para que a renda por pessoa da família seja superior a R$85,00, no limite de um benefício por família, o valor deste benefício é calculado caso a caso (BRASIL, 2016).

Quadro 1: Repasse monetário concedido às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

Perfil da família	**Benefício básico**	**Benefício variável** (Criança entre 0 a 15 anos, gestantes e nutriz)	**Benefício variável** (Adolescente entre 16 e 17 anos)
Família com renda *per capita* de até R$ 85,00 por mês	R$ 85,00	R$39,00 (Máximo de 5 benefícios por família)	R$ 46,00 (Máximo de 2 adolescentes por família)
Família com renda per capita entre R$ 85,01 até R$ 170,00 por mês	-	R$39,00 (Máximo de 5 benefícios por família)	R$ 46,00 (Máximo de 2 adolescentes por família)

*Valores atualizados conforme o Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016.[1]

[1] Os valores vigentes no período do estudo, eram conforme o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. No qual eram consideradas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizada respectivamente pela renda familiar mensal *per capita* de até R$ 154,00 e de R$ 77,00. O benefício básico era corresponde ao valor de R$ 77,00 reais, destinado a famílias em situação de extrema pobreza. O benefício variável era no valor de R$ 35,00 reais para famílias com gestantes, nutrizes, crianças entre zero a quinze anos, não podendo exceder a cinco benefícios por família. O benefício variável era no valor de R$ 42,00 reais destinados às famílias com adolescentes entre dezesseis e dezessete anos, não podendo exceder a dois benefícios por família. O benefício para superação da extrema pobreza tinha como objetivo garantir a renda mínima de R$77,00 por pessoa da família beneficiária do PBF, sendo o valor calculado caso a caso.

O PBF consolidou-se como o maior programa de proteção social do Brasil. Dados do MDS revelam que no mês de novembro de 2016, mais de 13 milhões de famílias foram beneficiadas, o valor médio do benefício foi de R$ 183,78 por família, o que correspondeu a uma transferência do governo federal no valor de mais de 2 bilhões de reais no mês, revertido em benefícios a famílias do PBF (BRASIL, 2016).

Diversos estudos apontam que as famílias atendidas pelo PBF utilizam grande parte do benefício para a compra de alimentos, priorizando os alimentos destinados às crianças. Segundo estudo realizado em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE)**,** as famílias mais pobres destinam maior percentual da sua renda para aquisição de alimentos. Este mesmo estudo demonstra que o benefício do PBF trouxe impacto na alimentação das famílias, com aumento da quantidade e variedade dos alimentos consumidos, sendo ainda mais expressivo para as famílias que vivem em áreas rurais. A transferência de renda contínua possibilitou às famílias maior planejamento dos gastos, refletindo em modificações no consumo alimentar (IBASE, 2008).

Para Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008), o aumento de poder de compra de alimentos pode não refletir necessariamente no aumento da qualidade da alimentação das famílias beneficiadas pelo PBF. As autoras reforçam que o PBF possibilitou às famílias o aumento do consumo de alimentos fontes de proteínas (leite e derivados, carnes), cereais e de feijões, mas também de alimentos ricos em gorduras e açúcares. Isto pode estar relacionado ao fato de que as escolhas alimentares são influenciadas por fatores econômicos, pela disponibilidade de compra (oferta e preço), mas também pelos valores simbólicos que envolvem a decisão de compra, especialmente os produtos destinados às crianças.

No entanto, de acordo com Burlandy (2007), os PTCR podem auxiliar as famílias pobres e extremamente pobres a alcançarem Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma vez que possibilitam a escolha daqueles alimentos que fazem parte da sua cultura, contemplando o conceito de SAN no que tange ao respeito à diversidade cultural. Conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006), SAN pode ser compreendida como:

> (...) realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Segundo Burlandy (2007), o repasse mensal de renda possibilita às famílias a segurança, o planejamento das compras, evita situações de constrangimento, propicia a compra de bens que não são alimentos, mas que muitas vezes auxiliam no alcance da SAN, como

eletrodomésticos utilizados para o armazenamento e preparo dos alimentos, investimentos em equipamentos para a geração de renda, entre outros. A autora destaca ainda que o PBF se aproxima da concretização de um dos seus objetivos, o de “Promover Segurança Alimentar e Nutricional” por meio dos possíveis impactos da transferência de renda na alimentação das famílias e pelo acesso aos serviços de saúde e de educação que integram as condicionalidades do programa (BURLANDY, 2007).

As ações do PBF trouxeram expressivas conquistas na luta para a redução da pobreza e da pobreza extrema, que puderam ser confirmadas em relatórios internacionais. Conforme aponta o relatório recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015", o Brasil teve queda de 82,1% da fome entre os anos 2002 e 2014 (FAO, 2015). Assim, a FAO destaca que o Brasil não está mais presente no mapa da fome e que alcançou o objetivo do Desenvolvimento do Milênio referente a reduzir pela metade a fome.

Dados de um estudo do MDS realizado no ano de 2013 revelou que 50,2% das famílias beneficiadas pelo PBF residiam no nordeste do Brasil, seguido de 25,4 % na região Sudeste, 11,4% no Norte, 7,5% no Sul e 5,4% no Centro Oeste do país. Quanto ao perfil de renda das famílias beneficiadas pelo PBF, a maioria destas famílias, antes de receber o benefício, estava em situação de extrema pobreza (72,4%). Observou-se diferenças expressivas entre as regiões brasileiras. Nas regiões norte, 78,1%, e nordeste 82,2% dos beneficiários eram extremamente pobres, já na região Sul do Brasil, 54% dos beneficiários encontravam-se nesta situação (BRASIL, 2013).

Este estudo também revelou que 93,1% dos titulares do benefício do PBF são mulheres (BRASIL, 2013). Conforme já foi dito anteriormente, o PBF prioriza a mulher como titular do benefício, por considerar que elas, em geral, são as responsáveis pelo cuidado e bem-estar dos membros das famílias. Dada a relevância deste tema, cabe discutir a construção social de gênero e a titularidade do PBF.

2.2 Reflexões sobre Gênero

Entender a construção social dos gêneros é fundamental para compreensão dos papéis familiares atribuídos a homens e mulheres. No entanto, este trabalho não traz como propósito realizar uma discussão aprofundada sobre relações de gênero, mas sim refletir a luz de alguns autores sobre a construção social dos papéis de gênero para que se possa compreender os reflexos nas políticas públicas, como no caso do PBF, bem como, nas práticas alimentares no

âmbito familiar.

O estudo de Joan Scott (1995) foi um dos primeiros a definir gênero como uma categoria de análise. A autora apresenta uma contextualização histórica sobre a construção do conceito de gênero:

> Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Segundo Bourdieu (2010), a construção social dos sexos, das identidades sexuais e de gênero ocorreu histórica e culturalmente apoiado na perspectiva da natureza, baseada nas diferenças biológicas dos corpos. Sendo assim, a subordinação das mulheres aos homens era tida como natural. A produção de diferenças entre o masculino e feminino foi justificada pelas diferenças biológicas, levando a divisões socialmente construídas entre os sexos, das quais remetem à oposição e determinaram espaços e atribuições distintas a homens e a mulheres (BOURDIEU, 2010). Conforme o autor:

> As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e feminino (BOURDIEU, 2010, p.41).

Segundo Abreu e Silva (2016), o movimento feminista questiona as raízes culturais da desigualdade entre os sexos, ressaltando que a diferenciação de papéis esta pautada em uma relação de poder entre os sexos, em critérios sociais e não somente biológicos.

Sobre a construção social de gênero, Simone de Beauvoir (1967), em um clássico para os estudos feministas, o livro "O segundo sexo", consagrou a expressão de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, no sentido de que, desde o nascimento, há uma intervenção social na vida das crianças, no qual as diferenciam. A vocação à maternidade e a passividade não são, portanto, instintos naturais àquelas do sexo feminino, mas sim, imposições. A autora reforça que, para as meninas, os sentimentos, as angustias da infância são mais acolhidos do que acontece com os meninos. Desde pequeno espera-se que o menino se comporte como pequenos homens; o choro, o pedido de carinho é, em geral, permitido somente nos primeiros anos, diferentemente das meninas. Ou seja, desde o nascimento meninos e meninas são preparados para exercerem os papéis destinados ao gênero, construídos socialmente como distintos. E esses ensinamentos estão presentes em todos os espaços, quer seja no âmbito familiar, na escola, na religião, no convívio com a sociedade e ou por influência da mídia (LYRA *et al*, 2003). Ao

menino são atribuídos brinquedos e brincadeiras que rementem ao ambiente externo, de trabalho e força, como os carros, os jogos de lutas e os super-heróis. Já às meninas são oferecidas brincadeiras que remetem ao ambiente doméstico, de cuidado aos filhos e a casa, como exemplo, as bonecas, os brinquedos que imitam utensílios de cozinha entre outros. Deste modo, de um lado homens provedores e, de outro, mulheres cuidadoras e as crianças reproduzem nas brincadeiras aquilo que se "espera" de um pai e de uma mãe (LYRA *et al*, 2003).

Assim sendo, as construções sociais determinam a divisão entre atividades destinadas a homens e mulheres, não sendo, portanto, uma determinação biológica. Na década de 1970 impulsionado por diversos estudos feministas, principalmente franceses, se consolidou o conceito de divisão sexual do trabalho. Que segundo Kergoat (2009, p.67)

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (política, religiosas, militares etc.).

Esta forma de divisão social do trabalho, em todas as sociedades, se organiza em dois princípios: hierarquia (trabalho masculino tem mais valor do que o feminino) e separação (divisão de trabalhos considerados de homens e de mulheres) (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009). Estes princípios foram legitimados pela ideologia naturalista, na qual segundo Hirata e Kergoat (2007, p.599), "rebaixa o gênero a sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie". As autoras reforçam que a divisão sexual do trabalho é variável ao longo do tempo e da sociedade, no entanto, o que permanece estável não são as situações, mas sim a distância entre o masculino e feminino. Exemplificam o caso francês, onde as condições das mulheres tiveram significativa melhora como no acesso ao trabalho remunerado, no entanto, permanecendo a distância entre homens e mulheres.

O estudo de Sarti (2003) com famílias pobres de São Paulo, demonstra que no âmbito das famílias os dois exercem papéis complementares, porém hierárquicos. O homem é compreendido como "chefe da família" (provedor do sustento) e a mulher como "chefe da casa" (cuidadora da família e do lar). A autoridade masculina (autoridade moral) compete a mediação da família com o ambiente externo, já a autoridade feminina diz respeito a manter a unidade do grupo familiar. Ainda segundo a autora, quando a mulher assume a responsabilidade econômica do lar ocorrem modificações importantes nas relações de autoridade no âmbito familiar. A autoridade masculina é abalada, caso o homem não garanta moradia e sustento da família,

atribuições estas do papel de provedor. A autora reforça que as mulheres pobres, já acostumadas ao trabalho duro, não identificam como problema serem a "chefe da família", mas sim a manutenção da dimensão do respeito que fica abalada na falta do homem. Nestes casos, são destinados a outros homens da família (filho mais velho, pai ou irmão) a responsabilidade da autoridade moral, mesmo quando elas assumem o papel de provedora. Portanto, a autoridade do homem não se fundamenta necessariamente no controle de recursos financeiros, mas sim no seu papel de intermediador entre a família e o mundo externo, de garantir o respeito da família, seu papel social de gênero representa a autoridade moral da família. Em contraposição, na impossibilidade dos papéis femininos serem assumidos pela "mãe-esposa-dona de casa", estas atribuições são transferidas para outras mulheres, de dentro ou fora do lar (como mãe, tia, irmã, filhas). Deste modo, a centralidade da família não está em um dos gêneros, mas sim na complementariedade masculino/feminino (SARTI, 2003).

Lyra *et al* (2003) apresentam em seu estudo uma contextualização histórica sobre a construção social da associação feminina ao cuidado. Os autores relatam que, em diferentes tempos históricos e sociedades, o cuidado das crianças era geralmente atribuído à figura feminina, visto que os homens estavam mais envolvidos com atividades externas, levando ao distanciamento do convívio e do cuidado dos filhos. Como foi dito anteriormente, são impostas às crianças brincadeiras que rementem a diferenciação dos papéis de gênero, neste sentido, é ensinado para as meninas o papel do cuidado, nas brincadeiras com as bonecas elas reproduzem o cuidado do filho, no entanto, os meninos não recebem o ensinamento de como um pai deve cuidar de seus filhos. Repercutindo em pais muitas vezes distantes do cuidado dos filhos, pois nunca lhe foi ensinado como cuidar, dar banho, ninar, alimentar uma criança. Deste modo, para alguns homens o ato de cuidar e demonstrar carinho pode ser difícil, visto que, quando crianças, esses podem ter sido repreendidos até com punições físicas, ao tentar demonstrar afeto e afeição ao cuidado de uma boneca por exemplo. Neste sentido, Lyra *et al* (2003) questionam como a sociedade pode esperar que estes meninos sejam pais presentes no futuro, se na infância não lhe foi ensinado o cuidado. Os autores reforçam que, desde que cuidado foi associado à maternidade, foi naturalizado como "instinto feminino" ou "instinto materno", no entanto, o cuidado é um aprendizado social. Porém, ainda que de modo discreto, novas gerações de pais tentam reverter o papel que a sociedade tentou lhes impor, se mostram mais participativos no cuidado com os filhos, contudo muitos enfrentam dificuldades, visto que não foi ensinado este papel de pai cuidador (LYRA *et al*, 2003).

Além da dimensão do cuidado com outro, o cuidado da sua própria saúde não foi ensinado aos homens. A imagem do homem, construída socialmente e culturalmente, é de uma

pessoa forte, símbolo de virilidade e racionalidade. Até mesmo os serviços de saúde podem não estar preparados para receberem os homens, as atividades em saúde geralmente não são voltadas para o público masculino, e ocorrem em horários impróprios para aqueles inseridos no trabalho formal (LYRA *et al*, 2003). Estas dificuldades ainda permanecem, no entanto, no Sistema Único de Saúde, em 2009, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem[2], com objetivo de promover melhorias nas condições de saúde da população masculina adulta.

A naturalização do cuidado como atribuição feminina traz também reflexos nas escolhas das profissões. Nota-se como é expressiva a presença de mulheres nas profissões relacionadas ao cuidado, como nas áreas de saúde e de educação. Do mesmo modo, por ser visto como um trabalho feminino, estas profissões em geral não são tão valorizadas, principalmente no aspecto da remuneração, quando comparadas as áreas profissionais mais relacionadas ao trabalho masculino (LYRA *et al*, 2003). O estudo de Lyra *et al* (2003, p.87) enfatiza: " Percebendo a hierarquização dos papéis masculinos e femininos como uma construção social, cultural e histórica, acreditamos que somente pela análise das relações de gênero é possível compreender as desigualdades sociais no exercício do cuidado".

Como outro ponto importante nas distinções de gênero, deve-se ressaltar que, durante muitos anos, as mulheres vêm sofrendo consequências nas suas vidas por conta da construção social de gênero, por serem consideradas inferiores em relação aos homens. Para exemplificar, sabe-se que o acesso a direitos civis, políticos e de educação pelas mulheres somente são conquistados a partir de muitas lutas dos movimentos de mulheres e feministas (ABREU; SILVA, 2016). Sarti (2003) relata que ao longo da história acontecimentos contribuíram para algumas alterações das atribuições de homens e mulheres na sociedade. A partir da década de 1960, um importante marco para a vida cotidiana das mulheres foi a difusão da pílula anticoncepcional, quando a sexualidade feminina se dissociou da reprodução. Além disso, no mesmo período houve maior presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Esses dois fatos repercutiram em uma mudança importante do papel das mulheres perante à família. Para algumas mulheres possibilitou a ruptura do ambiente doméstico e avanço para o espaço público do trabalho (SARTI, 2003). Já no final dos anos 1980, os testes de DNA, onde a paternidade pode ser comprovada, trouxeram segundo Fonseca (2001, p.2) "o potencial de uma nova 'mudança profunda' em nossa maneira de pensar a família, relações de gênero e parentesco". Os testes de paternidade acarretaram aos homens maior responsabilidade por seus

[2] Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem, instituída pela Portaria nº 1.944/GM, do Ministério da Saúde, de 27 de agosto de 2009.

filhos, principalmente do ponto de vista jurídico e financeiro (FONSECA, 2001).

Apesar das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, os indicadores apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 e de 2014 reafirmam a presença da desigualdade de gênero no Brasil (IBGE, 2015; IBGE, 2012). Sobre desigualdades de rendimentos, essas pesquisas apontam que as mulheres ainda recebem menos que homens. Ao comparar os rendimentos de homens e mulheres, a PNAD 2014 demonstra que os salários das mulheres correspondem em média a 73,3% do salário dos homens. Outro indicador que expressa esta desigualdade é a proporção de pessoas que recebem até um salário mínimo. Foi observado que 21,5% dos homens ocupados recebem até um salário mínimo, enquanto 30,6% das mulheres ocupadas (IBGE, 2015).

Melo (2005) enfatiza que pobreza e exclusão social atingem homens e mulheres de modo diferente. De acordo com o estudo, as mulheres podem vivenciar a pobreza mais grave, pois o recebimento pelo seu trabalho é ainda inferior ao dos homens, mesmo quando exercem a mesma função. Sendo assim, as famílias que dependem exclusivamente da renda feminina tendem a sofrer maiores restrições financeiras. Ainda de acordo com Melo (2005), as mulheres realizam mais atividades não remuneradas no âmbito familiar do que os homens, como o cuidado a pessoas doentes e a crianças, tarefas domésticas, o que as tornam, em algumas situações, dependentes da provisão de renda masculina.

No que se refere ao trabalho doméstico, a PNAD de 2011 mostra que esta continua sendo uma atividade predominantemente feminina. A jornada média semanal nessas atividades é 2,5 vezes maior do que a dos homens. Araújo e Scalon (2005) enfatizam que apesar da participação conjunta no mercado de trabalho com carga horária semelhante, a divisão sexual do trabalho doméstico continua sendo desigual, sendo a participação dos homens ainda pouco expressiva. As autoras também demonstram que o cuidado dos filhos, em geral, permanece o padrão tradicional, no qual as mulheres têm maior responsabilidade do que os homens.

O papel social das mulheres tem mudado ao longo dos anos. Melo (2005) destaca que, no início do século passado, grande parte das mulheres era analfabeta. Atualmente elas apresentam maior escolaridade do que os homens, refletindo na progressão de carreira e ampla presença no mercado de trabalho, proporcionando mudança nos papéis femininos na sociedade em todas as classes sociais.

Outra mudança do papel feminino na sociedade pode ser vista nos dados sobre a pessoa de referência das famílias. De acordo com o IBGE (2012), entre famílias formadas por casais sem filhos a proporção de mulheres declarante como responsável pela família passou de 4,5% (2001) para 18,3% (2011); naquelas formadas por casais com filhos os dados foram

semelhantes, de 3,4% passou para 18,4% no mesmo período.

Ao olhar para os arranjos familiares a PNAD (2011) mostrou que 16,4% são constituídos por arranjos monoparentais femininos, compreendidos como aqueles compostos por mulher sem cônjuge e com filhos. Um dado preocupante deste estudo revela que em 27% dos domicílios com rendimento per capita de até ¼ do salário mínimo, os arranjos familiares são monoparentais femininos com filhos menores de 14 anos de idade. As famílias com este arranjo apresentam indicadores de escolaridade, saneamento básico e renda abaixo da média nacional, reafirmando a situação de vulnerabilidade vivenciada por estas famílias.

Farah (2004) traz em seu estudo uma reflexão sobre a incorporação de gênero nas políticas públicas no Brasil. A autora pontua, que desde os anos de 1970, momento de luta contra o regime militar, movimentos sociais com mulheres e de mulheres, juntamente com o movimento feminista, levantaram a pauta das desigualdades de gênero como uma questão a ser incluída na agenda pública e a serem superadas por um regime democrático. Estes movimentos refletiram na implantação, na década de 1980, das primeiras políticas públicas com recorte de gênero, ou seja, que reconheceram as desigualdades de gênero e com ações diferenciadas para mulheres. As primeiras ações ocorreram no ano de 1983 com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (primeiramente em São Paulo e posteriormente expandiu para todo o país) e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, e em 1985, a instituição da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. A mobilização das mulheres repercutiu também na Constituição de 1988. Na Carta das Mulheres Brasileiras foram apresentadas propostas relativas à saúde, trabalho, família, discriminação, violência, cultura e propriedades de terra, que foram incluídas na Constituição. Ainda segundo Farah (2004), a mobilização das mulheres levou a reflexão para as políticas de combate à pobreza. Reivindicava-se que as mulheres fossem as beneficiárias preferenciais, e que participassem na formulação, implantação e controle das políticas públicas. A focalização das políticas de combate à pobreza foi defendida por diversos movimentos, por entender que as mulheres, em geral, têm menor renda que os homens e por isso podem sofrer uma pobreza mais grave, principalmente nas famílias monoparentais femininas (FARAH, 2004).

Conforme exposto, as construções sociais de papéis de gênero, bem como os movimentos de mulheres e feministas repercutiram na formulação das políticas públicas focalizadas, deste modo, cabe discutir a preferência da titularidade feminina no Programa Bolsa Família.

2.3 Titularidade do Programa Bolsa Família

Conforme a Lei 10.836, que cria o PBF, artigo segundo, parágrafo 14: “o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”, sendo destinado a “unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza e pobreza” (BRASIL, 2004a).

Observa-se a família como foco de diversas políticas brasileiras, como nas áreas da saúde, educação e da assistência social. Carloto e Mariano (2010) enfatizam que há uma associação família-mulher, levando a um direcionamento destas políticas para a mulher. A relação da mulher como “cuidadora” da família é compreendida como algo natural, tanto pela sociedade como pelas políticas sociais, apesar de várias críticas a esse respeito já terem sido levantadas. Esta compreensão reforça como espaço feminino a família e o espaço masculino o trabalho, embora homens e mulheres atuem em ambos os espaços. Conforme estudo de Lavinas *et al* (2012) com beneficiárias do PBF, para as mulheres pobres, o papel de “cuidadora” recai de modo mais intenso, visto que, a ausência de serviços públicos de creches faz com que elas se ausentem do trabalho remunerado para o cuidado dos filhos.

A incorporação pelas políticas sociais da construção cultural da mulher como “cuidadora” da família, identificando-a como a figura representativa da família, repercutiu no desenho destas políticas, favorecendo na indicação desse segmento como as responsáveis, preferencialmente, pelo recebimento do benefício dos programas de transferência de renda, como no caso do PBF (MARIANO; CARLOTO, 2013; CARLOTO; MARIANO, 2010).

O estudo de Carloto e Mariano (2010) revela que homens e mulheres podem vivenciar de maneira diferente os sentimentos de vergonha e humilhação ao buscar serviços de assistência social. De acordo com as autoras, quando a família vivencia situação de pobreza, o peso do fracasso recai mais sobre o homem, por não poder prover o necessário para a família, despertando sentimento de vergonha ao necessitar acessar os serviços de assistência social. As autoras ressaltam ainda que, como a mulher, em muitas situações, exerce a função de “cuidadora” da família, ao buscar ajuda nos serviços de assistência social, o sentimento de vergonha e constrangimento é menor, o que pode refletir na grande participação das mesmas nos programas sociais.

Neste sentido, Barbosa e Freitas (2013) trazem a reflexão sobre a invisibilidade dos homens pobres perante as políticas e programas sociais de combate à pobreza. As autoras enfatizam que normalmente os serviços de assistência social, tem a expectativa de que a mulher seja a representante da família. Portanto, as fragilidades masculinas, de acesso a renda e a

trabalho, podem passar despercebidas perante o serviço. Até mesmo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que representam a rede de proteção social primária, conforme o estudo de Muniz (2011), são normalmente destinados a acolher as mulheres como representantes da família, com decorações voltadas para o público feminino, e atividades relacionadas à casa e artesanato, atividades estas não atrativas para os homens e nem mesmo para mulheres que buscam inserção no mercado de trabalho e não estão disponíveis apenas para atividades de cuidado. Sendo assim, os homens sentem mais dificuldades para acessar os serviços de assistência social, que, por outro lado, reforçam a responsabilidade da mulher em buscar o apoio nesses serviços. Já aqueles homens que vivem só podem viver em situação de pobreza ainda mais grave devido à dificuldade no acesso à assistência social (BARBOSA; FREITAS, 2013).

Várias pesquisas apresentam críticas à indicação da mulher como titular do benefício do PBF, visto que a sua inclusão nas políticas de assistência social não possibilitou, efetivamente, a conquista de direitos nesse segmento (CARLOTO; MARIANO, 2010; LAVINAS *et al*, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013). Esses trabalhos revelam que a titularidade feminina tende a reforçar os papéis tradicionais de gênero dado que, sendo mulher a responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, a titularidade feminina acaba por atribuir a elas maior responsabilidade, bem como, reforça a função de coadjuvantes do enfrentamento da pobreza.

Por outro lado, alguns estudos demonstraram, a partir da percepção de mulheres titulares do benefício, que o recebimento do PBF trouxe melhoria nas relações sociais, principalmente devido à garantia de renda contínua, o que permite planejamento e compromisso com os gastos financeiros (SANTOS *et al*, 2015; LAVINAS *et al*, 2012). Ou seja, para algumas mulheres, ser a titular de uma política de assistência social proporcionou a primeira oportunidade de gerenciar uma renda, repercutindo no maior reconhecimento perante a família e a sociedade por ser a responsável pelo benefício (DUQUE-ARRAZOLA, 2010). Para exemplificar essa questão, no estudo realizado pelo IBASE (2008) as mulheres titulares do PBF relataram como principais repercussões do PBF, o aumento de poder de decisão sobre o dinheiro da família e maior independência financeira; ou seja, estes resultados podem indicar o aumento da autonomia feminina. Outra percepção positiva da titularidade feminina dada em programas sociais foi relatada pelas mulheres titulares no estudo de Suarez *et al* (2006). De acordo com os autores, as mulheres referiam o reconhecimento delas como cidadãs a partir da titularidade feminina, pois muitas destas mulheres não tinham documentos de identificação pessoal e para poder se cadastrar no PBF buscaram tirar a certidão de nascimento e carteira de identidade.

Sobre a administração e titularidade do benefício, estudos apontam resultados

semelhantes (IBASE, 2008; MARIANO, 2008; LAVINAS *et al*, 2012; PIRES, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; LAGO *et al*, 2014). Na grande maioria dos casos, a administração do benefício é realizada pela mulher titular do PBF. Já sobre a titularidade do PBF, as mulheres se reconhecem como sendo as mais indicadas para receberem o benefício, por terem maior responsabilidade sobre o uso do dinheiro e com o cuidado com a família do que os homens (REGO; PINZANI, 2013).

Mariano e Carloto (2013) avaliam este posicionamento das mulheres em duas perspectivas, por um lado as mulheres reconhecem uma valorização das atividades do cuidado à família, mas por outro lado, as atividades domésticas e com a família ainda estão fortemente associadas à responsabilidade feminina, não emergindo a reflexão e a discussão sobre a divisão de trabalhos domésticos entre homens e mulheres. Desse modo, para muitas mulheres, a titularidade do PBF não alterou seu cotidiano, pois acreditam que estas atividades são femininas. Com isso, pode-se dizer que o PBF, nestes casos, não transforma as relações de gênero já existentes, mas por outro lado reforça uma postura conservadora de papéis de gênero (MARIANO, 2008).

Na verdade, a titularidade do PBF não garantiu às mulheres a conquista da cidadania e direitos como pontuado por Mariano (2008). Para isso, a autora destaca a necessidade da inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, com ações específicas que amenizem as desigualdades de gênero, visto a histórica relação desigual entre homens e mulheres na sociedade, especialmente para aquelas que vivem em situação de pobreza.

O relatório do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (CEPAL, 2013) enfatiza que os Programas de Transferência de Renda (PTR), ao indicar as mulheres como principais responsáveis, naturalizam o tradicional papel social da mulher como cuidadora. Embora o relatório reconheça que não é o objetivo desses programas modificar os papéis tradicionais de gênero, propõe que os PTR não devam reforçá-los, mas sim contribuir para a corresponsabilização do cuidado entre homens e mulheres. Desperta, assim, a reflexão sobre o papel do PBF, visto que o programa deve responder a outros objetivos que não estão relacionados ao enfretamento das desigualdades de gênero. Para isso, conforme Mariano e Carloto (2009), seria necessário estimular uma maior participação dos homens no cuidado das crianças e das famílias, como exemplo no acompanhamento das condicionalidades do PBF. De modo geral, o titular do programa dedica tempo para o acompanhamento das condicionalidades de saúde, de educação e na participação de atividades educativas oferecidas pela assistência social. E, sendo a mulher a titular do PBF, sugere-se que a titularidade reforça que elas devam priorizar seu tempo a estas atividades e à família, desvinculando o homem desse cuidado. Sendo

assim, os homens podem dedicar mais tempo às atividades remuneradas, ao contrário das mulheres, dificultando a construção de uma igualdade de gênero (MARIANO; CARLOTO, 2009).

Nessa mesma perspectiva, a pesquisa do IBASE (2008) aponta que as mulheres beneficiárias do PBF possuíam sobrecarga de trabalho doméstico, principalmente aquelas com filhos pequenos, que associado a outros fatores como baixa escolaridade, refletiam na dificuldade da inserção dessa mulher em atividades remuneradas.

Já sobre arranjos familiares dos beneficiários do PBF, pesquisa do MDS do ano 2013, indicou que 42,2% das famílias beneficiadas são monoparentais feminino, seguido de 37,6% de famílias formadas por casais com filhos, enquanto monoparentais masculino esteve presente em 1,6% dos arranjos familiares dos beneficiados (BRASIL, 2013).

O estudo realizado pelo IBASE (2008), com amostragem de beneficiários do PBF do país, indicou que os homens possuem escolaridade menor do que as mulheres. Entres os homens titulares do PBF 30,2% não sabiam ler ou escrever, enquanto 17,7% das mulheres titulares eram analfabetas. A pesquisa indicou que os homens pertencentes às famílias beneficiárias do PBF estavam mais inseridos no mercado de trabalho do que as mulheres, 77,4% e 41,4% respectivamente. No entanto, nos domicílios em que o homem era o titular 33,9% apresentaram renda per capita inferior R$ 60,00 reais, enquanto 28,9% das titulares mulheres. Deste modo, o estudo concluiu que "os titulares do Bolsa Família do sexo masculino são tão ou mais vulneráveis que as mulheres titulares, ao menos no que diz respeito à renda e a escolaridade" (IBASE, 2008, p. 137).

Na pesquisa realizada pelo IBASE (2008) foi perguntado aos titulares do PBF quem ganhava mais dinheiro na família, 52,1% das famílias era o homem, 40,9% a mulher e 7% ambos. Quanto aos dados sobre o responsável pelo domicilio, 44,2% são homens, 36,4% são mulheres e 19,4% ambos. Observa-se que, por mais que as mulheres apresentaram percentual menor de renda e de responsável pela família do que os homens, os resultados são reveladores e expressivos da situação da mulher enquanto provedora e do seu papel dentro da família.

Não foram encontrados até o momento da elaboração desta dissertação estudos que relacionem a utilização do recurso do PBF com a titularidade (homem/mulher) do benefício. Os estudos encontrados expressaram como as mulheres titulares utilizam o recurso do PBF e, em alguns estudos, não era explicitado quem tem o poder de decisão sobre o uso do recurso, se era o homem ou a mulher. No entanto, o estudo do IBASE (2008) apresenta que as mulheres titulares do PBF são as principais responsáveis pela decisão do uso do benefício do PBF, e costumam usá-lo na alimentação da família. Este fato desperta a reflexão sobre papéis de gênero

e as práticas alimentares, visto que a decisão da utilização dos recursos do PBF na compra de alimentos pode trazer alguns reflexos nas práticas alimentares das famílias beneficiadas.

2.4 Práticas Alimentares

A alimentação é uma atitude essencial para a vida, no entanto, os homens e as mulheres criam e recriam práticas alimentares e atribuem significados ao alimento, que vão além da sua função biológica (MACIEL, 2001). Neste estudo, optou-se pela compreensão de prática alimentar de Canesqui (2005, p.169):

> A análise da prática alimentar cotidiana não se restringe aos alimentos apropriados em si mesmos, mas aos seus usos e modos de consumo, que envolvem seleção e escolhas, quem consome, como são adquiridos e preparados, quando e por quem são consumidos, ocasiões e adequações de consumo, juntamente com regras, valores, normas, crenças e significados que acompanham o consumo alimentar e a própria alimentação, sempre carregados culturalmente.

Importantes estudos etnográficos do campo da antropologia sobre a dimensão cultural das práticas alimentares no Brasil iniciaram a partir da década de 1950. Estes estudos buscaram olhar para os valores simbólicos atribuídos à alimentação por meio da descrição das escolhas e hábitos alimentares, do modo de aquisição e de preparo do alimento, bem como os tabus e crenças, contribuindo assim para a compreensão da alimentação sob a perspectiva da cultura alimentar (CANESQUI, 1988).

De acordo com Maciel (2001), a alimentação é totalmente influenciada pela sociedade em que se vive. Para todos grupos populacionais, certos alimentos são considerados comida, e outros não. Essa denominação do que “é comida” e “do que não é”, é determinada pela cultura e não pelo valor biológico do alimento. Além disso, a cultura indica o que deve ser ingerido, quando, com quem, por que e como, e o que deve ser proibido.

As práticas alimentares são mediadas pelo consumo coletivo, que muitas vezes é realizado em família. São constantemente influenciadas pela cultura, religião, economia, relações sociais, memória afetiva e familiar e, por estas razões, as práticas alimentares não são homogêneas (CANESQUI, 2005; DIEZ-GARCIA, 1997).

Comer todas as refeições em casa com a família já não é mais acessível para a maioria das pessoas que vivem nas grandes cidades. Devido à distância entre a moradia e o local de trabalho, as pessoas se alimentam em restaurantes comerciais ou nos próprios locais de trabalho. Mesmo longe do ambiente familiar, as pessoas procuram locais que se aproximem da sua memória afetiva do comer em família. Geralmente buscam comer na companhia de colegas de

trabalho que têm maior aproximação afetiva, em locais que remetem ao ambiente familiar e com comida caseira. Nesse sentido, a transferência do local da refeição do ambiente doméstico para outros espaços associa valores à alimentação (DIEZ-GARCIA, 1997).

Conforme Gracia-Arnaiz (2005) a vida nos grandes centros, baseada em longas jornadas de trabalho e de deslocamento entre casa e trabalho e/ou estudo, trouxeram outras preocupações, como o tempo para alimentação. Atrelado a isso, a indústria de alimentos e os restaurantes *fast food* trazem opções de comidas que não demandam tempo e trabalho no preparo. O novo modo de vida influencia a reestruturação das práticas alimentares, pois interfere no modo de preparo dos alimentos, nos horários das refeições em casa, no menor compartilhamento da refeição coletiva em família, refletindo no consumo coletivo e individual. Desse modo, novos valores são atribuídos aos alimentos industrializados, à comida pronta, à comensalidade e ao ato culinário (GRAVIA-ARNAIZ, 2005; CANESQUI, 2005).

Para Woortman (1985) as práticas alimentares também expressam as relações familiares e sociais. Dentro da família a refeição não representa apenas o ato de comer, mas sim, um ritual social, que reproduz simbolicamente a hierarquia familiar, observada na distribuição da comida, quem come primeiro, como é feita a divisão do prato principal (geralmente a carne), o lugar ocupado na mesa. Segundo o autor, as refeições também podem expressar as relações de gênero vivenciadas pela família e a distribuição da comida, priorizando um dos gêneros, pode demonstrar a submissão do outro.

Em relação à construção social entre gênero e práticas alimentares, apesar das conquistas para igualdade de gênero terem se acentuado nas últimas décadas, no que se refere ao trabalho doméstico, a divisão continua desigual, sendo esta uma atividade predominantemente feminina (CANESQUI, 2005; MELO,2005; PNAD, 2011). Nesse sentido, a culinária é geralmente atribuída à mulher-mãe, ou a outras mulheres da família, na ausência da mãe, mesmo quando elas, assim como os homens da família, também trabalham fora de casa. Frequentemente é atribuída ao homem a responsabilidade do provimento financeiro para aquisição dos alimentos. Comumente eles realizam preparações culinárias de final de semana ou festividades, em especial, as preparações assadas, como exemplo, o churrasco. Sendo assim, a mulher ainda exerce maior autoridade e controle sobre a refeição da família, pois pertence a ela a decisão de composição de cardápio, da adaptação do orçamento às necessidades de compra de alimentos e a decisão de como será a distribuição da comida entre os membros da família (CANESQUI, 2005; DIEZ- GARCIA, 1997; WOORTMAN, 1985).

Canesqui (2005) realizou estudo sobre as práticas alimentares de famílias trabalhadoras de São Paulo em dois momentos, sendo o primeiro em 1970 e o segundo em 2002. A autora

destaca que passados quase 30 anos da primeira pesquisa, as mulheres participavam mais fortemente do mercado de trabalho do que no primeiro momento, mas apesar disso, permaneceram as ideologias dos papéis tradicionais de gênero, onde o homem-pai é o provedor do alimento e a mulher-mãe é a responsável pelo saber culinário, organização e gerenciamento do consumo doméstico, reforçando, a alimentação da família imbricada nas teias das obrigações e deveres da mulher na relação conjugal.

As práticas alimentares são recriadas e reelaboradas constantemente por quem as vivencia, pelo fato de serem influenciadas pelos valores sociais e culturais, pelos contextos das políticas econômicos e sociais, e nelas também se refletem as desigualdades sociais (CANESQUI, 2005). Nesse sentido, se desperta a necessidade de olhar para as práticas alimentares de famílias pobres, beneficiárias pelo maior Programa de Transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família, bem como para as relações de gênero que envolvem tanto a titularidade do PBF, como as práticas alimentares das famílias beneficiárias.

3. JUSTIFICATIVA

Com base na grande relevância do PBF para a superação da pobreza no Brasil, se faz necessário compreender as práticas alimentares das famílias beneficiárias. Além disso, é importante olhar para as diversas dimensões sociais que envolvem a alimentação, assim como o PBF, entre elas, as relações de gênero. Homens e mulheres exercem no espaço familiar diferentes atribuições relacionadas aos papéis de gênero. Cabe deste modo, refletir sobre gênero, práticas alimentares e a titularidade do PBF.

Conforme discutido no referencial teórico, as práticas alimentares são recriadas constantemente por quem as vivencia, sendo influenciadas pelos contextos sociais, econômicos e pelas políticas públicas. O PBF promove impactos na vida econômica das famílias, e a titularidade do programa pode interferir nas relações de gêneros familiares, com possíveis influencias nas práticas alimentares das mesmas, despertando a necessidade de compreendê-las.

Para uma compreensão mais profunda das práticas alimentares dos beneficiários do PBF é necessário ouvi-los, em especial os titulares do programa, pois são eles quem recebem o benefício e podem exercer maior decisão sobre seus usos. Este estudo propôs ouvir homens e mulheres titulares do PBF, no intuito de compreender sua relação com as práticas alimentares. Deste modo, o estudo sobre práticas alimentares de beneficiários do PBF, se torna relevante, visando compreender como são interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam e de que maneira se relacionam com o gênero de seus titulares.

Objeto de estudo

Constitui-se como objeto de estudo do presente trabalho a titularidade (homem/mulher) do PBF e a sua relação com as práticas alimentares de famílias beneficiárias, residentes em Duque de Caxias.

Para sua realização, partiu-se das seguintes questões:

1) Quais sentidos são atribuídos ao PBF e a titularidade?
2) Como são as práticas alimentares das famílias beneficiárias do PBF?
3) Como é a relação do titular do benefício com as práticas alimentares da família? Ele/ela exerce maior influência nas práticas alimentares da sua família, do que os demais membros?
4) Como os papéis de gênero são expressados nas práticas alimentares das famílias beneficiárias pelo PBF?

4. OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender a relação entre a titularidade (homem/mulher) do PBF e as práticas alimentares de famílias beneficiárias.

Objetivos específicos

- Analisar os sentidos atribuídos ao PBF e à titularidade;
- Conhecer as práticas alimentares de famílias beneficiárias do programa e os elementos que contribuem para sua construção;
- Compreender como os papéis de gênero são expressados nas práticas alimentares das famílias beneficiárias.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo (GIL, 2008), realizado no período de novembro de 2015 a abril de 2016, no Município de Duque de Caxias/RJ.

Esse trabalho constitui parte do componente qualitativo de uma pesquisa intitulada "Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias".

5.2 Local de Estudo

O município de Duque de Caxias está entre os municípios mais ricos do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2011), pois em seu território está uma das maiores Refinarias de Petróleo do Brasil, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), mas por outro lado, ainda apresenta altos índices de pobreza. Tem, como particularidade, números extremos na distribuição dos rendimentos para sua população.

A população é estimada em 855.048 habitantes, a taxa de urbanização é de 99,6% (IBGE, 2010). De acordo com o relatório do MDS, sobre Pagamento por Município em setembro de 2015, o município de Duque de Caxias tinha 62.774 famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF) (BRASIL, 2015).

O município é divido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, conforme representado na figura 1. Sendo que o local do estudo, foi o Distrito de Campos Elísios.

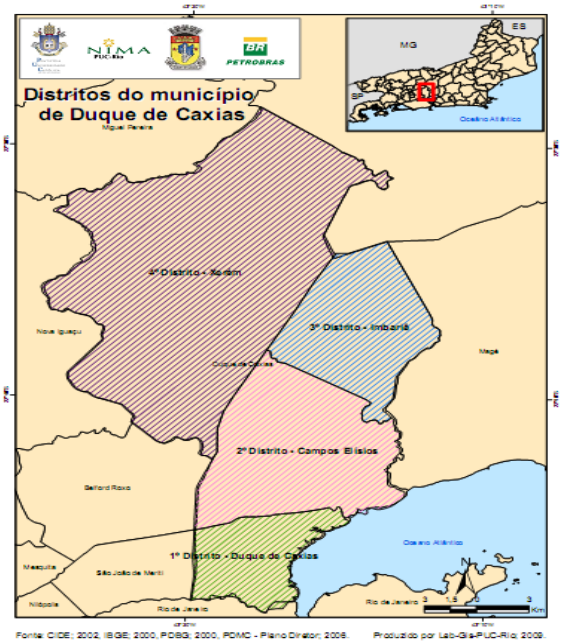


Figura 1. Distritos do Município de Duque de Caxias
Fonte: NIMA/PUC-RIO, 2014.

A população do distrito de Campos Elíseos, no ano de 2010, era de 290.762 habitantes, representando 34% da população do Município (IBGE, 2010). Neste distrito está localizada a sede administrativa do município e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). Apesar disso, é considerado um dos distritos mais pobres do município, com desigualdades na distribuição de renda e dificuldade de acesso aos serviços públicos (DUQUE DE CAXIAS, 2015). Estudo de Salles-Costa *et al* (2008) revelou que neste distrito, 53,8% dos domicílios encontravam-se em Insegurança Alimentar, reforçando a alta vulnerabilidade social vivida pelos moradores de Campos Elíseos.

5.3 Sujeitos do estudo

Os sujeitos deste estudo foram titulares (homens e mulheres) do PBF, residentes no Distrito de Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias. Foram incluídos no estudo de modo aleatório, a partir de um banco de dados com informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), selecionando as famílias elegíveis para o PBF entre todas as famílias cadastradas a partir do ano de 2014, do Distrito de Campos Elíseos, Duque de Caxias. Neste banco de dados, das 361 famílias identificadas, 353 tinham como titular mulheres e 8 homens. A pesquisa buscou, por meio de entrevistas aos sujeitos do estudo, um aprofundamento do fenômeno a ser estudado sem, portanto, estar baseada em representatividade numérica. O número de entrevistados se deu por atender às questões e objetivos do estudo.

Com relação as entrevistas com as mulheres titulares, foram convidadas 10 mulheres, a interrupção da inclusão de novas entrevistadas ocorreu no momento em que houve saturação das falas, ou seja, durante o processo das entrevistas quando iniciou repetições de conteúdo, concepções e explicações, sendo esse momento definido como "ponto de saturação" (MINAYO et al, 2012). Foram localizados 6 titulares homens, 2 não foram encontrados devido informações errôneas de endereço e número de telefone. Porém, foram consideradas 5 entrevistas, pois um titular constava como beneficiário desde 2015, mas não sabia que o benefício havia sido liberado, portanto, esta entrevista foi desconsiderada.

5.4 Técnicas de construção de dados

O trabalho de campo se caracteriza como uma parte fundamental do estudo qualitativo, pois no campo ocorrem as relações sociais, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, entre indivíduos e sociedade (MINAYO, 2010; BONI; QUARESMA, 2008).

Neste estudo, a aproximação com o campo se iniciou em maio de 2015 quando a pesquisadora participou na etapa de aplicação de questionários aos beneficiários do PBF, parte do estudo quantitativo, no Distrito de Campos Elíseos, Duque de Caxias – RJ. A participação nesta fase também teve como intuito o contato com o espaço social em que os sujeitos do estudo

viviam, sendo, portanto, um momento de preparação para o trabalho de campo do estudo qualitativo.

Foram realizadas entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com titulares do PBF (homens e mulheres), entre novembro de 2015 e abril de 2016. Esta modalidade de entrevista possibilita ao entrevistado discorrer sobre o tema, sem estar preso a perguntas fechadas, permitindo o aprofundamento da discussão. A entrevista permite ao sujeito entrevistado a reflexão sobre a realidade que vivencia e a construção de informações no momento do diálogo, constituindo uma representação da realidade (MINAYO *et al*, 2012). É entendida como uma técnica privilegiada de comunicação, pois a fala é reveladora de valores, sentimentos, significados, por meio dela podem transmitir representações sociais de determinados momentos históricos e culturais (MINAYO, 2010).

As entrevistas eram agendadas por telefone ou a partir de contato direto no domicílio, no caso dos titulares que não tinham a informação do número de telefone. Neste momento, a pesquisadora descrevia brevemente os objetivos do estudo e convidava o/a titular a participar, realizando agendamento da entrevista no domicílio.

Foi utilizado um roteiro (ANEXO I) de perguntas disparadoras da discussão, elaborado a partir dos objetivos do estudo, com destaque para os seguintes temas: o PBF, a aquisição de alimentos, a culinária e as tarefas domésticas, e as refeições. No entanto, este não é um instrumento rígido e estático, permitindo ao pesquisador elaborar novos questionamentos pertinentes no momento da entrevista (BONI; QUARESMA, 2008). O roteiro da entrevista em profundidade funciona como um guia para o pesquisador, difere de um questionário fechado, pois pretende disparar a discussão, com intuito de compreender o ponto de vista da pessoa entrevistada (MINAYO, 2010).

As entrevistas foram gravadas, conforme o consentimento do entrevistado, respeitando as questões éticas pertinentes, e transcritas na íntegra para análise. Foram realizadas no domicílio dos entrevistados, permitindo uma maior aproximação com a realidade vivida do sujeito e com o ambiente das práticas alimentares em família.

As informações adquiridas pelas entrevistas foram complementadas pela observação, parte essencial do trabalho de campo da pesquisa social. Conforme Minayo (2010), a observação possibilita maior proximidade com o não dito, por meio do olhar atento para as expressões, as interações e os modos de agir. Neste sentido, foi possível obter dados do contexto domiciliar. A observação foi realizada conforme o roteiro de observação (ANEXO II), os dados de observação foram registrados em um diário de campo, que também fizeram parte do material analisado.

5.5 Análise

Neste estudo, optou-se por realizar o processo de análise baseado no referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP). Conforme descrito por Thompson (2002, p. 355) "este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação". A HP é entendida como importante referencial metodológico para a pesquisa social, pois vai além de desvendar os sentidos, buscando compreendê-los (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Para Thompson (2002), a HP compreende três fases: **análise sociohistórica**, **análise formal ou discursiva** e **interpretação/reinterpretação**. Estas fases não são necessariamente sequenciais, fazem parte do complexo processo interpretativo e serão apresentadas a seguir.

Fase da análise sociohistórica: tem como objetivo "reconstruir as condições e contextos sócio históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas" (THOMPSON, 2002, p. 366). Parte do pressuposto de que as formas simbólicas são produzidas (narradas, faladas) por pessoas situadas em lugares, em condições sociais e tempos históricos, assim como são transmitidas e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) nestes contextos (THOMPSON, 2002). As formas simbólicas "são produtos de ações situadas que estão baseadas em regras, recursos, etc., disponíveis ao produtor; mas elas são também algo mais, pois elas são construções simbólicas complexas, através do qual algo é expresso ou dito" (THOMPSON, 2002, p. 369). Para esta análise, além das entrevistas e da observação no campo, também foram considerados dados da literatura e documentos que abordem questões sociais, econômicas e culturais sobre o município de Duque de Caxias.

Fase da análise formal ou discursiva: apresenta como principal interesse a "organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações" (THOMPSON, 2002, p. 369). Thompson (2002) ressalta que esta fase pode ser conduzida de várias formas, dependendo do objeto de investigação. Neste estudo optou-se por utilizar a análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin (2011) e adaptado por Minayo *et al* (2012). A análise de conteúdo busca compreensão do que está por trás das falas manifestadas, os significados contidos nos discursos. O conceito central da análise temática é o tema, como unidade de significação (MINAYO *et al*, 2012).

Para Minayo *et al* (2012) a análise de conteúdo temática deve iniciar a partir de uma leitura compreensiva do material transcrito, de forma exaustiva, repetida, com o objetivo de propiciar ao pesquisador mergulho profundo no conteúdo. Para os autores referidos essa leitura pode possibilitar:

> Ter uma visão de conjunto; aprender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para análise e a interpretação do material; escolher formas de classificação inicial; determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise (MINAYO *et al*, 2012, p. 91).

A segunda etapa, segundo Minayo *et al* (2012), é denominada exploração do material, esta fase é compreendida como a análise propriamente dita. Busca identificar e analisar os núcleos de sentido, buscando temáticas amplas ou eixos que poderão ser discutidos. Fez parte do *corpus* principal de análise as entrevistas transcritas e os textos do diário de campo, que foram organizados por temas e categorias para identificação dos sentidos nucleares. Esta etapa gerou uma redação por tema, visando à aglutinação de sentidos e os possíveis diálogos com os referenciais teóricos sobre a temática. Os temas identificados foram: caminhos até o PBF e sentidos da titularidade; necessidades e prioridades das famílias e o uso do benefício; a titularidade e os papéis de gênero e a relações com as práticas alimentares.

Fase de interpretação/reinterpretação: é necessária para complementar a análise formal ou discursiva e a análise sócio histórica. Resulta em síntese da "construção criativa dos possíveis significados, isto é, de uma explicação interpretativa do que está sendo representado ou do que é dito" (THOMPSON, 2002, p. 375). O processo de interpretação busca compreender as formas simbólicas, o que elas representam, o que elas referem e sobre o que elas dizem. A interpretação é ao mesmo tempo um processo de reinterpretação, pois as formas simbólicas são interpretadas por quem as vivencia. Sendo assim, o pesquisador ao interpretar, projeta um significado possível daquilo que já foi interpretado pelos sujeitos (THOMPSON, 2002).

5.6 Questões éticas

Esta pesquisa atende aos princípios éticos de pesquisa conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sendo o projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) da UFRJ em janeiro de 2014 e aprovado em maio de 2014, sob o número de parecer 651339 (ANEXO III). As pessoas selecionadas para a entrevista foram esclarecidas sobre a pesquisa, dando-lhes a oportunidade de livre escolha para a participação. O aceite para participação da pesquisa foi expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO IV). Os riscos desta pesquisa foram minimizados pela garantia de anonimato dos entrevistados. Seus nomes verdadeiros serão mantidos em sigilo, bem como qualquer informação que possa identificá-los.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. Mire veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si.
Para isso é que o muito se fala? "
Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas

Os entrevistados e as entrevistadas

Conforme citado anteriormente, na seção de metodologia, os sujeitos foram incluídos no estudo de modo aleatório, através de contato prévio por telefone ou direto no domicilio. No entanto, algumas dificuldades ocorreram na realização do contato com os titulares. Apesar da pesquisa contar com dados das famílias inseridas no CadÚnico, do município de Duque de Caxias, algumas informações de endereços e telefones estavam desatualizadas, impossibilitando o contato com os titulares. No caso dos titulares homens, constavam no banco de dados 8 titulares, sendo localizados 6. Em um destes casos, o titular aceitou participar da entrevista, seu nome constava como beneficiário desde 2015, porém o próprio não sabia que o benefício havia sido liberado, por isto, esta entrevista foi desconsiderada. Entre os contatos realizados com mulheres, duas titulares que faziam parte do banco de dados, informaram não receber mais o benefício do PBF, e três recusaram participar. Cabe destacar que, em um destes casos, a titular aceitou previamente a entrevista, mas na data agendada recusou porque estava passando por processo de separação conjugal marcado por violência doméstica e tinha medo de que o ex-marido descobrisse que ela era beneficiária do PBF, visto que buscou o benefício após separação para conseguir sobreviver sem a renda do ex-marido (informações dadas pela titular).

Foram realizadas 10 entrevistas, sendo cinco homens e cinco mulheres. Com relação ao perfil dos titulares, três mulheres tinham ensino fundamental, sendo que duas destas estudaram apenas até a 4ª série, e duas completaram o ensino médio. Entre os homens, três tinham ensino primário incompleto e dois completaram o ensino médio. Com relação à idade, as mulheres tinham de 25 a 39 anos e os homens, entre 22 a 63 anos. Com exceção de dois titulares homens, que moravam em casa própria, os demais titulares viviam em casas cedidas por familiares (mãe, pai, sogra, avó) ou amigo.

Sobre a conformação familiar dos sujeitos, duas mulheres relataram morar sozinhas com filhos, duas viviam com companheiro ou marido e com os filhos, e uma morava com a filha e a mãe. Entre os homens, dois informaram morar sozinhos, sendo que um deles tem vinculado em seu cadastro do PBF a filha adolescente que mora com a avó. Um terceiro titular morava

com esposa ou companheira e filhos, um com a esposa ou companheira, e um morava com o filho, a mãe e a avó.

Quanto à ocupação e renda familiar, duas das entrevistadas relataram não ter atividade remunerada para que pudessem se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos e da casa. Para uma delas a única fonte de renda da família, era gerada pelo trabalho informal do marido. Para a outra entrevistada, a renda familiar era proveniente da pensão do ex-marido. A 3ª titular exercia atividade autônoma, como manicure, a renda familiar era complementada pelo salário do marido. A titular seguinte trabalhava como autônoma por meio da venda de roupas, sendo esta a única fonte de renda da família. A 5ª mulher, se intitulou desempregada, sendo a renda da família composta pela aposentadoria da mãe e a pensão do ex-marido.

Entre os homens, um era trabalhador autônomo (conserto de eletrodomésticos), o segundo recebia no momento da entrevista "seguro desemprego" e estava em treinamento para um futuro trabalho, nestes dois casos estas eram as únicas fontes de renda da família, além do PBF. O titular seguinte tinha trabalho formal, exercendo a função de carregador de caminhão, sendo a renda da família composta também com as aposentadorias da mãe e da avó. Outros dois titulares não tinham atividade remunerada, sendo o benefício do PBF a única fonte de renda.

Todos os entrevistados relataram o cadastro no PBF entre um e dois anos e o valor do benefício variava de R$ 35,00 a R$ 211,00. O Quadro 2 apresenta resumo do perfil dos entrevistados.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados quanto à idade, escolaridade, ocupação, tempo de recebimento do PBF e valor do benefício.

Titular	Idade	Escolaridade	Ocupação	Composição Familiar	Tempo de recebimento do PBF	Valor do benefício
Eliane	25 anos	Ensino médio incompleto	Sem atividade remunerada	Titular, 4 filhos	1 ano	R$ 211,00
Rosa	37 anos	Ensino médio completo	Autônoma (vendedora de roupas)	Titular, 2 filhos	1 ano	R$ 154,00
Luiza	39 anos	Ensino médio completo	Sem atividade remunerada	Titular, 1 filho, mãe	1 ano	R$ 112,00
Maria	29 anos	Até a 4ª série	Sem atividade remunerada	Titular, esposo / companheiro, 3 filhos	2 anos	R$ 105,00
Lúcia	32 anos	Até a 5ª série	Autônoma (manicure)	Titular, esposo / companheiro, 1 filho	1 ano	R$ 112,00
Antônio	55 anos	Até a 4ª série	Sem atividade remunerada	Somente o titular (filha mora com avó)	1 ano	R$ 119,00
Sebastião	63 anos	Até a 4ª série	Sem atividade remunerada	Somente o titular	1 ano	R$ 77,00
Moisés	22 anos	Até 2ª série	Em treinamento para novo emprego, recebia seguro desemprego.	Titular e esposa / companheira	1 ano	R$ 77,00
Sandro	25 anos	Ensino médio incompleto	Carregador de caminhão	Titular, 1 filho, mãe, avó.	1 ano	R$ 35,00
Carlos	45 anos	Ensino médio completo	Autônomo (conserto de eletrodomésticos)	Titular, esposa / companheira, 2 filhos.	1 ano	R$ 77,00

6.1. Análise Contextual

Com vistas a ampliar a compreensão do objeto de estudo, se fez necessário conhecer o contexto social, econômico, político e cultural do local onde viviam os sujeitos. A análise contextual ou sociohistórica foi construída a partir de uma adaptação das orientações propostas por Thompson (2002), entendendo-se que as formas simbólicas (ações, falas e textos) são produzidas, transmitidas e interpretadas pelas pessoas em seus contextos de vida.

Os dados que compõem essa análise foram organizados tendo como base o material empírico das entrevistas realizadas com os titulares do PBF, a observação no campo, os dados da literatura e os documentos sobre o município de Duque de Caxias.

De acordo com o Censo 2010, a distribuição da população de Duque de Caxias, por sexo, mostrou maior proporção de mulheres (51,9%), acompanhando a tendência nacional. Em relação à distribuição da população por grupos de idade, 65,8% da população tinham de 15 a 59 anos de idade no ano de 2010. Dentre as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 96%

frequentavam a escola. Quanto à religião, as principais declaradas pela população foram a religião evangélica (sem definição de denominação) (35,7%) e a católica apostólica romana (35%) (IBGE, 2010).

Duque de Caxias está entre os municípios mais ricos do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010 era o 2º município do estado do Rio de Janeiro com maior arrecadação tributária, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, no mesmo ano, o município apresentava um paradoxo. De acordo com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[3], Duque de Caxias ocupava a 49º posição, entre os 92 municípios do estado, apresentando IDHM de 0,711. Especificamente sobre a renda, no ano de 2010, mais de 55% da sua população, apresentava renda domiciliar per capita de até um salário mínimo (IBGE, 2010).

Sobre o abastecimento de água em 2010, 63% dos domicílios estavam ligados à rede pública de água (IBGE, 2010). No entanto, o abastecimento de água nas casas é intermitente uma vez que, em alguns bairros, a média de abastecimento é de 3 a 4 dias na semana, e em outros, os domicílios ficam sem água por semanas. Esse padrão levou a estratégia adotada pelos moradores, do uso de caixas d'água e cisternas para o armazenamento de água. Brito *et al* (2016) alertam que o problema de abastecimento de água não atinge as indústrias da região de Duque de Caxias, assim como atinge a população, pois existem infraestruturas construídas exclusivamente para o atendimento industrial. Os autores relatam que:

> Na região de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, a riqueza e o abastecimento do polo petroquímico contrastam com a situação dos moradores, que vivem em condições precárias, sem acesso aos serviços de abastecimento de água (p.198).

Já o saneamento inadequado (classificado pela ausência de serviços de abastecimento de água, esgoto ou lixo), atingia 1,5 % dos domicílios. No entanto, 63,4% da população com rendimento per capita mensal de até meio salário mínimo (R$225,00) tinha saneamento inadequado, segundo Censo de 2010. Estes dados revelam as desigualdades internas no território de Duque de Caxias, no que concerne à oferta de serviços públicos a população.

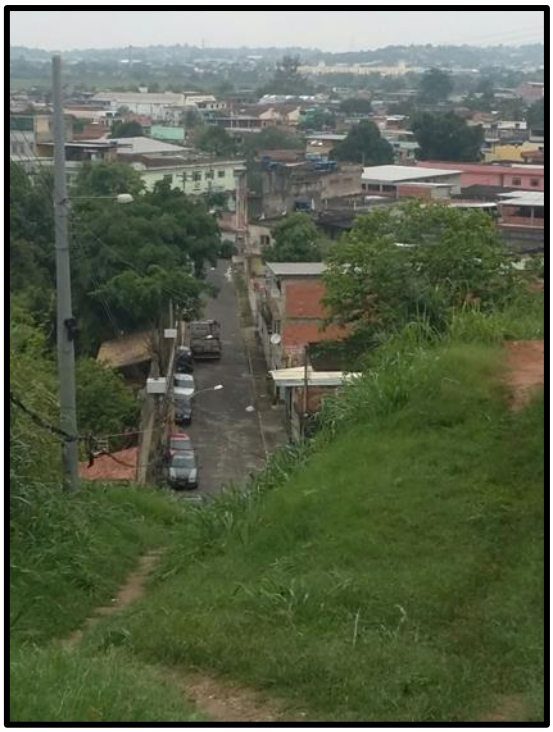
Os sujeitos entrevistados moravam em cinco dos doze bairros do distrito (Pantanal, Chácara Rio Petrópolis, São Bento, Vila Rosário, Pilar e Bom Retiro). A região estudada é bastante heterogênea, uma vez que alguns locais apresentam o acesso por transporte público difícil (como o bairro Chácara Rio Petrópolis), não tendo uma rede de comércio e instituições públicas nas proximidades. Nos demais bairros a concentração de comércio e serviço público era mais presente, principalmente nas ruas de maior acesso. No bairro Jardim Primavera se

[3] IDHM - composto pelas dimensões de longevidade (expectativa de vida ao nascer), escolaridade (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino) e renda.

localiza a sede da prefeitura do Município, nesta região existe grande oferta de comércio e de serviços públicos, como CRAS, escolas e hospital (DIÁRIO DE CAMPO).

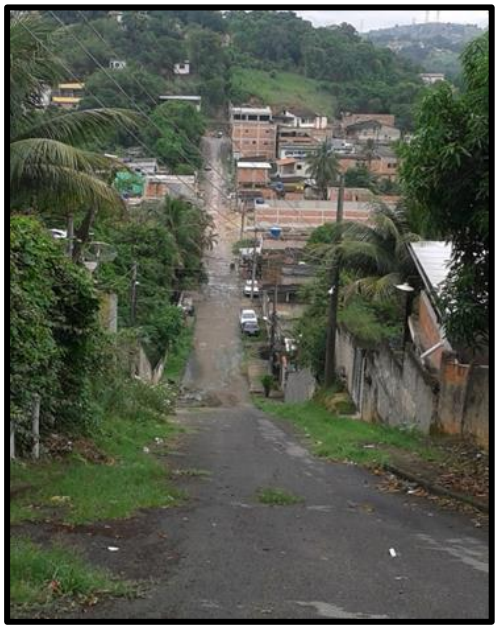
Pelo distrito de Campos Elíseos passam duas importantes rodovias, a Rodovia Rio-Magé e Rodovia Washington Luiz. Um dos entrevistados que morava nas proximidades destas rodovias, relatou que por conta das obras da expansão das rodovias, os moradores tiveram que procurar outros lugares para moradia, refletindo um problema grave de habitação. Sua fala contribui para discussão sobre o planejamento das obras públicas da região, no sentido dos impactos que podem trazer para a população local. Se por um lado a expansão de uma rodovia traz grandes benefícios para a ligação entre as cidades, por outro, para os moradores, pode trazer prejuízos, especialmente por conta do deslocamento de seu território de origem.

A maioria das ruas onde moravam os entrevistados era de asfalto, porém desgastados, e com muitos buracos, dando lugar à poeira e lama no período de chuvas. Havia presença de morros e, com ruas muito íngremes, dificultando a locomoção, principalmente nos dias de chuva, em que as ruas ficavam muito escorregadias, obrigando, os próprios moradores a abrirem caminhos, pequenas trilhas, para facilitar o acesso, conforme ilustra imagem a seguir (DIÁRIO DE CAMPO).



Nas ruas do distrito de Campos Elíseos havia a presença de muitas árvores, principalmente frutíferas, como jaqueira, mangueira, caramboleira, jabuticabeira, abacateiro,

goiabeira. Algumas casas não tinham muro ou portão, com isso, os animais de estimação ficavam livres pelas ruas, como cachorro, gatos, porcos, patos, galinhas. Era comum, também, ver muitas crianças brincando livremente.



Cabe destacar que a divisão do território de Campos Elíseos não era facilmente compreendida a partir de mapas geográficos, sendo os domicílios identificados com números de quadra e lote. No entanto, era possível encontrar em uma rua vários domicílios com a mesma numeração, bem como o mesmo nome de rua em vários bairros distintos, ou uma rua com mais de um nome. Isso resultou, durante a realização da pesquisa de campo, na necessidade da ajuda dos próprios titulares para localizar os domicílios a serem entrevistados. Nesse sentido, os entrevistados relataram que esta situação dificultava o recebimento de mercadorias e correspondências pelos correios, pois as casas não eram identificadas. Este fato demonstra um crescimento urbano sem planejamento pelas políticas públicas municipais.

Os entrevistados tinham forte relação com o território estudado por terem nascido ou vivido na região ao longo dos anos. Entretanto, destacamos que duas titulares, nascidas no

nordeste brasileiro, seguiram o caminho de muitos nordestinos, que saíram de suas pequenas cidades, em busca de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os titulares relataram ter vínculo com os vizinhos e principalmente instituições religiosas. As igrejas prestavam apoio às famílias nos momentos de necessidade, como falta de alimentos.

Foi comum entre os entrevistados morar em casa cedida pela família (pai, mãe, sogra), pois o local onde tinham crescido dava espaço à construção de novas famílias. Isto se dava principalmente devido alto custo da moradia própria (aluguel ou compra de imóvel), assim muitos permaneciam nos terrenos da família, várias pequenas casas eram construídas ao lado e/ou em cima da casa dos pais ou avós. Nos terrenos havia a presença de várias casas, de vários filhos, uma construção, às vezes, improvisada, para compartilhar os espaços entre todos. A construção das casas era algo referenciado com orgulho, pois foi necessário muito trabalho para construir cada parede, cada detalhe da casa. As famílias participavam das construções e, devido aos poucos recursos, buscavam economizar na mão de obra para conseguir comprar os materiais necessários. No período das entrevistas, durante a chegada aos domicílios, alguns entrevistados apresentaram a casa, contavam com muita satisfação como a casa foi construída. O piso de cerâmica na casa e o banheiro eram muito valorizados, pois tinham um custo mais elevado, implicando em maior esforço e trabalho para conquistá-los.

A região onde alguns moravam era castigada pelas enchentes, causando lembranças tristes, pois o pouco que se tinha, muitas vezes, se perdia. Foi assim para *Maria*, uma das mulheres entrevistadas na pesquisa, depois de várias enchentes, a família se juntou para construir uma casa mais elevada no quintal da sogra, ficando livre nas enchentes dentro da casa. Na casa de *Antônio*, as marcas da enchente estavam presentes no dia da entrevista. Havia tido uma chuva forte na noite anterior, sua casa foi invadida pela água, seus poucos móveis estavam encharcados, o cheiro do lama ainda estava presente (DIÁRIO DE CAMPO).

Com relação a enchentes, Lima e Souza (2014) referem que o crescimento da industrialização e da urbanização não planejada no Município de Duque de Caxias, trouxe impactos ambientais, que repercutem principalmente na intensificação de inundações. Os autores ressaltam que as políticas municipais de urbanização são deficitárias, refletindo em um grave problema de habitação, especialmente para as famílias pobres, que são as que sofrem, pois a elas resta morar em áreas mais afastadas, por terem menor custo, porém, muitas vezes, inadequadas para habitação.

A coleta de lixo também foi um assunto recorrente para alguns entrevistados. Em algumas ruas não havia coleta e os moradores levavam o lixo doméstico até pontos destinados ao descarte. Os sacos de lixo ficavam amontoados, ocupando o local de passagem dos pedestres e

com presença de animais (cachorros, porcos, ratos). Nos dias de chuva o lixo se espalhava pelas ruas, o que aumentava ainda mais a dificuldade dos moradores. Além disso, a presença de moscas e do mau cheiro trazia incômodo. Segundo o Censo de 2010, 8% dos domicílios de Duque de Caxias não tinham o lixo coletado pelo serviço de limpeza (IBGE, 2010).

No período deste estudo, novembro de 2015 a abril de 2016, vários acontecimentos no âmbito federal contribuíram para o quadro de preocupações vividas pelos entrevistados. Deu-se início em dezembro de 2015 o processo de impedimento da presidente da república, intensificando a crise política no Brasil. A instabilidade política nacional e a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro traziam o sentimento de insegurança aos sujeitos do estudo. Nesse período ocorreu também elevação nos preços dos alimentos, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o custo médio da cesta básica, em outubro de 2015, na capital do Estado do Rio de Janeiro, foi de R$ 359,66, já em março de 2016, o custo médio passou para R$ 440,79. Esta variação no preço foi sentida pelos entrevistados na realização de compras de alimentos para a família, sendo a estratégia utilizada pelas famílias a pesquisa de preços em diversos supermercados, e a substituição de alguns produtos por outros mais baratos.

Quanto a presença dos equipamentos públicos de atendimento à saúde, no distrito de Campos Elíseos estão localizadas: 11 unidades de saúde da família, 2 unidades de saúde ambulatoriais (atendimento de especialidades), 2 unidades municipais de saúde de emergência 24 horas. Os serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direito Humano, neste distrito, são 3 Centros de Referência de Ação Social (CRAS), 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 1 Centro de Referência da mulher (Casa da Mulher) e 1 Centro de Referência do homem (DUQUE DE CAXIAS, 2016) [4]. No que se refere as instituições Municipais de educação, estão instaladas no distrito, 4 Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), 8 creches e 42 escolas (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2016)[5].

Na trajetória de ações de enfrentamento da desnutrição materno infantil e pobreza no Município de Duque de Caxias, cabe destacar uma importante mobilização da sociedade civil ocorrida no ano de 2001, liderada pelo bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti, Dom Mauro Morelli. Este movimento impulsionou a criação do "Mutirão de Combate à Desnutrição

[4] Fonte site da Prefeitura de Duque de Caxias:
http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=175
[5] Fonte site da Secretária Municipal de Educação de Duque de Caxias:
http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65

Materno infantil e pelo direito à infância". Teve o apoio e trabalho dos agentes das Pastorais da Igreja Católica, da gestão municipal, membros de organizações não governamentais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), participantes de movimentos sociais e políticos. O propósito principal era o diagnóstico da desnutrição infantil e o desenvolvimento de programas relacionados à alimentação e nutrição. O mutirão deu visibilidade à questão alimentar e a desnutrição infantil em Duque de Caxias e outros municípios da região da Baixada Fluminense. Segundo Scarlecio (2006, p.98), o mutirão teve como objetivo:

> Garantir o direito à alimentação de gestantes e crianças e para isso, atuou num primeiro momento na identificação das mães e crianças desnutridas, através de pesagem direta destas crianças, no encaminhamento dos casos de desnutrição aos serviços públicos de saúde e assistência social e no acompanhamento permanente às crianças e suas respectivas famílias. Em um segundo momento atuou na proposição de ações públicas tendo como eixo a construção de um Plano de Combate à Desnutrição.

Esta articulação política e social impulsionou a criação do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS) no Município de Duque de Caxias, criado a partir da lei 1.881/05 e reinstalado pela Lei 2.238/2009, com o objetivo de "articular e gerenciar políticas públicas municipais de segurança alimentar e nutricional sustentável". Em parceria com outros níveis de poder e com a participação da sociedade civil, tem a missão de implementar "ações destinadas a garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA) e à nutrição através de políticas públicas que, de forma prioritária, revertam o quadro de desnutrição e mortalidade materno infantil" (Art. 3º da Lei 2.238/2009).

O PBF foi implantado no município em outubro de 2003. As secretarias de Assistência social, Educação e Saúde eram responsáveis pelas ações de cadastramento e migração das famílias para o CadÚnico. Segundo descreve o relatório da DESANS, "um dos principais desafios encontrados por técnicos e gestores locais foi reelaborar os critérios de focalização, assumindo a renda e não mais o estado nutricional como parâmetro de inclusão" (DUQUE DE CAXIAS, 2012b, p.10).

Anteriormente ao CadÚnico, as secretarias adotavam métodos diferentes na seleção, captação e cadastramento das famílias. A Secretaria de Educação, com o apoio de uma empresa terceirizada, realizava o cadastramento nas escolas, sendo as famílias cadastradas geralmente indicadas pelos diretores da escola. Já a secretaria de Assistência social realizava o cadastramento nas dependências da secretaria, e supervisionava o cadastramento realizado por voluntários nas associações de moradores dos quatro distritos do município. Os cadastros realizados pela secretaria de saúde eram feitos nas unidades de saúde e a partir de 2005, o

cadastramento do programa no Município, passa a ser centralizado na secretaria de Assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) institui, em 2004, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como responsáveis em executar os serviços de proteção social básica às famílias. A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2005) recomenda que os municípios de grande porte (população de 100.001 a 900.000 habitantes/25.000 a 250.000 famílias), tenham no mínimo quatro CRAS, sendo que um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2005). O município de Duque de Caxias tem onze CRAS, sendo 3 no Distrito de Campos Elíseos. Os sujeitos do estudo relataram algumas dificuldades para acessar o CRAS, considerando a extensão do distrito e o deslocamento até as unidades era feito de ônibus por alguns entrevistados, o que dificultava o acesso das famílias mais pobres, por conta do custo das passagens. Alguns entrevistados também relataram que, tiveram que ir várias vezes ao CRAS para conseguir o cadastramento no PBF porque encontravam o CRAS fechado, por motivo de manutenção predial, ou pelo CRAS ter sido atingido por enchentes.

Um estudo realizado pela DESANS, demonstrou que 26,3% das famílias beneficiárias de Duque de Caxias residiam no distrito de Campos Elíseos, no ano de 2010. Sobre a renda familiar per capita mensal, aponta que 85,6% das famílias beneficiárias de Duque de Caxias tinham renda de até R$ 70,00 (DUQUE DE CAXIAS, 2012b), ou seja, eram extremamente pobres conforme a definição de linha de pobreza da época.

Buscando a compreensão do objetivo deste estudo, cabe aprofundar a discussão sobre os caminhos que os sujeitos trilharam até obter o PBF, os sentidos da titularidade, e as repercussões do Programa para os titulares e suas famílias.

6.2. Caminhos até o Programa Bolsa Família e os sentidos da titularidade

Os caminhos percorridos pelos titulares homens e mulheres para o cadastramento do PBF foi diverso, tendo em comum a conjuntura de pobreza que as famílias viviam para impulsionar a busca pelo benefício. As mulheres tiveram maior influência de outras pessoas já beneficiadas que incentivaram o cadastramento, como amigos e familiares, além disso, a maioria teve encaminhamento pelo serviço de assistência social. Entre os homens titulares, o conhecimento sobre a possibilidade de serem titulares não estava tão evidente quanto para as mulheres, exceto para os homens que tinham filhos, para eles o caminho percorrido foi semelhante ao das mulheres titulares, no que diz respeito à naturalização da busca do benefício.

Para conseguirem o cadastramento do PBF as mulheres precisaram ser insistentes, pois mesmo com a intermediação de assistente social do CRAS, que recomendaram o cadastramento, ocorreram muitas dificuldades. Informações desencontradas fizeram com que o período entre o cadastramento e o recebimento do benefício fosse longo. Com várias tentativas até conseguir o benefício, algumas pensaram em desistir, pois o próprio serviço de assistência social não esclarecia os motivos pelos quais o cadastramento não era realizado.

No caso de *Luiza*, o encaminhamento ao PBF foi realizado pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). A mesma vivenciava sofrimento devido à violência doméstica. Porém, em função da sua fragilidade emocional, ela não conseguiu realizar o cadastro, ou seja, o encaminhamento não foi suficiente para que ela conseguisse chegar até o PBF. Posteriormente, mais estabilizada emocionalmente, e contando com o incentivo de outras pessoas, o benefício representou um auxílio para superar as dificuldades financeiras, especialmente após sua separação, pois antes contava com ajuda financeira do marido, mesmo em situação de desemprego dela.

Moisés buscou o CRAS para realizar inscrição no Programa "Minha casa, minha vida". Refere que sua inserção no PBF foi realizada pelo CRAS sem seu conhecimento, e que somente teve ciência de ser beneficiário ao receber o cartão do PBF por correspondência. O titular entendeu que seu cadastro junto ao PBF foi realizado por ser uma condição para se alcançar o Programa "Minha Casa Minha vida".

> *A Joana (assistente social) só botou o bolsa família pra mim e ela (esposa), pra gente ganhar o "minha casa minha vida". Mas, até hoje nada, vamos ver se chega.*

Outro titular do programa, *Antônio*, portador de uma doença grave, que teve auxilio doença negado, por não ter contribuição junto ao INSS, o PBF lhe foi apresentado como uma alternativa. O titular expressou sentimento de frustração por não ter conseguido o auxílio doença, como exemplifica a fala a seguir.

> *"(...) foi na época que eu caí doente, foi quando a minha sobrinha (...) deu entrada, eu fiz perícia médica. Daí o médico falou: "mas você começou agora a pagar a autonomia, não tem nem 6 meses de autonomia paga". Aí ele falou com ela "então ele não tem direito não". Daí então que eu fui atrás do bolsa família. "*

O percurso até o PBF para *Sebastião* chamou a atenção. Ele era um homem idoso, apresentava dificuldade em andar, devido a uma lesão na coluna ocorrida em um acidente. Morava sozinho em uma casa muito simples, de um único cômodo, com poucos móveis. O mesmo buscou auxílio doença pelo INSS por duas vezes, sendo negado por falta de documentação. Sobrevivia com doações de vizinhos e da igreja. Desconhecia o seu direito ao PBF, pois acreditava que era destinado somente às famílias com filhos em idade escolar. Teve conhecimento do Programa por meio de uma pessoa conhecida, que se ofereceu a ajudá-lo na obtenção do benefício. Sendo assim, todos os seus documentos, inclusive o cartão do PBF, ficavam de posse da intermediadora. Pelo fato dessa pessoa ter lhe instruído sobre o cadastramento, e por acompanhá-lo no dia do recebimento, acordaram que uma parte do recurso destinado ao titular seria repassado mensalmente à mesma. *Sebastião* recebia o benefício básico, no valor de R$ 77 reais. Deste valor, R$ 20 reais eram destinados à intermediadora. Ainda, por conta da sua condição física, necessitava pagar 15 reais para um motorista levá-los de carro até a lotérica. Essa situação lhe trazia indignação, pois restava do benefício apenas 42 reais mensais. Porém, não via saída, já que o acordo não podia ser desfeito, uma vez que, segundo Sebastião, *"ajoelhou, tem que rezar".* No entanto, era notório que esta situação trazia repercussões na vida de *Sebastião*, visto que sobrevivia apenas com esse recurso.

O desconhecimento do direito ao PBF, por ser homem e sem presença de crianças, pode ter contribuído para que *Sebastião* fosse vítima de uma pessoa aproveitadora da sua situação de miséria. Desperta a reflexão da invisibilidade dos homens perante os serviços de assistência social, no qual ele pode ter compreendido que precisaria de intermédio de uma mulher para ser beneficiário do PBF. Estes achados podem ser corroborados com o estudo de Barbosa e Freitas (2013), no qual enfatizam que em geral os homens encontram dificuldades ao acessar os serviços de assistência social, pois o próprio serviço espera que o mesmo seja símbolo de força e trabalho, e por isso muitas vezes, não são reconhecidas as fragilidades perante o mercado de trabalho e consequentemente as dificuldades para o seu sustento e da família. Deste modo os homens não são incluídos nestes serviços, que reforçam que o cuidado com a família é uma exclusividade feminina. Até mesmo os CRAS, que representam a rede de proteção social primária, espaço para acolher as demandas e necessidades das famílias, são em geral destinados a acolher as mulheres como representantes da família, conforme o estudo de Muniz (2011). Sendo assim, os homens sentem dificuldades para acessar o serviço de assistência social, principalmente aqueles que vivem sós (BARBOSA; FREITAS, 2013), como no caso de

Sebastião e *Antônio*, que consequentemente podem viver em situação de pobreza ainda mais grave devido à dificuldade ao acesso a estes serviços públicos.

De fato, os relatos destes dois homens foram os mais expressivos com relação ao sofrimento causado pela miséria e a escassez de alimentos. Suas pequenas casas, com poucos móveis, o fogão sem gás para cozinhar, os tijolos empilhados do lado de fora da casa improvisando um fogão a lenha, davam indícios da situação de pobreza mais grave. Diferentemente, as mulheres que moravam sozinhas com filhos, tinham maior proximidade com suas famílias, moravam junto ou no mesmo terreno dos familiares e recebiam suporte tanto de alimentação, como no cuidado dos filhos, demonstrando uma rede social mais presente do que dos homens sós. O estudo do IBASE demonstrou que "os titulares do Bolsa Família do sexo masculino são tão ou mais vulneráveis que as mulheres titulares, ao menos no que diz respeito à renda e a escolaridade" (p. 137). Visto que, nos domicílios em que o homem era o titular 33,9% apresentaram renda per capita inferior R$ 60,00 reais, enquanto 28,9% das titulares mulheres.

Antônio demonstrou em seu relato a presença de uma frágil rede social, devido conflitos com familiares, contando principalmente com o apoio de amigos. Enfatizou o sentimento de humilhação trazido pela condição de pobreza e as dificuldades enfrentadas para se obter ajuda.

> *Aí, a gente vê tanta pobreza em nossa vida que a vida fica até com mais vergonha (disse em voz baixa e tremula, em seguida ficou em silêncio) (...) olha porque tem tanta gente que tem umas boas condições, é a que mais humilha, mais desfaz da gente né, desfaz porque tem que morrer de fome mesmo, a gente é pobre mesmo, é isso aí. Eles falam que a gente é vagabundo, mas eles não sabem o que é a nossa situação.*

A fala de *Antônio* exemplifica também a repetição histórica no Brasil de preconceito e de estereótipos com aqueles mais pobres. A sociedade, usualmente, nas mais diversas classes sociais, se mostra ainda mais preconceituosa com aqueles beneficiários de um programa social, como o PBF. Este preconceito vem geralmente de pessoas desinformadas sobre o programa e sobre direitos sociais, e que por vezes compreendem que os pobres são culpados por sua condição (REGO; PINZANI, 2013).

No entanto, para os titulares que tinham filhos, como *Sandro* e *Carlos*, a chegada até o PBF foi mais naturalizada. Havia um entendimento de que o benefício era destinado somente às famílias com crianças. Nestes casos, enfatizaram diversas vezes que recebiam o benefício

para os filhos, entendendo que a titularidade representava uma forma intermediária para que os filhos pudessem receber o benefício. Isto pode ser percebido na fala de *Sandro*:

> *(Cadastramento do PBF) foi pro meu filho mesmo, foi mais pra ele mesmo, eu fiz pra ajudar o meu filho. (...) Pra mim não, o cartão é mais pra ele, tá no meu nome, mas o dinheiro é dele, não é meu.*

Assim, presença de filhos era o que justificava o recebimento do benefício, demonstrando o não reconhecimento do direito ao PBF pelos homens. Isto se deve ao desconhecimento dos critérios de elegibilidade do programa, pois alguns acreditavam que o principal critério para inclusão era a presença de filhos e não a renda familiar, independente da presença de crianças e/ou mulheres. O mesmo foi observado no estudo de Barbosa (2013), com homens titulares do PBF, que relataram a procura pelo programa em decorrência da presença dos filhos, reafirmando o entendimento de que o PBF é para famílias com este perfil. A desinformação sobre as regras que regem o PBF também foi constatada no estudo de Pinto (2010), com mulheres titulares do PBF na periferia do Rio de Janeiro, que revelou ainda que a maioria das entrevistadas tiveram conhecimento do PBF pela escola, televisão, familiares e vizinhos.

No caso de *Carlos*, a busca pelo cadastramento foi realizada pela esposa. Como na data marcada ela não pode comparecer ao CRAS por motivo de doença, ele se apresentou e se tornou titular. Em sua fala demonstrava que no âmbito familiar as mulheres são priorizadas para a titularidade, no seu caso, ser titular não modificou a situação, pois está implícito que a mulher determina o uso do benefício.

> *Chegou lá eu é que tive que me tornar o responsável. Porque na verdade, ia ficar no nome dela (esposa), pra ela poder organizar e tudo mais, o cartão ia ficar no nome dela, ia ficar com ele e tudo. Mas agora ele está no meu nome, agora não mudou nada. Agora, mudança realmente não...*

Ser beneficiário do PBF suscitava nos titulares um sentimento de gratidão, conforme os relatos de *Sandro* e *Sebastião*, respectivamente *"aí só agradecer mesmo o Estado por ter isso aí"* e "o *bolsa família pra mim foi uma benção*". Este sentimento revela que os titulares não se percebiam cidadãos de direitos, talvez influenciados por um entendimento por parte da população de que as Políticas de Transferência de Renda funcionam como uma caridade ou

favor do Estado e não como um direito da população (CARNEIRO, 2015; REGO; PINZANI, 2013; PINTO, 2010).

No caso de *Sandro*, ser titular do PBF lhe causou uma situação constrangedora no momento do saque do benefício. O mesmo foi questionado sobre o fato de ser homem e receber o PBF por uma atendente da Caixa Econômica, conforme seu relato:

> *Uma vez fui sacar o dinheiro e a mulher falou "ué, mas você recebe o bolsa família?" Eu falei: eu não, "ué, mas está no seu nome", eu falei, mas é porque eu sou o pai dele, mas quem recebe o benefício é ele, eu sei que eu não devo explicação pra você, mas eu não moro sozinho, eu moro com meu filho, meu filho mora comigo. Daí ela: "ah desculpa, eu não sabia". (...). Ela achou estranho! Por estar no meu nome e eu ser homem e receber o bolsa família ela achou estranho.*

É possível inferir que os homens entrevistados, neste estudo, sentiam a necessidade de justificar o fato de serem titulares pela presença de filhos ou motivo de doença, que se sentiam constrangidos com a titularidade. Quando questionados sobre serem responsáveis pelo recebimento do PBF, os titulares homens traziam em suas falas aspectos referentes ao poder de compra, que o benefício proporcionava, e que, embora fossem titulares, normalmente o benefício ficava sob a gestão das mulheres da casa. Diferentemente para as mulheres, mesmo que estas vivessem com marido/companheiro, a administração do benefício era realizada por elas.

Sobre a administração do benefício, vários estudos apontam resultados semelhantes. A administração do benefício é realizada pela mulher na maioria dos casos (SANTOS *et al,* 2015; MARIANO; CARLOTO, 2013; REGO; PINZANI, 2013; PIRES, 2012; IBASE, 2008; MARIANO, 2008). Do mesmo modo, diversos estudos demonstram que o benefício do PBF é visto como um dinheiro feminino pelas famílias beneficiárias, pois entendem que este recurso deve ser destinado ao cuidado dos filhos e da casa, por compreender que a mulher cumpre o papel de "cuidadora da família" e a ela é atribuída a função da administração do recurso (LAGO *et al,* 2014; REGO; PINZANI, 2013; PIRES, 2012).

Para as mulheres, o PBF era um auxílio financeiro para as despesas familiares, trazia a sensação de segurança, pois seu pagamento era regular. Simbolizava autonomia e liberdade, principalmente para aquelas que não exerciam atividades profissionais, que anteriormente ao PBF dependiam principalmente da renda do marido ou ex-marido, fato também observado no estudo de Lago *et al* (2014) e Santos *et al (*2015). Assim foi para *Eliane*, o recebimento do

benefício trouxe maior independência financeira, possibilitou o planejamento de gastos e alívio, pois anteriormente ao recebimento, dependia exclusivamente da pensão paga pelo ex-marido.

> *Porque daí eu não fico mais só dependente dele (ex-marido). Ah sei lá... quando falta as coisas eu não preciso mais ligar pedindo, muitas das vezes eu ainda tenho dinheiro. Se eu preciso de alguma coisa ou elas (filhas), eu não preciso mais ficar pedindo dinheiro pra comprar. Ah não sei, só sei que é melhor.*

Este fato corrobora com o estudo realizado pelo IBASE (2008), que evidenciou que a principal repercussão do PBF na vida das mulheres beneficiárias é o aumento da independência financeira. Alguns estudos demonstraram ainda que as beneficiárias do PBF identificaram melhoria nas relações sociais devido à garantia de renda contínua, pois permitiu planejamento e compromisso com os gastos financeiros, repercutindo no maior reconhecimento perante a família e a sociedade por ser a responsável pelo benefício (MARIANO; CARLOTO, 2013; REGO; PINZANI, 2013; LAVINAS, *et al* 2012). No entanto, neste estudo este fato não foi evidenciado nas falas das entrevistadas.

Porém, ser titular, nem sempre trazia uma sensação confortável ao beneficiário, como no caso de *Luiza*, que tinha a expectativa de que a titularidade fosse provisória e que o programa pudesse oferecer às titulares oportunidades de emprego e de qualificação. Depender do benefício, para sobreviver, trazia angústia e inconformismo à titular, que tinha o sonho de arrumar emprego para que pudesse alugar uma casa para ela e sua filha, não precisando mais morar de favor na casa da mãe e poder, também, se desligar do PBF, dando oportunidade a quem mais precisasse. Por se sentir incomodada com esta situação, preferia repassar o benefício para mãe, que era responsável pelas despesas da casa. Por outro lado, *Luiza* compreendia que o benefício trazia segurança, por não depender exclusivamente da pensão do ex-marido para ajudar sua mãe.

> *Porque a gente sozinho não tá conseguindo, tá entendendo? Porque a gente fica a vida toda, e quando eu resolvi entrar no bolsa família, entrei com o interesse de não ficar muito tempo, de conseguir meu emprego e até agora nada, tá difícil e até cada vez mais complicado.*

O estudo do IBASE (2008) demonstrou que a principal expectativa das titulares em relação ao PBF era a inserção no mercado de trabalho formal, porém as ações governamentais associadas ao PBF com foco na inserção produtiva são pouco recorrentes. A fala de *Luiza* pode refletir a situação daqueles beneficiários que buscam maior apoio do PBF para a inserção produtiva.

6.3. Necessidades e prioridades das famílias e o uso do benefício do PBF

O benefício do PBF era utilizado com base naquilo que a família identificava como necessidades, sendo consideradas prioritárias a alimentação e despesas com os filhos. No entanto, a utilização do recurso para outras necessidades dependia do valor do benefício e do orçamento familiar. A garantia de uma renda regular adicional ao orçamento familiar, proporcionada pelo benefício, permitia maior flexibilidade no uso, ampliando as escolhas e atendendo a diversas necessidades da família, assim relataram *Lúcia* e *Sandro*:

> *Lúcia: Às vezes eu compro alimentação, às vezes eu compro negócio de escola, às vezes eu compro uma roupa ou outra assim. Mas assim pouco né, porque não tem como você comprar muito. Então, você tem que equilibrar, uma vez você compra uma coisa, uma vez compra outra e vai se virando como dá.*

> *Sandro: Ajuda bastante, trinta e cinco, não é muita coisa né, mas tá bom dá pra comprar as coisas pra ele (filho), pelo menos dá pra comprar, biscoito, levar o menino no médico, quando precisa eu pego e levo. Às vezes ele fica doente fora do meu pagamento, daí eu tenho que pegar, então eu deixo sempre guardado também, toda vez que eu pego eu deixo guardado, caso precisa né. Vou fazer uma poupança pra ele também, daí eu sempre deixo guardado.*

O uso do recurso para a compra de alimentos foi comum entre os entrevistados. No caso dos titulares que tinham o PBF como única fonte de renda, como *Sebastião* e *Antônio*, contavam exclusivamente com o benefício para o pagamento das compras de alimentos. Quando recebiam doação de alimentos, o benefício do PBF permitia a compra de outros itens alimentícios, que não constavam na cesta. Porém, para *Antônio*, que passava por tratamento de saúde, o pagamento da contribuição do INSS também era considerado uma prioridade, mantendo sua esperança de ser beneficiário do auxílio doença.

Antônio: Aqui, eu pago a autonomia pelo bolsa família olha aí 44 reais certo, 44 reais pelo bolsa família daí, mas é uma ajuda né, é pouco mais ajuda (mostra os papeis do INSS). Aí eu até recebo 119 reais pelo bolsa família, 119, daí dá pra quebrar um galho né, mas não dá muito não, mas dá pra se viver um pouco né. (...) É isso aí, quando eu recebo lá na lotérica eu já passo lá no mercado e já compro a comida. (...) Isso é pouco mas ajuda né, mas é pouco, mas ajuda né.

O entendimento do benefício como "uma ajuda" foi enunciado repetidamente por alguns sujeitos do estudo. Esta expressão apareceu principalmente nos casos em que o benefício complementava a renda familiar, proveniente de trabalho formal ou informal como ocorreu no estudo de Carneiro (2015). Todavia, nas situações em que o valor do benefício era insuficiente para cobrir necessidades básicas das famílias, esse também era visto como forma de ajuda, conforme os exemplos de *Eliane* e *Maria*:

Eliane: Ah me ajuda e muito, me ajuda muito, muito, muito mesmo (exclamou bem forte)! Porque quando eu não tenho (dinheiro), tenho de onde tirar, muita das vezes eu não tenho, o dinheiro tá acabando, daí eu vou receber.

Maria: Na verdade, não ajuda muito, porque delas três (filhas) eu pego 105 reais, então dá pra fazer alguma coisa, não ajudou tanto, mas dá pra ajudar em alguma coisa. (...). Aí quando eu pego no mês é a primeira coisa que eu compro é os legumes dela, tem criança né, daí é legumes, frutas.

A percepção do PBF como "ajuda" para as despesas familiares também foi encontrada em outros estudos (CARNEIRO, 2015; PIRES, 2012; PINTO, 2010). Pires (2012) destaca que "ajuda" expressava dois sentidos, o primeiro diz respeito ao benefício ser considerado um complemento para renda, que frequentemente é maior do que o valor do benefício. O segundo sentido "decorre da incorporação simbólica dos recursos do programa como um dinheiro feminino" (PIRES, 2012, p.30). No estudo de Santos (2010), realizado com homens pobres da periferia do Recife, os entrevistados também identificavam o benefício do PBF como ajuda, por considerarem o benefício como dinheiro de mulher, já a renda oriunda dos trabalhos dos homens era atribuída maior valor.

Pires (2012) revelou em seu estudo que os beneficiários do PBF entendiam como sendo uma "obrigação moral" que o recurso fosse destinado às necessidades dos filhos, havendo os

gastos considerados como corretos e incorretos. Os corretos eram os gastos diretos aos filhos (alimentos de “criança”, roupas, pagamento de internet, despesas médicas ou escolares) ou indiretos (gastos com a casa e com alimentos destinados a todos os membros da família). Os gastos incorretos eram aqueles usufruídos pelo titular para despesas pessoais ou aqueles que não eram relacionados com os filhos (PIRES, 2012).

O destino do recurso dependia da necessidade e prioridade de cada família, sendo a “comida de criança” (exemplo: biscoitos, achocolatado, leite, iogurtes, lanches para escola, frutas e verduras) a prioridade mais enunciada. No estudo de Ribas e Daufenback (2016), as beneficiárias do PBF identificaram a compra de alimentos destinados para crianças (doces, biscoitos, iogurtes e salgadinhos de pacote) como uma conquista proporcionada pelo recurso do programa. Conforme a disponibilidade de recursos (benefício do PBF e fonte de renda de trabalho formal ou informal) outras necessidades eram incorporadas, como pagamento de consulta médica, de roupas e calçados, materiais escolares e pagamento de internet.

> *Carlos: Eu penso assim, esses 70 reais é deles, é pra mim investir neles (filhos). Porque eu falei pra eles: Então oh, eu tiro 42 reais desse dinheiro pra pagar a internet, pelo menos vocês vão fazer pesquisa, vão fazer o estudo de vocês, é algo que vai, é um benefício que eu vou investir em vocês, entendeu? Então nesse caso melhorou.*

Para *Sebastião*, a certeza do repasse do benefício lhe trazia maior segurança, apesar de não usufruir do valor integral do benefício, pois parte do recurso era repassado à intermediadora que o auxiliou no cadastramento e no recebimento. Anteriormente ao PBF, sua alimentação dependia exclusivamente de doações, ficando angustiado por não ter certeza do recebimento dos donativos. Deste modo, o benefício do PBF o auxiliava na compra de medicamentos e de alimentos, que não conseguia de doação na igreja.

> *Sebastião: Ah ajudou muito! Porque faltava as coisas dentro de casa e eu não tinha como comprar. A igreja você sabe como é que é né, é muita gente. Teve vez que dava pra um e não dava pra outro, quando não dava pra mim eu já pensava no bolsa família e aí dava sorte. (...). É porque ajuda um pouco no remédio né, na minha alimentação também. É um pouquinho mas dá ué, não tem como.*

As informações encontradas corroboram com outros estudos que apresentaram como principais repercussões do PBF a utilização do recurso na alimentação, o que garantiu aumento

na variedade e quantidade de alimentos, prioritariamente os alimentos destinados às crianças (DAUFENBACK; RIBAS, 2016; SANTOS *et al* 2015; PINTO, 2010; IBASE, 2008).

Fato que deve ser destacado neste estudo é que os homens titulares entrevistados, assim como as mulheres, identificaram como principal prioridade do uso do recurso do PBF a alimentação da família, medicamentos e as necessidades das crianças. No caso especifico destes titulares, pode-se desmistificar o discurso de que homens titulares fazem uso indevido do recurso do PBF. Em geral, conforme demonstrado no estudo "Vozes do Bolsa Família" (REGO; PINZANI, 2013) as mulheres titulares consideram mais adequada a titularidade ser feminina, pois os homens em geral não teriam a preocupação com a família e com os filhos, podendo gastar o recurso do PBF com bebidas alcoólicas, situação não encontrada nos resultados deste estudo.

Outro ponto a ser analisado, no qual pode trazer indicativos da preocupação masculina com a família, é que os titulares homens repassavam o recurso para que fosse administrado pelas mulheres da família. Isto pode indicar o entendimento do homem de que este recurso deve ser destinado à família, em especial as crianças, no entanto, por entender a construção social do papel da mulher como cuidadora da família, transfere o recurso a ela para que gerencie da melhor forma com a família.

O valor do benefício foi questionado por alguns titulares (homens e mulheres), por não compreenderem a composição do valor e o motivo pelo qual algumas famílias recebiam valores diferenciados. Assim foi para *Carlos*, que recebia benefício no valor de 77 reais, correspondente a um benefício variável para criança de 0 a 15 anos (R$ 35,00) e um benefício variável de adolescente de 16 e 17 anos (R$ 42,00). Sentia-se decepcionado pelo Programa não corresponder às suas expectativas quanto ao valor do benefício e de auxílio na educação e saúde dos filhos, por exemplo, como oferta de cursos, e mais atenção na saúde.

> *Carlos: (o que representa o PBF) O mínimo, nada, porque eu vou ser bem direto, é eu queria poder assim se pudesse, vamos supor se dobrasse, chegar a 70 reais pra cada um, poder colocar eles num curso (...). Agora fora isso é um benefício, não tem mais nada. (...) por exemplo, meus filhos nunca foram pesados, nunca ninguém falou nada. Eles estudam, graças a deus, mas nunca teve pesquisa no colégio, não teve nada. Só dá o dinheiro, (...) Mas pesquisa, vê como é que as crianças está, nunca fizeram nada.*

Estudos identificaram que a maioria dos titulares desconheciam os critérios para a

composição do valor do benefício e as demais regras que regem o programa (PINTO, 2010; IBASE, 2008). Mais grave ainda, o estudo realizado pelo IBASE (2008) revelou que muitos responsáveis pela gestão local do PBF nos municípios demonstraram despreparo em relação a informações sobre o programa, principalmente sobre os valores do benefício. A desinformação, tanto por parte dos gestores como dos titulares, gera incompreensão e desconfiança principalmente nas famílias beneficiárias.

Na fala de *Carlos* percebeu-se também uma expectativa do PBF relacionada às condicionalidades, ao referir que esperava "pesquisa" e acompanhamento da educação e saúde dos filhos. De fato, está preconizado na Portaria GM/MDS Nº 251, de 12 de dezembro de 2012, que as condicionalidades do PBF "visam a ampliar o acesso das famílias às políticas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população beneficiária, assim como a fortalecer a capacidade de o Poder Público oferecer tais serviços" (BRASIL, 2012). As condicionalidades são relativas à assistência ao pré-natal e ao puerpério, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da vacinação, vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos e, no que se refere à educação, é realizado o acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Para a família de *Carlos*, por seus filhos serem adolescentes, não há nenhum cuidado de saúde destinado a eles pelo serviço público e na condicionalidade da educação, como se limita ao acompanhamento da frequência escolar, o titular não percebe um maior acompanhamento de seus filhos, gerando frustação. O titular demonstra em sua fala outras necessidades das famílias beneficiarias pelo PBF, que vão além do recurso financeiro, são ações essenciais relacionadas à saúde e educação, oferecidas pelo serviço público, porém ainda de modo insuficiente.

6.4. Manuscrito 1

Titularidade masculina e feminina e sua relação com as práticas alimentares de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no município de Duque de Caxias-RJ

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender a relação entre a titularidade (homem/mulher) do Programa Bolsa Família (PBF) e as práticas alimentares de famílias beneficiárias, residentes no Distrito de Campos Elíseos, município de Duque de Caxias-RJ. Foi utilizado como referencial metodológico a Hermenêutica de Profundidade (HP), conforme descrito por Thompson (2002). Utilizou-se a análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2011) e adaptada por Minayo *et al* (2012). A construção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com a utilização de um roteiro norteador, e observação. Foram entrevistados 5 homens e 5 mulheres titulares do PBF, entre novembro de 2015 e abril de 2016. As práticas alimentares das famílias beneficiárias foram influenciadas pelo PBF no que diz respeito à aquisição de alimentos. A relação dos sujeitos do estudo com as práticas alimentares não foi alterada a partir da titularidade do PBF, ou seja, homens e mulheres, tem papéis diferentes, porém complementares no que se refere as práticas alimentares, estes papéis de gênero são construídos socialmente e no ambiente familiar. De modo geral o homem tinha a responsabilidade do provimento da renda para a aquisição dos alimentos e a mulher as responsabilidades da compra, preparo e distribuição dos alimentos.

Palavras-chaves: Alimentação, Cultura, Pesquisa Qualitativa, Programas Governamentais, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

Men and women ownership and their relationship with the feeding practices of the beneficiary families of the Programa Bolsa Família resident at the municipality of Duque de Caxias - RJ.

This study had as objective to understand the relationship between the Programa Bolsa Família (PBF) ownership (men/women) and the feeding practices of their beneficiary families resident at Campos Elíseos district, municipality of Duque de Caxias - RJ. It was utilized the Depth Hermeneutics proposed by Bardin (2011), and modified by Minayo et al. (2012) as the methodological reference. Data construction was made through semi-structured interviews with

the use of a guiding protocol and observation. Five men and five women PBF ownerships were interviewed between November 2015 and April 2016. The beneficiary families feeding practices were influenced by PBF in what respect to the food acquisition. The subject relationship with the feeding practices were not modified by PBF ownership, in other words, men and women had different but complementary roles in what regard to the feeding practices, those gender role models are constructed socially and in the family environment. Generally speaking, the men had the responsibility to provide incomes to the acquisition of food and the woman had the responsibility to buy, prepare and distribute food.
Key words: Feeding, Culture, Qualitative Research, Governamental Programmes, Programa Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) criado no ano de 2003, representa a unificação de outros programas de transferência de renda no Brasil, tais como o programa bolsa escola, o bolsa alimentação, o auxilio gás, o cartão alimentação (Medida Provisória nº 132, de 2003, convertida na Lei 10.836, de 09/01/04). O PBF é o maior programa de transferência de renda do país e teve como principais objetivos o combate da fome e da pobreza no Brasil. Associa-se ao recebimento do benefício o cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação (BRASIL, 2004). O programa é destinado a famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, sendo caracterizadas respectivamente pela renda familiar mensal *per capita* de até R$ 85,00 reais e de até R$ 170,00 reais (Decreto nº 8.794, de 29/06/2016).

A sistematização do PBF desde sua criação recomenda que a titularidade seja preferencialmente para as mulheres, por considerar que elas, em geral, são as responsáveis pelo cuidado e bem-estar dos membros das famílias (IBASE, 2008) e de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 93% dos titulares do benefício são mulheres (BRASIL, 2014). De fato, os estudos apontam que a administração do benefício é realizada pela mulher na maioria dos casos (MARIANO; CARLOTO, 2013; LAVINAS *et al*, 2012; PIRES, 2012; IBASE, 2008; MARIANO, 2008).

O recurso do PBF é geralmente destinado para a alimentação da família, garantindo aumento na variedade e quantidade de alimentos, prioritariamente os alimentos destinados às crianças (DAUFENBACK; RIBAS, 2016; SANTOS *et al*, 2015; LAGO *et al*, 2014; PINTO, 2010; IBASE, 2008). Deste modo, o PBF contribui para o aumento do poder de compra e de escolha dos alimentos pelas famílias beneficiárias.

Por ser essencial à vida, a comida e o comer representam o primeiro aprendizado social, repassados desde cedo às crianças. No âmbito familiar e social, as práticas alimentares são construídas e, neste sentido, o ato de comer está ligado a identidade social, revelando a cultura em que se está inserido. Por mais que os hábitos alimentares mudem na fase adulta, as lembranças do primeiro aprendizado alimentar permanecem (MINTZ, 2001; POULAIN; PROENÇA, 2003).

As práticas alimentares não são homogêneas, pois apresentam reflexos dos valores sociais e culturais, das desigualdades sociais e das relações de gênero (DIEZ-GARCIA, 1997; CANESQUI, 2005). Canesqui (2005), refere que os contextos das políticas econômicas e sociais refletem nas práticas alimentares, com isso, são recriadas e reelaboradas constantemente por quem as vivencia. Por trazer a possibilidade de recurso para aquisição de alimentos e de escolhas alimentares, sugere-se que o PBF influencia as práticas alimentares das famílias beneficiárias.

O estudo de práticas alimentares busca compreender os sentidos e significados que envolvem a alimentação, isto é, as motivações das escolhas, quando, como e por quem os alimentos são adquiridos, preparados e consumidos, quais são as adequações e ocasiões de consumo, incluindo as regras, normas, crenças e valores que acompanham a alimentação e são influenciadas pela cultura (CANESQUI, 2005). As práticas alimentares expressam as relações familiares e sociais, por isso, dentro da família, a refeição representa um ato social e não apenas o ato de ingerir alimentos, além de demonstrarem a construção social da divisão dos papéis de gênero (WOORTMAN, 1985), de forma explícita ou implícita.

Entender a construção social dos gêneros é fundamental para compreensão dos papéis familiares atribuídos a homens e mulheres, que também se revelam nas práticas alimentares. O estudo de Joan Scott (1995) traz a definição de gênero subdivida em duas partes. Para a autora: "1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder" (SCOTT, 1995, p.86).

As construções sociais determinam a divisão entre atividades destinadas a homens e mulheres, não sendo, portanto, uma determinação biológica. Segundo Kergoat (2009, p.67)

> "A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (política, religiosas, militares etc.).

Esta forma de divisão social do trabalho se organiza em dois princípios: hierarquia

(trabalho masculino tem mais valor do que o feminino) e separação (divisão de trabalhos considerados de homens e de mulheres) (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009).

Considerando o PBF como a principal política social do Brasil destinado à população empobrecida, priorizando a titularidade feminina, e que este programa modifica o poder de compra e a alimentação das famílias beneficiárias, se faz necessário ouvir os titulares, homens e mulheres, com intuito de compreender a titularidade e os papéis de gênero e sua relação com as práticas alimentares de famílias beneficiárias, residentes no distrito de Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias/RJ.

METODOLOGIA

O presente estudo é de abordagem qualitativa, do tipo descritivo (GIL, 2008), fundamentado na perspectiva da Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por John B. Thompson (2002). Conforme o autor "este referencial coloca em evidencia o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação" (THOMPSON, 2002, p. 355). A HP é entendida como importante referencial metodológico para a pesquisa social, pois vai além de desvendar os sentidos, buscando compreendê-los (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

A HP compreende três fases, que não são necessariamente sequenciais, mas complementares entre si, partes do complexo processo interpretativo. São elas: análise sociohistórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. A análise sociohistórica, consiste na reconstrução dos contextos sociais e históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. A análise formal ou discursiva tem como objetivo organizar e caracterizar as formas simbólicas contidas nas falas, seus padrões e relações. A fase de interpretação/reinterpretação complementa as análises anteriores, busca compreender as formas simbólicas e suas representações, um processo que inclui sínteses das construções e explicações significativas (THOMPSON, 2002, p. 375).

A análise formal ou discursiva, segundo Thompson (2002), pode ser conduzida de várias formas, conforme o objeto de estudo. Nesta pesquisa optou-se por utilizar a análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2011) e adaptada por Minayo *et al* (2012). A análise de conteúdo temática tem como objetivo compreender os significados contidos nas falas, o conceito central desta análise é o tema, como unidade de significação (MINAYO *et al*, 2012). Na primeira etapa da análise foi realizada leitura compreensiva do material empírico e formulação dos primeiros pressupostos. Na segunda etapa, foi realizada a organização por temas, a categorização e a identificação e análise dos núcleos de sentido. Os temas identificados foram: caminhos até o

PBF e sentidos da titularidade; necessidades e prioridades das famílias e o uso do benefício; a titularidade e os papéis de gênero e a relações com as práticas alimentares, sendo que neste artigo será discutido o último tema.

A pesquisa de campo foi realizada no período de novembro de 2015 a abril de 2016, no distrito de Campos Elíseos, pertencente ao Município de Duque de Caxias/RJ.

Como técnicas de construção de dados foram realizadas entrevistas em profundidade semiestruturadas e observação. As entrevistas foram conduzidas no ambiente domiciliar dos entrevistados, compreendendo que este é um espaço simbólico onde são compartilhadas as práticas alimentares da família. Foi utilizado um roteiro para as entrevistas pautado em temas como: o PBF, a aquisição de alimentos, a culinária e as tarefas domésticas, e as refeições. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na integra.

As informações adquiridas pelas entrevistas foram complementadas pela observação de campo e em seguida registradas em diário de campo. Por meio da observação é possível maior proximidade com o não dito, por meio do olhar atento para as expressões, as interações e os modos de agir (MINAYO, 2010).

Os sujeitos foram incluídos no estudo de modo aleatório. Foi realizado contato prévio por telefone para agendamento da entrevista no domicílio. No caso dos titulares que não tinham informação sobre o telefone, a entrevista foi realizada a partir de contato direto no domicílio. Os titulares foram identificados em um banco de dados com informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de beneficiários do PBF, a partir do ano de 2014, residentes do Distrito de Campos Elíseos. Neste banco de dados, foram identificadas 361 famílias, das quais, 353 tinham como titular mulheres e 8 homens. Foram localizados 6 titulares homens, no entanto uma entrevista foi desconsiderada pois o titular não sabia que o recurso do PBF havia sido liberado. Com relação as mulheres titulares, a interrupção da inclusão de novos entrevistadas ocorreu durante o processo das entrevistas quando iniciou repetições de conteúdo, concepções e explicações, sendo esse momento definido como “ponto de saturação” (MINAYO et al, 2012). O número de entrevistados não foi determinado previamente, as entrevistas foram consideradas suficientes por atenderem os objetivos do estudo.

Os entrevistados foram esclarecidos sobre a pesquisa e a autorização da participação foi expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este estudo garantiu o anonimato dos sujeitos, atendendo aos princípios éticos de pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em

maio de 2014, sob o número de parecer 651339. Recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por meio do edital 24/2013 MCTI-CNPQ/MDS-SAGI, processo 456847/2013-8.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 10 entrevistas, sendo 5 mulheres e 5 homens titulares do PBF. Sobre o perfil dos titulares, três mulheres tinham ensino fundamental, sendo que duas destas estudaram apenas até a 4ª série, e duas completaram o ensino médio. Entre os homens, três tinham ensino primário incompleto e dois completaram o ensino médio. Com relação à idade, as mulheres tinham de 25 a 39 anos e os homens, entre 22 e 63 anos. Com exceção de dois titulares homens, que moravam em casa própria, os demais viviam em casas cedidas por familiares (mãe, pai, sogra, avó) ou amigo.

A respeito da conformação familiar dos sujeitos, duas mulheres relataram morar sozinhas com filhos, duas viviam com companheiro ou marido e com os filhos, e uma morava com a filha e a mãe. Entre os homens, dois informaram morar sozinhos, um com esposa ou companheira e filhos, um com a esposa ou companheira, e um morava com o filho, a mãe e avó.

Quanto à ocupação e renda familiar, duas das entrevistadas relataram não ter atividade remunerada para que pudessem se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos e da casa. Para uma delas a única fonte de renda da família, era gerada pelo trabalho informal do marido. Para a outra entrevistada, a renda familiar era proveniente da pensão do ex-marido. A 3ª titular exercia atividade autônoma, como manicure, e a renda familiar era complementada pelo salário do marido. Uma outra titular, trabalhava como autônoma, com venda de roupas, sendo esta a única fonte de renda da família. A 5ª mulher, relatou estar desempregada, sendo a renda da família composta pela aposentadoria da mãe e, também, pensão do ex-marido.

Entre os homens, um era trabalhador autônomo (conserto de eletrodomésticos), o segundo recebia no momento da entrevista “seguro desemprego” e estava em treinamento para um futuro trabalho; nestes dois casos estas eram as únicas fontes de renda da família, além do PBF. O titular seguinte tinha trabalho formal, exercendo a função de carregador de caminhão, sendo a renda da família composta também com as aposentadorias da mãe e da avó. Outros dois titulares não tinham atividade remunerada, sendo o benefício do PBF a única fonte de renda.

Todos os entrevistados relataram estar cadastrados no PBF entre um e dois anos, e o valor do benefício variava de R$ 35,00 e R$ 211,00.

A titularidade e os papéis de gênero: relações com as práticas alimentares

Compra e aquisição de alimentos

As escolhas alimentares são permeadas pela cultura (valores, crenças, normas) e pelos modos de pensar produzidos socialmente. Neste sentido, Canesqui (2005) refere que, mesmo nas famílias de baixa renda, as escolhas alimentares não são regidas somente pelos fatores econômicos, visto que estão envolvidos os modos de comer e os sentidos que a família atribui à comida.

Sobre a aquisição de alimentos para a família, os titulares (homens e mulheres) relataram como itens prioritários a serem comprados os alimentos tidos como básicos, como o arroz, o feijão, o macarrão, o óleo, o fubá e a farinha. Resultados semelhantes foram observados em outros estudos, reforçando que as famílias beneficiárias do PBF priorizam a aquisição destes alimentos, principalmente os dois primeiros, uma vez que esses alimentos são apontados culturalmente como "fortes" por propiciar maior saciedade (arroz e feijão) (IBASE, 2008; SANTOS *et al*, 2015).

O pagamento das compras era feito em alguns casos à vista, com o uso do cartão alimentação, e em outros, com cartão de crédito, este sendo citado como um modo de pagamento facilitado, pois possibilitava a realização de compras fora da data do pagamento do mês. Foi comum entre os entrevistados o uso do recurso do PBF para a compra da alimentação. No caso dos titulares que tinham o PBF como única fonte de renda, como *Sebastião* e *Antônio*, a compra dos alimentos era realizada logo após o recebimento do benefício. Quando recebiam doação de alimentos, o benefício do PBF permitia a compra de outros itens alimentícios, que não constavam na cesta. Para os demais titulares, o recurso do PBF era destinado principalmente para complementar a compra de alimentos de maior custo, como a "mistura" (carnes, embutidos e ovos), frutas e verduras, alimentos considerados por algumas famílias, também como itens prioritários da compra. Para aquelas famílias com presença de crianças, foram acrescentados como itens essenciais: o leite, os biscoitos, os iogurtes, os achocolatados e a farinha "láctea", ou seja, alimentos que representam a alimentação infantil e que eram priorizados na utilização do recurso do PBF.

A influência de familiares sobre a compra de alimentos para as crianças reafirma a importância dessas na aquisição de alimentos da família. Uma das entrevistadas, *Eliane*, destacou que quando o pai de seus filhos a acompanhava no mercado, o mesmo incentivava a

compra itens paras os filhos. *"O que ele pega mais é besteira, leva isso porque as crianças vão gostar".* Para este pai, que não convivia mais com os filhos após a separação do casal, a compra dos alimentos preferidos das crianças representava um gesto de afeto, atribuindo outros significados aos alimentos.

Por outro lado, a sociedade urbana está exposta constantemente à publicidade dos alimentos, a qual interfere no consumo (CRUZ *et al*,2013). As famílias de baixa renda também são influenciadas pela publicidade, porém, com limites no poder de compra, costumam incorporar na aquisição alimentos identificados como essenciais, principalmente aqueles destinados às crianças (CANESQUI, 2005). Ter acesso a alimentos identificados pela mídia como "comida de criança", representa para os beneficiários do PBF um sentimento de pertencimento ao mundo do consumo, do qual anteriormente ao benefício, participavam com muitas restrições (DAUFENBACK; RIBAS, 2016).

Para os titulares homens, que não tinham atividade remunerada, o preço do alimento era o que determinava a escolha. Diferente dos demais titulares (homens/mulheres), que associavam a qualidade ou a marca do produto ao preço, como determinante, assim como data de validade dos itens selecionados.

A alta dos preços dos alimentos gerava preocupação, visto que com o mesmo montante de dinheiro não se conseguia comprar a quantidade de itens de costume. De fato, no período do estudo, houve elevação nos preços dos alimentos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o custo médio da cesta básica, em outubro de 2015, na capital do Estado do Rio de Janeiro, foi de R$ 359,66, este valor correspondia a 49% do salário mínimo líquido, já em março de 2016, passou para R$ 440,79, referente a 54% do salário mínimo líquido. Esta variação de preço tem maior impacto na alimentação das famílias pobres, visto que elas já disponibilizam um percentual alto dos recursos financeiros para a compra dos alimentos. Nesse sentido, algumas estratégias foram adotadas pelos titulares com intuito de economizar na aquisição dos alimentos, tais como: a pesquisa de preço e a escolha do local de compra (realizada em diversos locais, antes de efetuar a compra), o planejamento da data da compra, pois alguns supermercados tinham dias específicos de promoções, como o "dia da carne e o dia do hortifrúti" e a substituição de alguns alimentos por outros de menor valor (a carne era substituída por embutidos e ovos).

A escolha do local de compras geralmente era determinada pelo preço e pela proximidade. Os grandes supermercados eram mais valorizados, por apresentarem vantagens em relação aos preços e maior oferta de produtos do que os mercados pequenos da região. O mesmo foi demonstrado no estudo do IBASE (2008). Já a compra de carnes, frutas e verduras,

por serem realizadas com mais frequência, geralmente eram feitas no comércio local ou em ônibus (tipo sacolão), no caso das verduras e frutas.

A periodicidade da compra dos alimentos foi outro ponto observado nas entrevistas, sendo determinada pelo recebimento de recursos. As famílias que tinham renda fixa (salário, pensão) faziam compra uma vez por mês dos itens básicos, complementando semanalmente com a compra de carnes/embutidos/ovos, verduras e frutas. No caso das famílias que tinham renda proveniente de trabalho informal, as compras eram realizadas mais vezes e em menor quantidade, logo após o recebimento pelo serviço. Para *Carlos*, não planejar as compras de alimentos e não poder realizar compra mensal, devido ao recebimento irregular do trabalho informal, lhe trazia incomodo:

> *Como eu gostaria de dizer "vamos lá fazer a compra do mês", isso não existe na minha casa há muito tempo entendeu.*

Assim como exposto por *Carlos*, a idealização da compra do mês, momento que se compraria todos os itens de alimentação, também foi evidenciada no estudo de Carneiro (2015), com beneficiárias do PBF, pois representava uma vida farta, de superação da pobreza vivenciada. No entanto, a fala de *Carlos* trazia sentimento de angústia, e repetia por diversas vezes a preocupação com a compra do mês. Sua angustia pode estar relacionada ao fato de não conseguir cumprir as expectativas sociais de um homem de família, como pontuado por Sarti (2003) em seu estudo. De acordo com a autora, entre famílias pobres, a autoridade masculina é abalada caso o homem não garanta moradia e sustento da família, atribuições estas do papel de provedor.

O mesmo foi descrito por Canesqui (2005, p.179), que enfatiza que, em geral, entre as famílias de baixa renda há o entendimento do homem como provedor, ou seja, "a alimentação mede a capacidade do pai como provedor e responsável por garantir os meios de sobrevivência da família, e ser pai de família é fundamental para sua realização como homem". Nas famílias estudadas, os homens exerciam o papel de principal provedor da renda para aquisição dos alimentos, mesmo naquelas com casais separados. Assim, o pagamento da pensão alimentícia pelo ex-marido era a principal fonte de pagamento das compras, seguida pelo benefício do PBF. Especificamente nessas famílias, as mulheres titulares expressaram preocupação com situações de não pagamento de pensão de ex-marido e de desemprego dos mesmos. Assim, notícias sobre cortes no PBF, também geravam receios, pois impactaria diretamente na aquisição dos alimentos para a família.

Por outro lado, havia o entendimento do papel da mulher no gerenciamento do consumo doméstico, sendo as mesmas responsáveis pelas compras dos alimentos, pois raramente o marido/companheiro acompanhava no supermercado. Na necessidade de o homem ir sozinho ao mercado, a mulher se encarregava de listar os itens necessários. Logo, eram as mulheres quem decidiam os alimentos adquiridos para a família. Para exemplificar destacamos a entrevista de *Lúcia* que reforçou que ela, enquanto mulher, tinha mais habilidades para realizar as compra dos alimentos do que o marido. Do mesmo modo, *Carlos*, identificou que esta é uma responsabilidade feminina, por entender que a mulher tem mais competência para esta atividade do que um homem.

> *Carlos: Mas vou falar bem claro, eu não gosto de fazer compra, quem tem que fazer compra é a mulher, eu penso assim porque a mulher é mais organizada, ela sabe o que está faltando, sabe do que precisa entendeu? Eu não.*

Outro modo de conseguir alimentos pelas titulares mulheres era por meio da ajuda de familiares. Já alguns titulares homens citaram receber doações de cestas básicas ligadas a igrejas ou da ajuda de amigos e vizinhos. A cesta básica era composta geralmente de arroz, feijão, óleo, sal, leite em pó. A entrega da cesta não era frequente, o que dificultava o planejamento alimentar, porém ajudava a complementar a alimentação. O estudo de Santos *et al* (2015), com beneficiárias do PBF de Colombo/PR, também apontou que o recebimento de doação era importante para o acesso aos alimentos. Diferentemente do encontrado neste estudo, as autoras identificaram também o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como pertencente a rede de apoio para doação de alimentos.

Para alguns titulares homens, a compra de frutas e verduras era muito difícil, pois a renda não permitia. *Sebastião* só tinha acesso a esses alimentos por meio de um amigo, que recolhia, no comércio, frutas e verduras que seriam descartadas. Já *Antônio* consumia algumas frutas cultivadas no seu quintal ou doadas por vizinhos, que também tinham árvores frutíferas. Percebe-se a existência de uma rede de apoio, gerada pela solidariedade de pessoas pobres, que se articulam em situação de falta de alimentos.

No estudo de Barbosa (2013), os homens titulares do PBF também identificaram e valorizaram a rede social formada por amigos como um suporte para as necessidades. Enfatizaram que os amigos são mais próximos e mais solícitos a ajudar do que alguns membros da família, assim como foi evidenciado por *Sebastião* e *Antônio*.

No caso da titular *Eliane*, seu pai criava galinhas e patos, essas aves e os ovos não eram vistos pela família como alimento, mas vendidos a outras pessoas que consomem. Em seu relato observou-se que o mesmo alimento pode ser considerado comida conforme a sua origem, pois galinha e ovos provenientes de supermercados eram considerados comida, já as aves e ovos, criados em casa, atribuía-se outro valor, sendo percebidos como produtos a serem comercializados a outras pessoas. Assim, dependendo do valor atribuído, da origem e das representações dos alimentos, estes podem ou não ser considerados como comida (CONTRERAS; GARCIA, 2011; MACIEL, 2001).

Culinária e o cuidado doméstico

A prática culinária representa a complexidade do ato alimentar, que compreende as preparações, as combinações de vários ingredientes, onde ocorre a transformação do alimento em comida. Elas são carregadas de memórias afetivas, de sentimentos e significados que remetem ao convívio familiar (MACIEL, 2001). A cozinha também representa um espaço social, onde se expressa a divisão sexual das atividades (POULAIN; PROENÇA, 2003).

A culinária era uma atividade diária e comum para os titulares homens que moravam sozinhos. *Antônio* relatou com orgulho ser habilidoso na cozinha, como uma mulher, por ter aprendido a cozinhar ainda criança com sua mãe. A sua fala remete à memória afetiva, sendo a culinária associada às experiências apreendidas com sua mãe.

> *A minha mãe ensinou a gente desde criança a aprender a cozinhar, todo mundo lá em casa sabe cozinhar. Os homens e as mulheres, todo mundo ela ensinou igual. (...) ela falava "vem todo mundo aqui para a beira do fogão"! (Exclamou bem forte) Ela falou "amanhã depois quando vocês tiverem homem adulto, se vocês não tiverem mulher vocês já sabem cozinhar".*

Sebastião relatou que aprendeu a cozinhar durante o serviço militar e considerava este aprendizado importante, pois morava sozinho. Por outro lado, os titulares que viviam com companheira/esposa ou mãe, não se dedicavam ao preparo da comida, sendo esta função destinada às mulheres da casa. *Carlos* atribuiu à mulher a responsabilidade do preparo das refeições, uma função central da boa dona de casa e mãe, assim relatou:

> *Minha esposa, é ela quem prepara (comida), graças a Deus a gente passa por lutas, por dificuldades como muitas pessoas passam, mas a minha esposa é uma excelente dona de casa, uma excelente mãe, entendeu?*

O estudo de Canesqui (2005) revelou que eram consideradas como boas donas de casa e mães as mulheres que preparavam a comida para seus filhos e seu marido, não desperdiçando alimentos e que cuidavam da casa com zelo, fato observado no discurso de *Carlos*.

Os titulares, quando participavam das preparações culinárias, atuavam como ajudantes em refeições especiais, como de final de semana. Assim também demonstrou o estudo de Canesqui (2005) com famílias de baixa renda. No entanto, o não compartilhamento das atividades nem sempre era por falta do conhecimento culinário, como no caso de *Moisés*, que já cozinhava antes de morar junto com sua companheira,

> *"eu até sei fazer comida, mas é que eu tenho preguiça (...) eu fazia só quando eu morava com a minha mãe (antes de casar), mas depois disso não sei o que aconteceu comigo, desanimei bastante (gargalhada) ".*

As mulheres titulares tinham como sua responsabilidade as atividades culinárias. Contavam, em alguns casos, com o auxílio do marido/companheiro nas preparações de final de semana ou durante a semana, quando impossibilitadas de preparar, por motivo de trabalho ou doença. *Maria* relatou que o marido auxiliava nas preparações durante a semana, mas era ela que assumia o preparo, já no final de semana, esta situação se invertia, ele assumia a cozinha e ela atuava como ajudante.

No âmbito familiar são definidas as funções domésticas destinadas as mulheres e aos homens. *Eliane* relatou que na sua família o saber culinário pertencia às mulheres, mesmo em situações comemorativas ou preparo de carnes assadas, como churrasco, os homens não participavam, pois consideravam que já trabalhavam muito para ter que trabalhar dentro de casa. Na família de *Luiza*, seu irmão preparava o mesmo prato que seu pai fazia para eles quando crianças, seguindo o exemplo do pai, não fazendo outras preparações culinárias além desta.

Assim como no preparo dos alimentos, o cuidado com a casa era assumido pelos titulares que moram sozinhos. *Antônio* referiu que foi incentivado desde criança, pela mãe, a fazer as tarefas domésticas. Do mesmo modo, os titulares que moram com companheira/esposa

ou mãe tinham a mulher como responsável pelas tarefas da casa, bem como no cuidado das crianças.

Em alguns casos, o homem participava como ajudante nas horas de folga, ou fazia apenas atividades externas à casa, como capinar. Assim era para *Moisés*, que referiu somente ajudar nas atividades no quintal, consideradas mais pesadas. Sua esposa relatou que considerava sua obrigação fazer as atividades domésticas, visto que o marido trabalhava e ela não. De fato, as mulheres titulares tinham as atividades domésticas e o cuidado com os filhos como tarefas de sua responsabilidade. O marido/companheiro também auxiliava somente quando a mulher estava impossibilitada de realizá-las. Para o titular *Sandro*, que tem um filho e mora com a mãe e sua avó, o apoio da sua mãe é imprescindível para o cuidado do seu filho, principalmente nos horários que está ausente por conta do trabalho. O mesmo foi observado no estudo de Barbosa (2013) com homens titulares do PBF, pertencentes a famílias monoparentais masculina, as mulheres das famílias representavam uma importante rede social no que se refere principalmente ao cuidado dos filhos.

Os resultados encontrados sobre a participação dos homens e das mulheres no trabalho doméstico são reafirmados nos dados sobre desigualdades de gênero, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, a qual demonstra que a jornada média semanal das mulheres nessas atividades é 2,5 vezes maior do que a dos homens (IBGE, 2012). Isso confirma que o trabalho doméstico continua sendo uma atividade predominantemente feminina, assim como encontrado neste estudo.

A aprendizagem da culinária e das tarefas domésticas era comuns às filhas, pois as mães ensinavam desde muito pequenas a realizarem pequenas tarefas, como arrumar a cama, lavar louça. No caso dos filhos, isto é mais raro. *Lúcia*, mãe de um único filho, expressou a preocupação em ensinar o filho a cozinhar e a realizar tarefas domésticas para que ele não viesse a passar dificuldades no caso dela faltar. No entanto, ela mesma reconhece poupar o filho dessas atividades.

> *Já, já tentei ensinar ele a fazer arroz, falei "ah meu filho tem que aprender, porque você não sabe até quando tem mãe, então tem que se virar". (...)as vezes eu boto sim pra fazer alguma coisa, é muito difícil mas...quando ele vem assim "ah mãe você quer que eu passe", eu falo "não meu filho pode deixar que passo", aí fica por isso mesmo.*

Já *Rosa* relatou que delegava algumas atividades domésticas para a filha, mas não para o filho. Identificava como papel natural da mulher realizar tarefas domésticas, por ter mais habilidades para estas funções, diferente dos homens que têm o papel nas atividades fora de casa, de ser provedor.

> *Rosa: Ah porque a mulher tem mais cabeça do que o homem, mais mente né, cuidar da casa, pra ir no mercado, pra fazer várias coisas né. A mulher é mulher e o homem é homem, entendeu?*

Percebe-se na sua fala, ao referir que "a mulher tem mais cabeça" o sentido de diferenças biológicas entre homens e mulheres, que determinam que estes tenham funções e habilidades diferentes. A relação mulher e comida geralmente é entendida socialmente como "natural/cultural", por sua condição fisiológica, são elas que alimentam seus filhos nos primeiros meses de vida, e a naturalização do cuidado alimentar é expandida a toda a família (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

Simone de Beauvoir (1967) traz a reflexão sobre a construção social de gêneros. Desde o nascimento, há uma intervenção social na vida das crianças, diferenciando-as. Os ensinamentos sobre os papéis de gênero estão presentes em todos os espaços: no âmbito familiar, na escola, no convívio com a sociedade e por influência da mídia (LYRA *et al*, 2003). As brincadeiras destinadas a meninos e meninas, são, portanto, reprodução daquilo que se espera de um pai e de uma mãe. Ao menino, são atribuídas brincadeiras que rementem ao ambiente externo, de trabalho e força, como carros, jogos de lutas, super-heróis, ou seja, simboliza o papel de provedor. Para as meninas as brincadeiras que remetem ao ambiente doméstico, de cuidado aos filhos e a casa, como exemplo, as bonecas, os brinquedos que imitam utensílios de cozinha, representando o papel cuidadora da mulher (LYRA *et al*, 2003). Sendo assim, a vocação à maternidade não é instintos natural ao sexo feminino, mas sim, construção social (BEAUVOIR, 1967).

A partir dos relatos dos titulares, homens e mulheres, percebe-se que é de domínio feminino a culinária e os afazeres domésticos, sendo os homens somente protagonistas na ausência da mulher na casa. Conforme Contreras e Gracia (2011), historicamente a culinária e o cuidado da casa são atributos denominados para a responsabilidade feminina. Para as mulheres pobres ainda é mais expressivo, visto que nas famílias de melhor condição financeira, onde as mulheres estão mais presentes nas atividades de trabalho fora do lar e estudo, o cuidado doméstico em alguns casos é "terceirizado" para outras mulheres, como empregadas domésticas

e/ou babá. No entanto, Hirata e Kergoat (2007) destacam que nestes casos não significa necessariamente maior igualdade entre os gêneros, mas sim a transferência do serviço doméstico para outras mulheres de classe inferior, o que possibilita a mulher de classe superior, maior participação no mercado de trabalho. Contreras e Gracia (2011), alertam sobre o cuidado com generalizações, visto que, ainda que de modo muito tímido, nas últimas décadas tem aumentado a participação do homem no cuidado da casa, da comida e dos filhos. Porém, geralmente os homens atuam como ajudante deste cuidado, assim como foi visto neste estudo e no estudo de Lago *et al* (2014) com famílias beneficiárias do PBF.

Nesse sentido, no contexto familiar, homens e mulheres assumem diferentes papéis na resolução de problemas cotidianos (BARBOSA; FREITAS, 2013). O estudo de Sarti (2003) traz a reflexão sobre a divisão simbólica de papéis entre homens e mulheres, no âmbito das famílias pobres, os dois exercem papéis complementares, porém hierárquicos. O homem é compreendido como "chefe da família" (provedor do sustento) e a mulher como "chefe da casa" (cuidadora da família e do lar). Segundo a autora, esta divisão de papéis pode repercutir de modo negativo tanto para as mulheres como para os homens. Para as mulheres, fragiliza a atuação no ambiente externo (trabalho), visto que ela necessita dedicar-se mais ao ambiente do lar, por outro lado, para o homem pobre, o sentimento de fracasso está atrelado a não corresponder a expectativa de ser provedor da família, devido à instabilidade do mercado de trabalho (SARTI, 2003).

Sobretudo, no ambiente doméstico, a divisão dos papéis entre homens e mulheres fica mais evidente. Canesqui (2005) realizou estudo sobre práticas alimentares de famílias trabalhadoras urbanas, onde comparou resultados de dois períodos de tempo, com um intervalo de 30 anos. No que se refere a representação dos papéis tradicionais de gênero na alimentação a autora refere não ter tido alteração, assim descreve:

> A categoria 'comida' agrega um conjunto de representações que tanto falam das condições de sobrevivência e reprodução e das diferenças sociais quanto da família, das responsabilidades conjugais e, principalmente, da mulher, da casa, de suas obrigações perante o marido e os filhos e de sua relação com o outro, persistindo a alimentação como arena feminina e sob o controle da mulher – fato que não se alterou durante os 30 anos transcorridos entre a primeira e a segunda pesquisa (CANESQUI, 2005 p.206).

Refeições

Outro ponto avaliado se refere às refeições cotidianas, tidas como ocasiões sociais da vida realizadas com a presença do alimento. Quando realizadas no domicílio, se relacionam

com os distintos momentos da prática alimentar, tais como a aquisição dos alimentos, o preparo, e a distribuição entre os membros da família (CANESQUI, 2005).

Segundo Woortmann (1985), a palavra comida tem vários significados no Brasil, a compreensão usual é de que os itens alimentícios (mantimentos ou ingredientes) são transformados em comida por meio do ato culinário. De acordo com o autor, a comida é compreendida como alimento forte, que sustenta, por isso geralmente está associada as refeições principais. A base da comida, os itens alimentícios, são compreendidos como produtos do trabalho masculino (principal provedor da renda), e enquanto, o processo culinário, pertence ao domínio feminino, como o presente trabalho também observou. Sendo assim, são expressas nas práticas alimentares as relações familiares e sociais.

Para Maciel (2001), a comida pode representar um lugar, um território, expressa a identidade social repleta de significados. Entre os beneficiários do PBF a base das refeições do dia-a-dia é a comida considerada simples, símbolo da identidade da comida brasileira, o arroz com feijão acompanhado da "mistura" e, em alguns casos, saladas e legumes. São tidos como "mistura" a carne bovina, o frango, o peixe, a carne suína, os ovos e os embutidos (linguiça, salsicha, empanado, hambúrguer). A carne bovina foi muito valorizada, mas pelo custo elevado não era adquirida com frequência, assim como o peixe, o que tornava ovos e embutidos os itens mais consumidos por serem mais baratos. O estudo de Santos *et al* (2015) mostrou que, ao longo do mês, o consumo da carne, pelas famílias beneficiárias do PBF, era pequeno, sendo mais frequente no início do mês, logo após recebimento (PBF ou renda do trabalho), e nos finais de semana.

Pela facilidade do preparo, o macarrão foi citado como um substituto do arroz e feijão em alguns momentos em que o tempo para a cozinha estava reduzido. Entretanto, o arroz e o feijão ocupavam a centralidade da comida do dia-a-dia, por ser considerada a base da comida que sustentava.

O café da manhã geralmente era composto de café, em alguns casos pão tipo "francês" e, na ausência do pão, eram consumidos biscoitos. A refeição do jantar para algumas famílias repetia a mesma comida do almoço ou era substituída por lanches.

A dificuldade financeira em algumas situações afetava a comida do dia-a-dia. Este fato foi evidenciado principalmente pelos homens que moravam sozinhos. Assim, *Sebastião* relatou envergonhado ter se alimentando apenas de uma mistura de farinha, açúcar e água por alguns dias. Sentiu-se constrangido em pedir ajuda para a vizinha, que logo ao saber, doou refeição, até que ele recebesse a doação de cesta básica da igreja.

> *Sebastião: Semana passada quase que eu passo fome. (...) Eu falei, e agora? Não vou incomodar a dona Zélia ali não. Aí eu falei eu vou botar um bocado de farinha dentro d'agua, três vezes, farinha dentro d'agua. (...) Aí que falei com ela (dona Zélia) e ela reclamou pra caramba, aí ela me deu comida.*

Barbosa e Freitas (2013) revelam que, como a construção social dos papéis de gênero traz aos homens a responsabilidade de provedor de renda, e os distanciam do papel de cuidadores (da família e de si próprios), eles têm maior dificuldade em pedir e obter ajuda, mesmo em situações de grande vulnerabilidade social. Com isso, os homens pobres vivenciam a pobreza de modo diferente que as mulheres, visto que elas, em geral, buscam maior articulação com a rede social de familiares e amigos, e com os serviços de assistência social. Já os homens culturalmente e socialmente não foram preparados para precisar desta rede, visto que, eles deveriam ser os responsáveis pelo sustento da família e pedir ajuda pode demonstrar o fracasso das atribuições de seu papel de gênero.

Os titulares homens, que moravam sozinhos e tinham apenas o PBF como fonte de renda, *Antônio* e *Sebastião*, relataram a dificuldade com a compra do gás, devido ao custo elevado. Do lado de fora das casas destes titulares, havia a presença de um fogão a lenha improvisado, feito a partir de alguns tijolos empilhados. Com isso, os preparos dos alimentos eram alterados, interferindo principalmente na variedade de alimentos a serem consumidos. Esses titulares davam preferência ao preparo de grandes quantidades de arroz e feijão, para serem consumir em vários dias.

As refeições compartilhadas com todos os membros da família normalmente ocorriam somente à noite e final de semana. As refeições eram feitas na sala ou cozinha, com a televisão sempre ligada, sendo a mesa item de enfeite, pois não era utilizada. As famílias que tinham crianças buscavam estabelecer horários para as refeições, principalmente por conta do horário da escola. Em alguns casos, o momento da refeição era relatado como um momento feliz, principalmente o jantar onde todos os membros da família estavam presentes. Já em outros, a refeição era um momento tumultuado, por conta das crianças se recusarem a comer alguns alimentos.

Gracia-Arnaiz (2005, p. 157) traz a reflexão sobre o tempo destinado para a comida, "agora a alimentação já não estrutura o tempo, mas o tempo estrutura a alimentação", corroborando com os achados deste estudo, visto que as refeições em família eram determinadas pelo horário de trabalho. Segundo a autora, a disputa de tempo faz com que o momento da refeição seja compartilhado com outras atividades, como assistir televisão. O costume de sentar-

se à mesa para compartilhar a refeição em família vem diminuindo, dando espaço a um novo jeito de alimentar-se: sozinho ou acompanhado, em horários irregulares, em diversos espaços da casa (cozinha, sala, quarto).

Os relatos mostraram que a comida era a mesma para todos os membros da família, exceto quando alguém tinha alguma necessidade devido alguma doença, ou relacionada aos gostos e aceitação, como nos casos das crianças e adolescentes que não aceitavam bem legumes e verduras como os adultos. As preocupações com as normas dietéticas estavam presentes nas refeições daqueles que faziam tratamento de saúde, buscavam realizar as refeições em horários mais rígidos e excluíam alguns alimentos conforme recomendação médica. Diziam não conseguir seguir as recomendações da dieta, devido ao alto custo, como relata *Carlos*: *"Tem que ter uma dieta, mas ela (esposa) não está tendo a dieta dela por falta de condição".*

A distribuição da comida ocorria conforme a quantidade que cada membro da família estava habituado. As mulheres tinham como função preparar o prato de comida para todos os membros da família (filhos e marido), elas consideravam isto um costume, que deveria ser seguido. O marido somente preparava o prato em algumas situações de ausência da esposa ou quando ela estava doente, conforme relato de *Maria*:

> *Eu é que coloco sempre (a comida), porque ele (marido) não gosta de botar. É o costume né, ele até faz a comida, mas pra ele botar no prato dele ele não bota não (...) se eu tiver doente ele também bota, mas se eu tiver boa, eu é que boto.*

A luz de Woortman (1985) é possível inferir que os relatos sobre a distribuição da comida na família, reproduzem simbolicamente a hierarquia familiar. Pois segundo o autor, a refeição vai além do ato de comer, ali também são expressas as construções de papéis de gênero, a distribuição priorizando um dos gêneros pode demonstrar a submissão do outro.

A comida de final de semana geralmente era modificada. Em especial o almoço de domingo era dia de "comida diferente", preparações mais elaboradas, com a presença de mais ingredientes, que dispensavam mais tempo de preparo. O arroz e o feijão não eram considerados como comida especial, sendo substituídos principalmente pelo macarrão ou arroz temperado, acompanhados de alguma opção de carne. Para este dia priorizava-se comer a carne ou o peixe, muitas vezes ausente durante a semana, devido ao seu custo. As preparações escolhidas para o domingo eram a carne assada (no forno ou churrasco), peixe assado ou em molho, macarronada com carne moída, estrogonofe de carne, mocotó, feijoada, angu com frango. Em algumas

famílias os homens assumiam as preparações das comidas tidas como especiais, e as mulheres participavam como ajudante.

O almoço de domingo representava uma oportunidade de encontro em família, de receber ou realizar visitas aos parentes, de compartilhar comida e afetos. Para Woortman (1985), as refeições tidas como especiais, como no almoço de domingo, expressam um ritual simbólico, fazendo parte deste ritual a refeição coletiva, com amigos e a família extensa, a arrumação da mesa, a escolha dos pratos e o modo de servir. Assim era a comida de final de semana para *Antônio*, carregada de representações de afeto. Para ele, preparar uma comida gostosa para a filha era uma satisfação. As comidas especiais eram somente preparadas para ela, representando o que ele tinha de melhor para oferecer a filha.

> *Antônio: Aí então a minha filha quando ela vem aqui, ela quer almoçar, daí fala: "pai, hoje eu quero comer uma comida gostosa". Daí eu vou lá e faço uma comida gostosa né. Ela se empapuça mesmo (expressão de felicidade, ri). Daí ela dorme e depois é que ela vai lá pra casa da vó dela.*

Carneiro (2015), em estudo sobre práticas alimentares de beneficiários do PBF, também descreveu que no final de semana, especialmente no domingo, havia uma quebra da monotonia alimentar, realizavam preparações mais elaboradas, e a dimensão social da alimentação era destacada, sendo as refeições transformadas em momento de encontro familiar e lazer. No entanto, a autora destaca que a privação financeira não permitia que alguns beneficiários mantivessem o hábito cultural da refeição diferenciada no domingo. Assim foi relatado por *Sebastião*, por conta do custo da alimentação, a refeição de final de semana seguia o padrão da comida do dia-a-dia (arroz com feijão e a mistura), sendo diferenciada nos momentos de doação de alimentos ou de comida preparada pela vizinha.

A comida tida como especial nem sempre era uma preparação mais elaborada. Podia ser especial por carregar lembranças afetivas, assim como era para *Carlos*, que trouxe a lembrança de um período da infância, momento de poucas condições financeiras, mas a comida simples preparada pela mãe era lembrada com carinho. Assim ele relatou, com brilho nos olhos e sorriso no rosto:

> *Daí tinha ali aquela valinha né, aí sempre dava aquele caruru, aí minha mãe fazia angu com caruru. É tipo uma hortaliça, tipo uma couve, cara era muito bom, muito gostoso.*

A alimentação carrega lembranças afetivas que foram construídas no ambiente doméstico, no convívio familiar, tendo uma relação muito forte com a figura da mãe, que é quem geralmente prepara a comida, revelando que comida e afeto estão entrelaçados (DIEZ-GARCIA, 1997). Essas lembranças que vinculam mãe, afeto e comida permanecem no imaginário coletivo e são transmitidas e reproduzidas socialmente.

A comida apareceu também como uma opção de lazer de final de semana. O comer fora de casa, principalmente na refeição da noite de sábado, em lanchonetes ou barraquinhas de comida de rua (cachorro quente, x-salada, batata frita), na companhia de amigos e familiares. Para *Moisés*, essas ocasiões ocorriam logo após o recebimento do pagamento e, apesar de preferir comer comida em casa a lanches, esses eram momentos de lazer que compartilhava com a esposa. Percebe-se, neste caso, que lanche não era considerado comida por *Moisés.* Para ele, comida era aquilo que trazia sustento, a comida forte, como arroz, feijão e carne. Para sua esposa, esses momentos simbolizavam uma folga da cozinha, visto que era de sua responsabilidade o preparo dos alimentos. O alimento, neste caso, não era o que o motivava, mas sim a socialização, a saída do espaço privado da casa, rompendo com a monotonia e rotina do trabalho doméstico para a esposa. Assim relatou *Moisés*:

> *Ela é que me chama pra lanchar, porque o que me enche mesmo é comida, mas eu quero lanchar com ela, aí eu vou lanchar com ela, mas é por causa dela mesmo, porque eu gosto mesmo é de comida.*

Nota-se nos relatos sobre lanches de final de semana a presença de alimentos comuns as redes *fast-food*, que no universo das periferias são geralmente comercializadas em barriquinhas de rua ou em pequenas lanchonetes. Estes alimentos representam um modelo de modernidade alimentar, um novo estilo de vida, que envolvem novas escolhas alimentares, oferecem maior praticidade, e novos modos de consumo (FREITAS; OLIVEIRA, 2008; COLLAÇO, 2003).

Os lanches preparados em casa, nos finais de semana, para a refeição da noite, também foram citados como um momento de refeição em família mais descontraído e prazeroso. Em geral eram preparados cachorro quente, pastel e pizza. O preparo destas comidas usualmente envolvia os membros da família, os homens, as mulheres e as crianças e adolescentes, tornando-o um momento agradável.

Os gostos dos membros da família eram semelhantes. No entanto, tinham como gosto das crianças os biscoitos, iogurtes e achocolatados, e a não aceitação de frutas e verduras.

Já para os adolescentes, a preferência era por lanches, tipo “joelho” (massa assada recheada de queijo e presunto), cachorro quente, hambúrguer e batata frita.

A comida de aniversário representava uma lembrança, um gesto de afeto, como da vizinha de *Sebastião*, que fazia um bolo simples todos os anos para celebrar o seu aniversário, que ele relatou com brilho nos olhos, com muita alegria. Nesse caso, nas famílias estudadas, geralmente são priorizadas as comemorações de aniversário das crianças e adolescentes. O bolo, feito em casa ou comprado em uma padaria, era o principal elemento, acompanhado de refrigerante, em alguns casos. Ao bolo se podia acrescentar docinhos, cachorro quente, pipoca e salgadinhos. Foi relatado por *Carlos*, a comemoração do aniversário como momento de confraternização entre os membros da igreja, onde todos compartilham alimentos típicos de aniversário (doces e salgados).

No caso de *Antônio*, sua condição financeira não permitia comemoração de aniversários. Por isso, o aniversário da filha era sempre preparado pela avó materna. Para ele, aniversário remete a momentos de encontros com a família que, no seu caso, não acontece por conta de desentendimentos. Valorizava o papel dos laços de amizades, dos momentos festivos compartilhados, como em um “churrasquinho”.

As comemorações de Páscoa, do Natal e do Ano Novo eram momentos em que se priorizavam o encontro familiar dos parentes próximos. Eram marcadas pela religiosidade e, por isso, para algumas famílias, priorizava-se antes das refeições, momentos de oração realizados em igrejas. Geralmente a comida era farta, preparada por várias mulheres. Eram consumidas comidas típicas, que simbolizavam a ceia de Natal e de Ano Novo, como bacalhau, carne assada, salpicão de frango, salada de maionese, rabanada, frutas e, na Páscoa, tinham como referência o chocolate. *Lúcia*, relatou que os homens da sua família são os responsáveis pela arrumação do quintal para a ceia de Natal e Ano Novo, enquanto as mulheres cozinhavam. *Maria* relatou que o preparo da comida de final de ano era compartilhado com o marido.

No ritual das comemorações a comida ganha destaque principal, são escolhidos os ingredientes de maior custo, alguns consumidos somente em ocasiões especiais, além disso, a arrumação da mesa tem sua importância, diferentemente dos momentos de refeições cotidianas. Contreras e Garcia (2011) enfatizam que o alimento por si só já pode representar festividade, pois é considerado símbolo daquela data, como foi citado no estudo o bacalhau no Natal e o chocolate na Páscoa. O compartilhamento da comida nas festividades também representa compartilhamento de afeto, com seus familiares e amigos próximos. Neste sentido, a comida está repleta de valor simbólico e cultural (CONTRERAS; GARCIA, 2011).

CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender as práticas alimentares das famílias beneficiárias do PBF, a partir dos relatos de titulares homens e mulheres, e como os papéis de gênero se expressavam nessas práticas.

Conclui-se que o PBF influencia as práticas alimentares das famílias beneficiárias no que diz respeito a aquisição de alimentos. Conforme foi evidenciado neste estudo, o recurso do PBF era uma das fontes para o pagamento das compras da alimentação da família. Os titulares que tinham o PBF como única fonte de renda dependiam exclusivamente do benefício para a aquisição de alimentos, no entanto, quando recebiam doação de alimentos, o benefício permitia a compra de outros itens alimentícios, que não constavam na cesta de alimentos. Os demais titulares utilizavam o recurso do PBF principalmente para complementar a compra de alimentos de maior custo, como carnes e embutidos, frutas e verduras, assim como a comida destinada às crianças (exemplo: biscoitos, achocolatado, leite, iogurtes, lanches para escola).

Observou-se, que o fato da titularidade do PBF estar sob a responsabilidade do homem ou da mulher não interfere na divisão social dos papéis de gênero socioculturalmente construída no que se refere às práticas alimentares. Neste sentido, a relação dos sujeitos do estudo com as práticas alimentares não foi alterada a partir da titularidade do PBF, ou seja, homem e mulher têm papéis diferentes, porém complementares no que diz respeito às práticas alimentares. Sendo assim, nas famílias dos beneficiários, de modo geral o homem tinha a responsabilidade do provimento da renda para a aquisição dos alimentos e a mulher as responsabilidades da compra, preparo, distribuição dos alimentos, bem como, do cuidado da casa e dos filhos. No entanto, as atribuições de homens e mulheres podem ser ressignificadas conforme a situação vivenciada, visto que, os titulares homens que moravam sozinhos, e no caso da titular que era a única responsável pelo sustento da família, assumiam responsabilidades tanto de provedores, como de cuidadores do ambiente doméstico e da alimentação. No entanto, nas falas dos titulares homens e mulheres foram expressados entendimento da divisão tradicional de papéis de gênero, conforme a construção social e cultural.

REFERENCIAS

BARBOSA, D. O.; FREITAS, R.C.S. A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades. OPSIS, Catalão, v. 13, n. 2, p. 58-83 - jul./dez. 2013.

BARBOSA, D. O. **Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ.** 130 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro). São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo – experiência vivida. (tradução Sérgio Milliet). 2 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro. 1967.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da república. **Diário Oficial da união**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htmAcesso em: julho de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs). **O Brasil sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014. p. 848.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016**.** Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm Acesso em: novembro de 2016.

CANESQUI, A. M. Mudanças e Permanências da Prática Alimentar Cotidiana de Famílias de Trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.167-210, 2005.

CARNEIRO, D. F. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

COLLAÇO, J. L. H. Um olhar antropológico sobre o hábito de comer fora. **Campos – Revista de Antropologia Social**, n. 4, p. 171-194, 2003.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura.** (Tradução Maya Fonseca e Barbara Atie Guidalli). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p.496.

CRUZ, C.O. *et al.* Alimentação, publicidade e identidade no universo do consumo. In: PRADO, S.D. **Alimentação, consumo e cultura**. Curitiba: Editora CVR, p.155-175, 2013.

DAUFENBACK, V.; RIBAS, M.T.G.O. O "grosso" e o "das crianças": consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR. **Demetra**. v. 11, n. 1, p. 47-64. 2016.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Pesquisa Nacional da cesta básica de alimentos.** Disponível em: http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201610.html Acesso em outubro de 2016.

DIEZ-GARCIA, R. W. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, n. 3, p. 455-467, Set. 1997.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O Sujeito Feminino nas Políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (org) **O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Diagnóstico situacional do Município de Duque de Caxias** / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012. Disponível em: http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/Midia/DESANS/Situacional.pdf Acesso em agosto de 2015

FREITAS, M.S.; OLIVEIRA, N. Fast-food: um aspecto da modernidade alimentar. In: FREITAS, M.S.; FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N. (orgs). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador: EDUFBA, 2008. p.239-261.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

GRACIA-ARNAIZ, M. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.147-164, 2005.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Genre, travail, Mobilités, Centre National de la Recherche Scientifique. **Cadernos de pesquisa.** v.37, n. 132. p.595-609. set/dez 2007.

IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.** Relatório Técnico, preliminar. Rio de Janeiro, jun. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 - sinopse.** Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330170&idtema=1&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|censo-demografico-2010:-sinopse- Acesso em novembro de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno dos Municípios – 2011**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=33&idtema=125&codv=v05&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|sintese-das-informacoes-2011 Acesso em novembro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de amostra por domicílio: Síntese dos indicadores 2011**. Rio de Janeiro, 2012. p.281.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo (trad. Vivian Aranha Saboia). In: Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H. & Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, p. 67-75, 2009.

LAGO, M. C. S.; FREITAS, R. C. M.; SILVA, E. F. Narrativas sobre o Programa Bolsa Família em Florianópolis. **Estud. sociol.** Araraquara, v.19, n.37, p. 471-490, jul-dez. 2014.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de La Población.** Montevideo, Año 6, n. 10, p. 31-56, Jan/Jun. 2012.

LYRA, J. *et al*. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: IEE/PUC, 2003.

MACIEL, M.E. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarim? **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 7 n.16 p.145-156, 2001.

MARIANO, S. A. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no programa bolsa família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 155-187, 2008.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Soc. Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 393-417, Ago. 2013.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2010. p.393.

MINAYO, M.C.S. (org.); DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; 31.ed. 2012. p.108.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras. Ciência. Soc**., São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42, out. 2001.

PINTO, I. V. **Percepção dos titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida**: Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.145, p.130-16. São Paulo, jan./abr. 2012.

POULAIN, J.P.; PROENCA, R.P.C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Rev. Nutr**., Campinas , v. 16, n. 3, p. 245-256, Set. 2003.

SALLES-COSTA, R; *et al*. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Nut.** Campinas, v. 21, p. 99-109, 2008.

SANTOS, G.M.N.C. **Ele ainda canta de galo: etnografando homens pobres no domínio da casa.** 116 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SANTOS, L.N. *et al*. Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**. v. 8, n. 2, p. 84-94, Matinhos, jul./dez. 2015.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: IEE/PUC, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, M.O.S. O Bolsa-Família: Problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6, p. 1429-1439. Rio de Janeiro, Nov./dez. 2007.

THOMPSON, J.B. A metodologia da interpretação. In: THOMPSON, J.B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.355-377.

VERONESE, M.V; GUARESCHI, P. A Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos,** v.42, n.2, p.85-93, 2006.

WOORTMANN, K. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. **Trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia**, n.50, Brasília, p. 01-43, 1985. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/SerieAntropologia_50.pdf Acesso em: 28/05/2015

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre práticas alimentares de beneficiários do PBF revelam-se importantes, visto que estas são recriadas constantemente, pois são influenciadas pelas políticas sociais e econômicas. Além disso, as práticas alimentares falam sobre a família e os papéis de gênero ali expressados. No caso das famílias beneficiárias pelo PBF, o benefício deste programa é geralmente destinado a alimentação da família, refletindo nas suas práticas alimentares.

Deste modo, a metodologia qualitativa mostrou-se adequada para responder ao objeto de estudo. Ressalta-se que são escassos trabalhos onde os titulares do PBF, homens e mulheres, são ouvidos igualmente, reforçando o importante papel deste trabalho, na compreensão dos percursos até o PBF e as representações desta titularidade para os dois gêneros, bem como, para compreender as práticas alimentares. Além disso, a entrevista realizada no domicilio, proporcionou uma aproximação com o ambiente onde as práticas alimentares são vivenciadas, possibilitou a observação, e facilitou aos sujeitos do estudo discorrerem sobre o assunto. Ademais, a análise sóciohistórica possibilitou aproximação com o local onde viviam os sujeitos do estudo.

Sobre o cadastramento do PBF, as mulheres titulares tiveram maior influência de outras pessoas beneficiárias do PBF, como familiares e amigos, e também o encaminhamento pelo profissional da assistência social. No entanto, houveram relatos de dificuldades que fizeram com que o período entre o cadastramento e o recebimento do benefício fosse longo. Entre os homens, a possibilidade da titularidade não estava clara, desconheciam os critérios de inclusão, por isso o caminho até o cadastramento do PBF foi diverso.

Os homens entrevistados, expressaram a necessidade em justificar sua titularidade, por terem filhos ou motivo de doença, demonstrando desconhecimento do direito ao Programa de Transferência de Renda. Para as mulheres a titularidade, simbolizava autonomia e liberdade, principalmente para aquelas que anteriormente ao recebimento do PBF dependiam da renda do marido ou ex-marido. Além disso, o pagamento regular do benefício trazia maior segurança às entrevistadas.

O recurso do PBF era geralmente administrado por mulheres, e mesmo nos casos da titularidade masculina, na presença da mulher na família eram elas quem administravam. Expressando um entendimento de que o benefício é um dinheiro feminino, pois era destinado principalmente as necessidades de casa e das crianças, como: comida, roupas, consulta médica, medicamentos, internet, material escolar. Demonstrou também, que os homens titulares, assim como as mulheres, tinham como principal prioridade a família, em especial os filhos,

desmitificando neste sentido, que homens titulares tem menor preocupação com a família do que as titulares mulheres. Além disso, ao repassar o benefício do PBF para que seja administrado pela mulher da casa, também pode indicar a preocupação masculina com a família, no entanto, devido a construção social do papel da mulher como cuidadora da família, preferem transferir o gerenciamento do recurso, para que a mulher gerencie da melhor forma com a família.

Sobre a aquisição de alimentos, os titulares relataram como itens essenciais os alimentos considerados básicos, como arroz, feijão, macarrão, óleo, farinha e fubá. Nas famílias que tinham crianças, os alimentos destinados a elas foram acrescentados como prioritários.

O preço era o principal determinante da escolha dos alimentos, no entanto, também foram considerados importantes a qualidade ou marca do produto, assim como a validade. Os titulares utilizavam estratégias para economizar no momento da compra dos alimentos, sendo citadas a pesquisa de preço e de promoção em diversos mercados, e as vezes a substituição de itens alimentícios de maior valor, por outros de menor custo. Neste sentido, os grandes mercados eram mais valorizados para a realização das compras, pois consideravam que haviam maior variedade de produtos e de melhores preços.

O recebimento de recursos financeiros determinava a periodicidade da compra, aqueles que tinham uma renda fixa mensal, buscavam realizar a compra logo após o recebimento, já os que tinham como fonte de renda o trabalho informal, dependiam do recebimento para a realização da aquisição de alimentos.

O pagamento das compras era feito em alguns casos à vista, cartão alimentação, e em outros com cartão de crédito. O recurso do PBF era uma das fontes para o pagamento das compras da alimentação da família. Os titulares que tinham o PBF como única fonte de renda, dependiam exclusivamente do benefício para a aquisição de alimentos, no entanto, quando recebiam doação de alimentos, o benefício permitia a compra de outros itens alimentícios, que não constavam na cesta de alimentos. Os demais titulares, utilizavam o recurso do PBF principalmente para complementar a compra de alimentos de maior custo, como carnes e embutidos, frutas e verduras, assim como a comida destinada às crianças.

Outro modo de conseguir alimentos, era por meio de doações de familiares, amigos e igrejas, que disponibilizavam principalmente os alimentos básicos.

A comida considerada do dia-a-dia, era composta principalmente pelo arroz, feijão, e a mistura (carnes, embutidos ou ovos), as vezes acrescentava-se legumes e verduras. A comida geralmente era a mesma para todos os membros da família, exceto para as crianças que recusavam alguns alimentos, como verduras e legumes. As refeições em família eram

determinadas pelo horário de trabalho, geralmente eram realizadas na refeição da noite e nos finais de semana. As refeições eram realizadas geralmente na sala em frente da televisão, não havia o uso da mesa nas refeições. A distribuição da comida, ou seja, a montagem do prato, também era uma atribuição feminina, reproduzindo simbolicamente a hierarquia familiar.

Nas refeições de final de semana, em especial o almoço de domingo, a comida tinha um papel central em agregar a família e amigos, era uma oportunidade de compartilhar afetos através da alimentação. Priorizava-se o preparo de comidas mais elaboradas, com mais ingredientes, em especial a carne e o peixe ganhavam destaque, visto que pelo custo estavam ausentes da comida cotidiana. A variedade da comida de final de semana, dependia da condição de recursos, por isso, para algumas famílias não haviam muitas modificações.

Em geral, os homens tinham o papel de provedor da renda para a aquisição dos alimentos, mesmos nas famílias de casais separados. Enquanto às mulheres era atribuído a função de realizar as compras de alimentos, entendendo que elas tinham maior habilidades para esta atividade do que os homens. As atividades culinárias e de cuidado doméstico eram rotineiras para os titulares homens que moravam sozinhos, no entanto, nas famílias que tinham a presença da mulher, estas atividades eram destinadas a elas. Os homens participavam apenas como ajudantes ou realizavam preparações de finais de semana.

Observou-se, neste estudo, que a titularidade do PBF não interfere na divisão social dos papéis de gênero já construídas, no que se refere as práticas alimentares. O PBF influencia as práticas alimentares no que diz respeito a aquisição de alimentos, visto que o recurso é geralmente destinado a estas compras. As práticas alimentares das famílias beneficiarias expressaram a divisão de papéis de gênero, de modo geral o homem tinha a responsabilidade do provimento da renda para a aquisição dos alimentos e a mulher as responsabilidades da compra, preparo e distribuição dos alimentos. As atividades culinárias e de cuidado doméstico eram rotineiras aos titulares homens que moravam sozinhos, no entanto, nas famílias que tinham a presença da mulher, estas atividades eram destinadas a elas prioritariamente. Os homens participavam como ajudantes ou realizavam preparações de finais de semana. Os relatos dos titulares homens e mulheres, indicou uma visão tradicional da divisão de papéis de gênero, por mais que, o papel do homem e da mulher podem ser alterados conforme a conformação familiar.

8. REFERÊNCIAS

ABREU, C. C. N. B.; SILVA, M. S. "Tudo muda, mas nada muda": o diferencial feminino e a divisão sexual do trabalho. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 29, n. 1 – Jan./Jun. 2016.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (org.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005, p. 15-78.

BARBOSA, D. O.; FREITAS, R.C.S. A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades. **OPSIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 58-83 - jul./dez. 2013.

BARBOSA, D. O. **Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ.** 130 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro). São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo – experiência vivida**. (Tradução Sérgio Milliet). 2 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro. 1967.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jun. 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** (Tradução: Maria Helena Kühner). 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Presidência da República. **Diário Oficial da União.** Brasília, 2001**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm Acesso em: julho de 2015.

_____. Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união**. Brasília, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm Acesso em: julho de 2015.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união**. Brasília, 2003b**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm Acesso em: julho de 2015.

_____. Medida provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003. Cria o programa nacional de acesso à alimentação - "cartão alimentação". Presidência da república. **Diário oficial da união**. Brasília, 2003c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/108.htm Acesso em: julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003.Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2003d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.689.htm Acesso em: julho de 2015.

_____. Medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003.Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htmAcesso em: julho de 2015.

_____. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da república. **Diário Oficial da união**. Brasília, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm Acesso em: julho de 2015.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm Acesso em: agosto de 2015.

_____. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, Jul. 2005.

_____. Lei Nº 11.346 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm
Acesso em: agosto de 2015.

_____. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14 Acesso em: julho de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. SILVA, J; DEL GROSSI, M; FRANÇA, C. (Orgs). **Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília**: MDA, 2010a.

_____. Decreto nº 7.332 de 19 de outubro de 2010. Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm#art1 Acesso em: agosto de 2015.

_____. Decreto de Lei Nº 7.492 de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2011.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm Acesso em: agosto de 2015.

BRASIL. Portaria GM/MDS Nº 251, de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união**. Brasília, 2012.Disponível em: http://www.conass.org.br/conassinforma/dou_dezembro_251_12.pdf Acesso em: agosto de 2015.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). CAMPELLO, T; NERI, M.C. (orgs) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs). **O Brasil sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014a. 848 p.

_____. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Altera o decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. Presidência da república. **Diário oficial da união**. Brasília, 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm Acesso em: agosto de 2015.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016**.** Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Presidência da república. **Diário oficial da união.** Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm Acesso em: novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php#Acesso em: novembro de 2016.

BRITTO, A. L.; JOHNSSON, R.M.F.; CARNEIRO, P.R.F. Abastecimento público e escassez hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. **Ambiente e Sociedade**. v. 19, n.1, p. 183-206, 2016.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1441-1451, dez. 2007.

CANESQUI, A. M. Antropologia e alimentação. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 207-216, Jun. 1988.

_____. Mudanças e Permanências da Prática Alimentar Cotidiana de Famílias de Trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.167-210, 2005.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, Ago. 2010.

CARNEIRO, D. F. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Panorama social de América Latina. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2011. p. 262. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/41799/PanoramaSocial2010.pdf Acesso em: julho de 2015.

CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Observatório da igualdade de Gênero da America Latina e Caribe. Relatório Anual 2012: O bônus na mira - Aporte e carga para as mulheres. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2013. p. 109. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35446/S2013192_pt.pdf?sequence=1 Acesso em: julho de 2015.

COLLAÇO, J. L. H. Um olhar antropológico sobre o hábito de comer fora. **Campos – Revista de Antropologia Social**, n. 4, p. 171-194, 2003.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura.** (Tradução Maya Fonseca e Barbara Atie Guidalli). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p.496.

CRUZ, C.O. *et al.* Alimentação, publicidade e identidade no universo do consumo. In: PRADO, S.D. **Alimentação, consumo e cultura**. Curitiba: Editora CVR, p.155-175, 2013.

DAUFENBACK, V.; RIBAS, M.T.G.O. O "grosso" e o "das crianças": consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR. **Demetra**. v. 11, n. 1, p. 47-64. 2016.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Pesquisa Nacional da cesta básica de alimentos. Disponível em: http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201610.html Acesso em outubro de 2016.

DIEZ-GARCIA, R. W. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, n. 3, p. 455-467, Set. 1997.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O Sujeito Feminino nas Políticas de assistência social**. In: MOTA, A. E. (org) O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Diagnóstico situacional do Município de Duque de Caxias / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012a. Disponível em: http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/Midia/DESANS/Situacional.pdfAcesso em agosto de 2015

_____. Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Avaliação do perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Duque de Caxias do Estado do Rio de Janeiro (RJ). Duque de Caxias, RJ:

DESANS, 2012b. Disponível em: http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/Midia/DESANS/Relatorios/Perfil.pdf. Acesso em agosto de 2015.

_____. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Disponível em: http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155Acesso em setembro de 2015.

_____. Portal da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Disponível em: http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=175 Acesso em outubro de 2016.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Disponível em: http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65 Acesso em outubro de 2016.

FARAH, M.F.S.. Gênero e políticas públicas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Panorama de la Inseguridad Alimentaria en América Latina y el Caribe. f.78. 2015.

FONSECA, C. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: Seminário Estudos de Gênero Face aos Dilemas da Sociedade Brasileira. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, 2001. (Mimeo.)

FONSECA, A. M. M.; VIANA, A. L. A.. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1505-1512, Dez. 2007.

FREITAS, M.S.; OLIVEIRA, N. Fast-food: um aspecto da modernidade alimentar. IN: FREITAS, M.S.; FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N. (orgs). Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura. Salvador: EDUFBA, 2008. 239-261.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

GRACIA-ARNAIZ, M. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.147-164, 2005.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Genre, travail, Mobilités, Centre National de la Recherche Scientifique. Cadernos de pesquisa. v.37, n. 132. p.595-609. set/dez 2007.

IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.** Relatório Técnico, preliminar. Rio de Janeiro, jun. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 - sinopse**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330170&idtema=1&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|censo-demografico-2010:-sinopse-Acesso em novembro de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno dos Municípios – 2011**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=33&idtema=125&codv=v05&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|sintese-das-informacoes-2011 Acesso em novembro de 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de amostra por domicílio: Síntese dos indicadores 2011**. Rio de Janeiro, 2012. p.281.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de amostra por domicílio: Síntese dos indicadores 2014**. Rio de Janeiro, 2015. p.61.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo (trad. Vivian Aranha Saboia). In: Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H. & Senotier, D. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, p. 67-75, 2009.

LAGO, M. C. S.; FREITAS, R. C. M.; SILVA, E. F. Narrativas sobre o Programa Bolsa Família em Florianópolis. **Estud. sociol.** Araraquara, v.19, n.37, p. 471-490, jul-dez. 2014.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. Programas de Garantia de Renda Mínima e ação coordenada de combate à pobreza. Rio de Janeiro: **IPEA** (Texto para discussão nº 534), dez. 1997. p.37. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3791 Acesso em: julho de 2015.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de La Población.** Montevideo, Año 6, n. 10, p. 31-56, Jan/Jun. 2012.

LIMA, A. A. M.; SOUZA, A. P. Reflexões e contribuições aos estudos de risco e justiça ambiental na baixada fluminense, Duque de Caxias-RJ. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**. v. 3, n.2, 2014. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/20271 Acesso em: setembro de 2016.

LYRA, J. *et al*. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: IEE/PUC, 2003.

MACIEL, M.E. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarim? **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 7 n.16 p.145-156, 2001.

MAGRO, A. F. N.; REIS, C. N. Os Programas de Transferência de Renda na América Latina: panorama de experiências em desenvolvimento. **Observatorio Iberoamericano Del Desarrollo Local Y La Economía Social** (OÍDLES), Málaga, v. 5, p. 1-21,jun 2011. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/oidles/10/index.htmAcesso em: julho de 2015.

MARIANO, S. A. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no programa bolsa família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 155-187, 2008.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Soc. Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 393-417, Ago. 2013.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, Dez. 2009.
MELO, H.P. Gênero e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: **Secretaria Especial de Políticas para as mulheres**, 2005. (Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Géneroen America Latina y el Caribe). Disponível em: http://ieham.org/html/docs/G%C3%A9nero_e_Pobreza_no_Brasil.pdf Acesso em: junho de 2015.

MINAYO, M.C.S. (org.); DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; 31.ed. 2012. p.108.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. p.393.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras. Ciência. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42, out. 2001.

MUNIZ, A. A. da R. **Homens, masculinidades e política pública de assistência social: uma análise de gênero no âmbito do programa de atenção integral à família (PAIF).** 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal de Lavras/MG. Lavras, 2011.

NIMA. NÚCLEO INSTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Educação Ambiental de Duque de Caxias. **Distritos do Município de Duque de Caxias**. Disponível em: http://www.nima.puc-rio.br/sobre_nima/projetos/caxias/mapas_novos/Distritos_do_Municipio_de_Duque_de_Caxias.pdf Acesso em: setembro de 2015.

OLIVEIRA, R.P.; SOARES, M.L. O debate sobre a renda mínima: uma forma de enfrentamento às desigualdades sociais? IN: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas.** *Anais...* São Luís, MA. 2007, p.1-7.

PASQUIM, E.M.; SANTOS, L.M.P. Análise de programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica e prática de atores federais e estaduais. **Saúde soc**., São Paulo, v. 16, n. 3, p.52-68, dez. 2007.

PINTO, I. V. **Percepção dos titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida**: Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, abr. 2012.

POULAIN, J.P.; PROENCA, R.P.C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. Nutr., Campinas , v. 16, n. 3, p. 245-256, Set. 2003.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 243p. 2013.

SALLES-COSTA, R; *et al*. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição da PUCCAMP.** v. 21, p. 99-109, 2008.

SANTOS, G.M.N.C. **Ele ainda canta de galo: etnografando homens pobres no domínio da casa.** 116 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SANTOS, L.N. *et al* . Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**. v. 8, n. 2, p. 84-94, Matinhos, jul./dez. 2015.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: IEE/PUC, 2003.

SCALERCIO, G. S. **Participação social e controle público em programas de transferência condicionada de renda: um estudo da experiência de implementação do programa Bolsa Família no município de Duque de Caxias/RJ.** 149 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional De Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEGALL-CORREA, A.M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? **Democracia Viva**. n.39, p.69-73, 2008.

SILVA, M.O.S. A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. **Pensar BH/Política Social**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, n15, Abr.-jun, 2006. p. 26-30.Disponível em: http://www.repositorio.ufma.br/xmlui/handle/1/162. Acesso em: julho de 2015.

_____. O Bolsa-Família: Problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6, p. 1429-1439. Rio de Janeiro, Nov./dez. 2007.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. Os Programas nacionais de transferência de renda. In: SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p.87-141.

STEIN, R. H.. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. *et al*. (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

SUARÉZ, M. *et al.* O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público. **Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate,** Brasília,2006.

THOMPSON, J.B. A metodologia da interpretação. In: THOMPSON, J.B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.355-377.

VERONESE, M.V; GUARESCHI, P. A Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos,** v.42, n.2, p.85-93, 2006.

WOORTMANN, K. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. **Trabalhos de Ciências Sociais, Série Antropologia**, n.50, Brasília, p. 01-43, 1985.
Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/SerieAntropologia_50.pdf Acesso em: 28/05/2015

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome:
Idade: Sexo:
Onde nasceu:
Estudou até que série:
Ocupação:
Bairro de Moradia:
Com quem vive?
Fale um pouco sobre a sua família e sua casa:

TEMA 1: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- Me conta um pouco sobre o recebimento do benefício do PBF:
- Como era a sua vida antes do Programa bolsa família?
- Teve alguma mudança na sua vida após o recebimento do benefício? O que? E na sua casa? Na sua Família? Na alimentação da família?
- O que pensa sobre ser o/a responsável pelo recebimento do benefício do PBF (ser titular)?

TEMA 2: AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS:

Questões Principais

- Como é realizada a compra de alimentos para a família?
- Que alimentos não podem faltar em casa? Por quê? Dê exemplos?
- Quem decide o que comprar? Por quê?

Questões orientadoras para aprofundamento do tema:

- Como paga as compras (dinheiro, cartão, fiado, com benefício do PBF)?
- O que leva em consideração na hora da compra (marca, preço, necessidade, influência de algum membro da família)?
- Onde costuma comprar a comida para a família? Por quê?
- Com que frequência faz compras?
- Como vai até os locais de compra?
- Recebe doações de alimentos ou outras doações? De quem?
- Tem horta ou árvores frutíferas no terreno de casa?

TEMA 3: CULINÁRIA E TAREFAS DOMÉSTICAS

Questões Principais

- Como é a preparação da comida em casa? Alguém ajuda a preparar a comida?
- Quem faz as tarefas de dentro de casa?
- Tem alguém que trabalha fora? Em que? Como é o trabalho?

TEMA 4: REFEIÇÕES

Questões Principais

- Como é a hora da comida em casa?
- O que é comida do dia-a-dia?
- O que cada um gosta mais de comer? (qual é o gosto de cada um da família)
- Costuma fazer festa ou comemorações em casa? Qual a comida para as festas? Quem prepara? Pode dar exemplos?

Questões orientadoras para aprofundamento do tema:

- Quem arruma a comida nos pratos? Arruma primeiro o prato de quem?
- Onde comem, à mesa ou cada um num lugar? Sozinho ou em família?
- Todos comem a mesma comida?
- Sobra comida na casa? O que é feito com as sobras?

ANEXO II

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- Como é a casa (divisão, moveis, organização)
- Quem mora na casa
- Como é o quintal da casa
- Quem estava na casa na hora da entrevista
- Como foi a entrevista? O entrevistado/a ficou a vontade?

ANEXO III

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias.

Pesquisador: Rosana Salles da Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30679914.0.0000.5257

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
FUN CARLOS CHAGAS F. DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 651.339

Data da Relatoria: 15/05/2014

Apresentação do Projeto:

Protocolo 085-14 do grupo III, recebido em 28.4.2014. Constam os seguintes documentos, todos postados em 22.04.2014:

1. Carta de apresentação; 2. Projeto de pesquisa; 3. TCLE; 4. Folha de rosto; 5. Currículo Lattes do pesquisador e da equipe; 6. Termo de cooperação entre Prefeitura de Duque de Caxias e UFRJ; 7. TALE.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as modificações temporais ao longo de um ano na situação de insegurança alimentar e de extrema pobreza de famílias a partir do recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família.

Objetivo Secundário:

1.Verificar as possíveis mudanças na situação de insegurança alimentar das famílias a partir do incremento de renda propiciado pelo programa;2.Na dimensão de saúde e nutrição, avaliar modificações no consumo alimentar e impactos sobre variações de índices antropométricos em diferentes faixas de idade (crianças de 6 a 30 meses, adolescentes e adultos) ao longo de um ano

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

Continuação do Parecer: 651.339

de ingresso no PBF;3.Identificar as possíveis modificações
no acesso a bens e serviços públicos (de saúde, de educação e de programas de assistência social) a partir da inserção no Programa Bolsa Família.4.Analisar as percepções de mulheres titulares a respeito do funcionamento do PBF e do acesso a outros programas públicos que podem afetar sua condição de pobreza; 5.Compreender os significados que mulheres titulares do programa atribuem às mudanças e permanências nas suas vidas, a partir do recebimento do benefício;6.Analisar o contexto político institucional local do Programa Bolsa Família e suas interfaces com as políticas de saúde, de educação e assistência social; 7.Identificar a compreensão dos gestores quanto à articulação entre as ações voltadas para o aleitamento materno e a SAN.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Neste estudo se identificam riscos mínimos aos participantes envolvidos, que serão minimizados garantindo a autonomia, sigilo, privacidade das famílias e gestores entrevistados. Como o Conselho Nacional de Saúde garante na resolução 466/12, as pesquisas realizadas com seres humanos devem garantir a autonomia de participantes. Todas as pessoas entrevistadas em cada etapa da pesquisa (ver detalhamento no projeto em anexo)
terão sua privacidade garantida e preservada. Todas as informações obtidas na pesquisa são confidenciais! Somente os pesquisadores e alunos de pós-graduação das instituições de ensino envolvidas terão acesso aos seus dados, não sendo permitido, em qualquer hipótese, divulgar seus dados. Os resultados da pesquisa serão divulgados na impressa local do município de estudo, como também em reuniões técnicas no Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, em congressos e em artigos publicados em revistas da área de saúde. Esses trabalhos não divulgam nomes das pessoas entrevistadas, apenas os resultados das informações coletadas nos questionário como um todo, ou seja, de todas as pessoas entrevistadas, ao mesmo tempo. E, em qualquer momento da pesquisa o entrevistado poderá consultar os entrevistadores ou entrar em contato com as pesquisadoras relacionadas sobre resultados e andamento da pesquisa indicados nos TCLEs de cada etapa. O projeto garante ainda que, se o entrevistado se sentir constrangido o apresentar qualquer tipo de desconforto, ele será informado que poderá recusar ou interromper as entrevistas,a
qualquer momento. Esclarecemos que os questionários com suas informações serão armazenados no Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em local seguro, cujas informações que você e sua família responderam serão digitadas em computadores

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-913
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 Fax: (21)3938-2481 E-mail: cep@hucff.ufrj.br

de pesquisa. Em todo esse processo o acesso é restrito aos pesquisadores e alunos de pesquisa. Por fim, as famílias beneficiadas pelo PBF e que serão informadas do sigilo total quanto as informações obtidas, sem qualsquer risco que envolva sua participação no programa.

Benefícios:

Como descrito anteriormente, o PBF foi implementado como estratégia de redução da pobreza extrema no Brasil. Um de seus principais focos é reduzir pobreza monetária e ampliar o acesso à educação e aos serviços de saúde através do incentivo para o cumprimento de condicionalidades. A maior parte dos estudos têm utilizado inquéritos populacionais para avaliar as modificações do PBF em relação a desfechos de saúde, principalmente relacionando o impacto em indicadores da saúde infantil. Outros trabalhos reforçam as evidências de que a transferência condicionada de renda no nossa país refletiu em mudanças nos indicadores sociais, tais como insegurança alimentar e acesso a bens e serviços essenciais pelas famílias contempladas. Poucos trabalhos avaliam como essas mudanças refletiram acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social, ou seja, como as condicionalidades contribuem para a redução da pobreza extrema, e sua interface com políticas públicas locais. O desenho de estudo longitudinal, ainda pouco utilizado no nosso estado, permite este tipo de investigação. Com isso, a principal contribuição da presente proposta é trazer o desenho de estudo longitudinal utilizando a perspectiva de análise quanti-quali para avaliar possíveis mudanças que o PBF propicia em relação a insegurança alimentar familiar e outros aspectos destacados no referencial teórico. Além disso, o estudo pretende indagar em que medida é possível constatar mudanças no acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social a partir da entrada de uma família no PBF. Adicionalmente, a presente proposta pretende contribuir no âmbito acadêmico, com a capacitação de estudantes de graduação e pósgraduação sobre o tema, produzindo material bibliográfico (artigos científicos, dissertações e teses) que serão apresentados em eventos científicos
da área de Saúde Coletiva.No que se refere aos indivíduos avaliados, não será oferecido qualsquer benefício para participação doe estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo se propõe a analisar possíveis mudanças nas situações de insegurança alimentar e de extrema pobreza de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) no município de Duque de Caxias, RJ. O PBF articula a transferência monetária de renda a ações de saúde,
educação e assistência social, visando emancipação das famílias e inclusão produtiva. Uma das

propostas do programa é de afetar potencialmente as condições econômicas, sociais, de insegurança alimentar, de saúde e de acesso aos bens e serviços destas famílias ao combinar estratégias de curto, médio e longo prazo para a superação da pobreza. Para identificar estas possíveis modificações, a abordagem metodológica adotada na presente proposta incluirá o acompanhamento longitudinal das famílias a partir de indicadores selecionados e a análise transversal do contexto político institucional do PBF no município de Duque de Caxias. O componente longitudinal será construído a partir de informações sobre a situação
de insegurança alimentar e de pobreza das famílias e sobre o conjunto de fatores que condicionam este quadro, a partir de seu ingresso no programa e ao longo de um ano de permanência. O componente transversal deste estudo pretende avaliar o contexto político institucional local do programa e suas interfaces com as políticas de saúde, de educação e de assistência social. Este contexto será compreendido numa perspectiva histórica, considerando o conjunto de atores locais, arenas, arranjos políticos e institucionais que configuram um determinado quadro de ações públicas. A principal premissa deste trabalho é de que o contexto político institucional, afeta a situação de pobreza e de insegurança alimentar das famílias atendidas pelo programa, sendo, portanto, crucial seu detalhamento e análise confrontando com os resultados obtidos na etapa longitudinal.

Hipótese:
O estudo se baseia na hipótese de que a partir do recebimento do benefício do Bolsa Família, as famílias beneficiárias apresentam transformações no perfil de consumo e insegurança alimentar ao longo do tempo, como também no acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social.

Metodologia Proposta:
Para a seleção das famílias, o primeiro passo será acessar e identificar no Cadastramento Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) as famílias que já estejam cadastradas no PBF do município de Duque de Caxias, mas que ainda não recebem o benefício. Com base em informações do Serviço Social da Prefeitura de Duque de Caxias, no período de janeiro a setembro de 2013, cerca de cinco mil famílias cadastradas começaram a receber o benefício. Ainda em relação às informações sobre o PBF no município, de acordo com o as informações do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), Duque de Caxias tem cerca de 70% de cobertura das famílias cadastradas no PBF e que permite o acesso de pelo menos 10% das famílias cadastradas para a

composição da base de dados da pesquisa. Considerando a insegurança alimentar como o principal desenlace do estudo duas proporções foram consideradas na estimativa do tamanho amostral: (1) em Campos Elíseos, 2º distrito
mais pobre da região, a estimativa em 2008 era de que 58% famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar (Salles-Costa et al, 2008); (2) no mesmo ano cerca de 80% de famílias beneficiadas pelo PBF apresentavam algum grau de insegurança alimentar no país (Lignani et al, 2010). Ou seja, considerando a variação entre 60 a 80% de prevalência de insegurança alimentar, um alfa de 5% e poder de 95%, a amostra estimada é de 113 famílias. Como o estudo longitudinal prevê perdas ao longo do seguimento, a este total somam-se perdas na ordem de 40%, sendo a amostra final composta por 160 famílias a serem seguidas pelo período de um ano. As famílias serão sorteadas no 1º lote de repasse de verba federal para o pagamento do benefício entre famílias cadastradas no CadÚnico do município de Duque de Caxias no ano de 2014, sendo incluídas apenas aquelas que estiverem recebendo o valor do benefício pela 1ª vez.Essas famílias serão localizadas e convidadas para participarem do estudo longitudinal, compondo a base longitudinal da pesquisa que será acompanhada pelo período de um ano a contar pelo tempo de ingresso efetivo no programa (início do pagamento do 1º mês do benefício). Esta etapa da pesquisa será realizada considerando a entrada das famílias na base de dados e quatro avaliações após o recebimento do 1º valor do benefício do PBF (1º, 4º, 8º e 12º meses). A coleta de dados será feita por meio de pesquisa domiciliar, realizada por equipe de entrevistadores treinados, utilizando questionários com perguntas fechadas, cujos protocolos de investigação serão pré-testados em estudo piloto, tendo como base os instrumentos aplicados nas pesquisas do grupo SANDUC. Nas quatro avaliações de cada família serão colhidos dados sobre a insegurança alimentar (1ª e 4ª avaliação), o seu perfil sociodemográfico e de saúde, o consumo alimentar e de medidas antropométricas. Adicionalmente, serão avaliadas as modificações no acesso a bens e serviços públicos. Por fim, se buscará apreender a percepção dos titulares sobre o PBF e dos gestores do programa por meio de pesquisa qualitativa. O projeto em anexo apresenta detalhamento de todas as etapas da pesquisa, não incluídos aqui em função do limite de caracteres do sistema da Plataforma Brasil. Por favor, consultar as páginas 10 a 18 para maior detalhamento de cada etapa proposta, bem como análise de dados.

Metodologia de Análise de Dados:
Em relação à etapa longidudinal, serão utilizadas técnicas estatísticas exploratórias para análises univariadas e bivariadas. Serão utilizados modelos de regressão e procedimentos estatísticos

adequados para o desenho de estudo longitudinal (GLM) para avaliar a relação do PBF e nas modificações da insegurança alimentar familiar, principal desenlace do estudo, bem como com os demais desfechos de saúde e condições de vida,
descritos anteriormente. Com base nos modelos propostos, as análises considerarão também modelos de equações estruturais. Todas as análises serão conduzidas no programa estatístico Stata 13.0. Em relação a etapa qualitativa, a análise das narrativas utilizará como referencial teórico as propostas de Schütze (1992a; 1992b; 2007a; 2007b) e de Byron-Good (1996). Byron-Good propõe que a análise busque a identificação dos enredos, uma vez que estes ordenam as narrativas, articulando os eventos com as experiências vividas de forma significativa e fornecendo o contexto da história contada. Schütze propõe as seguintes fases de análise: 1) análise formal do texto como foi narrado, identificando seus vários componentes; 2) análise estrutural do conteúdo, identificando, entre outros, entrelaçamento de eventos, pontos definidores de transformação ou mudanças graduais e ações biográficas planejadas e realizadas, que compõe as trajetórias; 3) identificação das reflexões e teorias operativas que constituem o auto-entendimento do sujeito em relação à sua experiência; 4) agrupamento das diversas trajetórias individuais para comparação, identificando semelhanças e contrastes entre as experiências narradas; e 5) identificação de tipologias que possam sugerir trajetórias coletivas que se articulam como um modelo teórico. Com isso pretende-se compreender os significados que os indivíduos atribuem à sua experiência individual e de que modo se processa a dinâmica das mudanças na vida das famílias a partir do recebimento do benefício. Com relação ao componente de análise do contexto político institucional do PBF, será desenvolvido um componente específico da pesquisa, aplicado paralelamente ao estudo longitudinal. A premissa que orienta a construção metodológica deste componente da pesquisa é a de que não é possível pensar o PBF sem pensar simultaneamente o contexto político institucional local. Em outros termos, que o PBF convive e de algum modo interage com outras políticas locais, cujos arranjos institucionais travam uma teia de relações. As configurações concretas desta trama de relações terminam por condicionar as formas e as possibilidades de incidência das políticas sobre a vida das famílias que vivem em condições de extrema pobreza. Neste sentido, o mapeamento desses arranjos e destas inter-relações é fundamental para a compreensão das mudanças (e as não mudanças) apreendidas no componente
longitudinal. Cartografar esta trama de relações envolve considerar três dimensões (Baptista e Mattos, 2011). A primeira dimensão é o reconhecimento que as políticas têm uma história, que se expressa nos arranjos institucionais. Neste sentido, cabe, ainda que de modo breve, mapear as trajetórias de cada uma dessas políticas. Especial atenção será dada a trajetória de

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

Continuação do Parecer: 651.339

desenvolvimento do SUS no município, sobretudo quando a relação com as diretrizes de expansão da atenção básica (ESF) e aos arranjos locais da educação. A segunda dimensão refere-se aos atores que protagonizam as políticas locais no momento do estudo. Trata-se de proceder a um mapeamento desses atores, e indicar suas principais
linhas de atuação e estratégias. A terceira dimensão refere-se ao mapeamento das arenas e espaços de discussão e de interação entre as políticas, tanto no nível de governo, como na sociedade. O foco é identificar as formas de inter-relação ou de embates entre agentes envolvidos nas políticas em questão. Espera-se que o quadro resultante deste componente ofereça um repertório interpretativo útil para dar sentido aos achados do componente longitudinal.

Desfecho Primário:
Insegurança alimentar domiciliar aferida através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Desfecho Secundário:
Consumo alimentar e padrões de acesso aos serviços públicos (educação e saúde).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. A Folha de Rosto está adequadamente preenchida e tem as assinaturas identificadas.
2. O currículo apresentado qualifica o pesquisador a desenvolver o projeto.
3. Constam no TCLE:

a. forma de obtenção.
b. em caso de recusa, não há prejuízo do cuidado
c. menção à confidencialidade e à privacidade

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de processo que foi apresentando anteriormente e apreciado sob parecer número 518.219, em 16.01.2014. Nessa ocasião, os pesquisadores responderam adequadamente às pendências (parecer número 620.003), só que, em tempo superior aos trinta dias corridos do parecer inicial. Informo que, na nova versão, os pesquisadores apresentaram de forma satisfatória o projeto e seus complementos de acordo com a apreciação anterior.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-913
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 Fax: (21)3938-2481 E-mail: cep@hucff.ufrj.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

Continuação do Parecer: 651.339

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n.º 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos.
2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas, com justificativa, ao CEP, de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada.

RIO DE JANEIRO, 18 de Maio de 2014

Assinado por:
Carlos Alberto Guimarães
(Coordenador)

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-913
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 Fax: (21)3938-2481 E-mail: cep@hucff.ufrj.br

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ETAPA QUALITATIVA

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Medicina Social
Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Nutrição
Escola Nacional de Saúde Pública

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Projeto: Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias.

Este documento fornecerá informações e solicitará seu consentimento para participar do estudo *"Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias",* do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvida por um grupo de pesquisadores Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense e Escola Nacional de Saúde Pública.

O estudo pretende avaliar a saúde de indivíduos que recebem o benefício do Programa Bolsa Família que moram no município de Duque de Caxias. A pesquisa será realizada através de entrevistas gravadas que terão perguntas sobre alimentação e saúde, informações de moradia, renda da família, sobre os alimentos mais consumidos, dentre outras.

A entrevista durará cerca de 90 minutos e será realizada em local de sua preferência, e será gravada para permitir o registro completo das informações fornecidas nas entrevistas. Toda a atividade será realizada por pesquisadora treinada. Se você quiser, poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone que constam ao final desse documento, para obter maiores informações.

Você tem a liberdade de não querer participar do projeto de pesquisa. Sua decisão de participar ou não será mantida em sigilo pela equipe de pesquisadores, de modo a não interferir e não prejudicar de modo algum a participação de sua família no Programa Bolsa Família. Se você desejar, poderá também retirar o termo de consentimento a qualquer momento, no caso de ter aceitado participar do projeto, sem prejuízo à participação de sua família no Programa Bolsa Família.

Garantia de acesso às informações

Como o Conselho Nacional de Saúde garante na resolução 466/12, as pesquisas realizadas com seres humanos devem garantir a autonomia de participantes como você e as pessoas de sua família, como também sua privacidade. Ou seja, você tem a liberdade de querer ou não querer participar de pesquisa como essa, com a garantia de sigilo de sua vida particular. Com isso, garantimos que todas as informações obtidas na pesquisa são confidenciais, ou seja, não serão

acessadas por outras pessoas que não sejam pesquisadores ou alunos da pesquisa! Somente essas pessoas que trabalham ou estudam em instituições de ensino envolvidas terão acesso aos seus dados, não sendo permitido, em qualquer hipótese, divulgar seus dados. Os resultados da pesquisa serão divulgados na impressa local do seu município, como também em reuniões no Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, em congressos e em artigos publicados em revistas da área de saúde. Esses trabalhos não divulgam nomes das pessoas entrevistadas, apenas os resultados das informações coletadas nos questionários como um todo, ou seja, de todas as pessoas entrevistadas, ao mesmo tempo. E, em qualquer momento da pesquisa você poderá consultar os entrevistadores ou entrar em contato com as pesquisadoras abaixo relacionadas sobre resultados e andamento da pesquisa.

Para finalizar, gostaríamos de esclarecer que os questionários com suas informações serão guardados no Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em local seguro, cujas informações que você respondeu serão digitadas em computadores de pesquisa. Em todo esse processo o acesso é restrito aos pesquisadores e alunos de pesquisa.

Em qualquer etapa da pesquisa você poderá entrar em contato em caso de dúvida, com as pesquisadoras ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho nos seguintes contatos:

Rosana Salles da Costa - Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 373. Edifício do Centro de Ciências da Saúde, Bloco J, 2º andar, Cidade Universitária, CEP: 21.941-902. Tel.(s): 21-2562-6432; e-mail: rosana@nutricao.ufrj.br

Gilza Sandre Pereira - Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 373. Edifício do Centro de Ciências da Saúde, Bloco J, 2º andar, Cidade Universitária, CEP: 21.941-902. Tel.(s): 21-2562-6432; e-mail: gsandre@nutricao.ufrj.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – R. Prof.Rodolpho Paulo Rocco, nº 255 – Cidade Universitária/Ilha do Fundão – sala 01D-46/1º andar. Telefone 2562-2480, de segunda a sexta-feira, das 8 as 15 horas. Email: cep@hucff.ufrj.br

Consentimento

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com o entrevistador _____ sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claras para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso a tratamento ambulatorial caso necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos sem a perda de benefícios recebidos pelo

Programa Bolsa Família no meu município. Eu receberei uma cópia desse termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar a última folha.

Nome do participante

_____

Assinatura do participante

_____

Assinatura do entrevistador responsável

_____

Para analfabetos, semianalfabetos ou portadores de deficiência visual ou auditiva.

_____

Nome do representante legal

_____

Assinatura do representante legal

DUQUE DE CAXIAS, _____ de _____ de _____.

Para maiores informações consultar a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Para maiores informações consultar o Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa no link http://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/index.html.